

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO-PR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EUGENIA, CORPO E EDUCAÇÃO SEXUAL: IMAGENS E INTERPRETAÇÕES
SOBRE MULHERES NA OBRA DE RENATO KEHL (1920-1930)**

IRATI - PR, 2017

MARCELA CRISTIANE CAVALHEIRO MIRANDA FRANCESCON

**EUGENIA, CORPO E EDUCAÇÃO SEXUAL: IMAGENS E INTERPRETAÇÕES
SOBRE MULHERES NA OBRA DE RENATO KEHL (1920-1930)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em História, do curso de
Pós-Graduação em História, Área de concentração
“História e Regiões”, da Universidade Estadual do
Centro-Oeste – UNICENTRO – PR.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza.

IRATI – PR 2017

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

FRANCESCON, Marcela Cristiane Cavalheiro Miranda.

F815e Eugenia, corpo e educação sexual: imagens e interpretações sobre mulheres na obra de Renato Kehl (1920-1930) / Marcela Cristiane Cavalheiro Miranda Francescon. – Irati, PR : [s.n], 2017.

140f.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. Mulher – dissertação. 2. Raça. 3. Reforma social. 4. Casamento – comportamento feminino. I. Souza, Vanderlei Sebastião. II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 305.4



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões

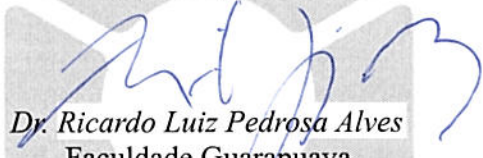


TERMO DE APROVAÇÃO

Marcela Cristiane Cavalheiro Miranda Francescon

**“Eugenia, Corpo e Educação Sexual: imagens e interpretações sobre mulheres
na obra de Renato Kehl (1920-1930)”**

Dissertação aprovada em 27/07/2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:



Dr. Ricardo Luiz Pedrosa Alves
Faculdade Guarapuava
Titular



Dr.ª Rosemeri Moreira
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular



Dr.ª Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular



Dr. Vanderlei Sebastião de Souza
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2017

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo aqueles que, sem o apoio, não teria sido possível chegar até aqui, uma vez que esta dissertação foi produzida graças ao incentivo e o carinho de pessoas queridas que me cercaram no decorrer dessa trajetória. À minha família, todo meu amor e gratidão, em especial ao meu filho, a quem devo a força para cumprir o percurso desses dois anos de mestrado. Ao meu marido, que dedicou apoio incondicional e contribuiu com sua disposição em ouvir e compreender as angústias do processo de escrita. Vocês foram a motivação em todos os momentos que precisei.

Agradeço especialmente o meu orientador, Professor Vanderlei Sebastião de Souza, pelo comprometimento de ter-me acompanhado e enriquecido a minha pesquisa; seus conselhos foram fundamentais em meu percurso. A você, Professor Vanderlei, minha admiração e gratidão.

Agradeço imensamente a professora Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e a professora Rosemeri Moreira, primeiramente, pela participação na banca de qualificação, cujas sugestões naquele momento muito contribuíram à construção do trabalho final. Agradeço-as também pela participação na banca de defesa.

Nesse mesmo sentido, agradeço ao professor Ricardo Pedrosa Alves, que generosamente aceitou participar da banca de defesa.

Meus agradecimentos aos amigos do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, companheiros de percurso, em especial, Carla, Jaine, Karina, Melody, Maicon e Tiago. Com vocês compartilhei não apenas o ambiente de sala de aula, mas noites de conversas em suas casas, quando eu estava longe da minha. Obrigada pelos debates, angústias compartilhadas e amizade sincera.

Agradeço aos professores do PPGH da Unicentro, especialmente ao Professor Jó Klanovicz, o Professor Fernando Franco Netto, e, novamente, a Professora Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e ao Professor Vanderlei Sebastião de Souza. Obrigada pela oportunidade de ampliar meu olhar no campo da História.

Agradeço aos professores que me acompanharam na graduação e serviram de inspiração para a escolha do caminho acadêmico, em especial, Kety Carla de March, Tiago Bonato, Thiago Reisdorfer, Francisco Ferreira Júnior e André Ulysses de Salis. Graças a vocês pude crescer academicamente e os considero exemplos de professores.

À minha família, obrigada pelo apoio e compreensão, em especial meus pais e meus irmãos e todos os amigos e familiares que entenderam meu distanciamento. Obrigada por me apoiarem e acreditarem em mim.

Agradeço ainda a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão de uma bolsa de pesquisa durante o período de 12 meses, sem a qual esse trabalho teria sido muito mais difícil.

RESUMO

Analisou-se nesta dissertação a construção do lugar da mulher e do corpo feminino no discurso do médico e eugenista Renato Kehl, nos anos de 1920 e 1930, procurando compreender o discurso e as estratégias do autor para intervir no processo de reforma social, como a educação sexual, o controle matrimonial e da reprodução humana. A mulher aparece na obra de Renato Kehl ocupando atenção central, como árbitro do casamento para escolher um sexo apto a elevar a qualidade racial do tipo brasileiro na reprodução eugênica. A normalização do comportamento feminino foi defendida por esse eugenista, de modo que as questões sobre sexualidade, medidas corporais, ideal de beleza racial e higiene social foram aspectos que permearam as discussões sobre o desejo de regenerar a população brasileira, baseadas nas diferenças e em rígidas hierarquias raciais, sexuais e biológicas. Conforme tem sido destacado pela historiografia, o discurso eugênico produzido por um grupo de intelectuais engajados com projetos de modernização do país e definição da nação desenvolveu políticas de intervenção social embasado nas teorias deterministas e racialistas que se iniciaram no final do século XIX e se estenderam amplamente a partir das primeiras décadas do século XX. Procurou-se perceber como a representação projetada pela eugenia sobre a construção de uma mulher normal, seja na perfeição helênica do corpo, seja na boa educação para o matrimônio e a maternidade, refletia o ideal de família que iria representar a nação brasileira moderna.

PALAVRA-CHAVE: Eugenia. Renato Kehl. Corpo. Mulheres, Raça.

ABSTRACT

Abstract: It was analyzed in this thesis the construction of the place of woman and the female body in the speech of the physician and eugenicist Renato Kehl in the years 1920 and 1930, trying to understand the speech and strategies of the author to intervene in the process of social reform, such as sexual education, matrimonial control and human reproduction. The woman appears in the work of Renato Kehl occupying central attention, as arbiter of the marriage to choose an intercourse able to elevate the racial quality of the Brazilian type in eugenic reproduction. The normalization of female behavior was defended by this eugenicist, so that questions about sexuality, corporal measures, ideal of racial beauty and social hygiene were aspects that permeated the discussions about the will to regenerate the Brazilian population, based on differences and rigid racial, sexual and biological hierarchies. As has been emphasized by historiography, the eugenic speech produced by a group of intellectuals engaged in projects to modernize the country and define the nation developed policies of social intervention based on the determinist and racist theories that began in the late nineteenth century and extended largely from the early decades of the twentieth century. It was attempted to perceive how the representation projected by eugenics on the construction of a normal woman, whether in the Hellenic perfection of the body or in the good education for matrimony and motherhood, reflected the ideal of family that would represent the modern Brazilian nation.

Keywords: Eugenics. Renato Kehl. Body. Women. Race.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 Educação sexual das crianças, <i>A Cura da Fealdade</i> , 1923, p.2016.....	60
Imagem 2 A campanha de educação sexual no Brasil, Recorte do Periódico <i>Boletim de Educação Sexual</i> , ed. Março-1935, p. 5.....	67
Imagem 3 Contrastes, Recorte do periódico <i>Boletim de Educação Sexual</i> , ed. Maio. 1934, p.01.....	71
Imagem 4 “Ave mocidade”, <i>Boletim de Educação Sexual</i> , dez-1936, p. 01.....	72
Imagem 5 Capa do livro, <i>A Fada Hygia</i> , KEHL1925.....	75
Imagem 6 Exercícios ginásticos, <i>A Fada Hygia</i> , KEHL1925, p.157.....	77
Imagem 7 Capa do livro, <i>Como escolher um bom marido</i> . Rio de Janeiro: Ariel editora LTDA. 1935.....	80
Imagem 8 Folha de rosto do livro, <i>Como escolher um bom marido</i> . 2ª edição. Rio de Janeiro: Ariel editora LTDA. 1935.....	81
Imagem 9 Cirurgia corretiva dos seios – Antes e depois da operação, <i>A Cura da Fealdade</i> KEHL, 1923, p. 467.....	100
Imagem 10 “Afrodite de Mélos”, <i>A Cura da Fealdade</i> , KEHL, 1923, p. 13.....	102
Imagem 11 Desenvolvimento completo de uma jovem de 18 anos, <i>A Cura da Fealdade</i> , KEHL, 1923, p. 78.....	103
Imagem 12 “Da impropriedade do conceito da supremacia do sexo”, <i>Boletim de Educação Sexual</i> . ALBUQUERQUE, jan-1935, p.03.....	106
Imagem 13 A Dança Gymnica (Exercícios coletivos – dança helênica), <i>A Cura da Fealdade</i> , KEHL, 1923.....	110
Imagem 14 1º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado, <i>Boletim de Eugenia</i> , vol-5, maio de 1929.....	113
Imagem 15 “Possuir um filho sadio, deve ser o ideal de todas as mães”, <i>Boletim de Educação Sexual</i> , ALBUQUERQUE, 1937, p. 03.....	116

Imagem 16 Ilustração do livro, <i>A fada hygia</i> , 1925, p. 18.....	125
Imagem 17 Ilustração do livro, <i>A fada hygia</i> , 1925, p. 19.....	127
Imagem 18 “A mãe precavida” <i>A Fada Hygia</i> , Kehl, 1925, p. 148.....	128

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS.....	09
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 EUGENIA, CONTROLE SOCIAL E MODERNIZAÇÃO NO BRASIL NO INÍCIO	
DO SÉC. XX	24
1.1 Intelectuais, nação e higienização social	26
1.2 Renato Kehl e sua concepção eugênica de Brasil	40
CAPÍTULO 2 EDUCAR E CONTROLAR: POLÍTICAS DE MORALIZAÇÃO E INTERVENÇÃO EUGÊNICA.....	56
2.1 Por uma educação sexual	57
2.2 A defesa do controle matrimonial	78
2.3 Medidas de intervenção: esterilização e certificados pré-nupciais	89
CAPÍTULO 3 A MULHER EUGENICAMENTE “NORMAL” E A FUNÇÃO BIOLÓGICA DE	
REGENERAR A RAÇA	98
3.1 A perfeição plástica da raça	101
3.2 As “Evas do século XX”: a mulher maternal	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADAS	135
FONTES DOCUMENTAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, nos propomos a discutir as imagens e interpretações da mulher no movimento eugênico brasileiro, mais especialmente na obra do médico e eugenista Renato Kehl (1889-1974). A partir de uma pesquisa histórica, documental e bibliográfica, foi debruçado sobre a produção intelectual deste autor, o qual é tido como a principal liderança da eugenia no Brasil e na América Latina.

No início do século XX, a eugenia foi uma ciência amplamente divulgada no Brasil, de modo que uma série de livros, manuais e artigos sobre eugenia foram largamente produzidos entre os intelectuais brasileiros, cujas publicações apoiaram-se fortemente nas teorias biológicas e nas ideologias raciais e de gênero, criando uma série de dispositivos discursivos e de poder para produzir a imagem da mulher eugênica, a beleza feminina, a sua educação sexual e sua função no projeto de formação da nação, dispositivos esses que foram construídos com base na explicação biológica dos seus corpos. Nas obras de Renato Kehl é possível perceber os elementos que moldaram esse discurso, visto que elas fornecem uma reflexão sobre a historicidade do momento no qual o país discutia padrões voltados à identidade nacional e a formação de um país moderno e civilizado.

O interesse da temática desta pesquisa surgiu durante as atividades da disciplina de pesquisa no curso de graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro. As pesquisas na área da história intelectual e história das ciências despertaram inquietação pelo estudo da história da eugenia, tendo em vista o pouco contato e conhecimento com essas áreas. A interação com professores da instituição, em especial o orientador dessa pesquisa, proporcionaram os primeiros contatos com as fontes e o aprofundamento com a historiografia sobre ciência, raça, eugenia e gênero, o que culminou com um trabalho de conclusão do curso.

Nesse trabalho, foi analisado o discurso eugênico sobre controles matrimoniais nas páginas do *Boletim de Eugenia*, periódico científico que circulou entre os médicos e intelectuais, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1929 a 1933 (FRANCESCON, 2014).

O *Boletim de Eugenia*, que também foi integrado ao corpo documental para análise nessa pesquisa, serviu para divulgar e discutir temas ligados à reforma social, às questões raciais e higienistas. Por meio desse periódico, os eugenistas divulgaram conferências, concursos eugênicos, produções científicas nacionais e estrangeiras, publicações de livros e notícias sobre a ciência médica, a genética e a eugenia. Nomes como Renato Kehl, Belisário Penna, Octavio Domingues, João Porto Carrero, Ernani Lopes, entre outros, são alguns dos eugenistas e médicos que aparecem com alguma frequência nas páginas do *Boletim*, o que nos permite mapear um espaço de sociabilidade de um grupo bem constituído e definido de intelectuais.

As ideias que circulavam no debate desse grupo levaram à percepção sobre a necessidade de aprofundamento nas análises do discurso eugênico, em especial as questões de educação sexual, corpo, raça, casamento, mulheres e maternidade, uma vez que esses temas aparecem como centrais para os eugenistas. Historiadores vêm se debruçando sobre a temática da história da eugenia, seja para pensar conceitos como raça, identidade e populações, ou no que tange ao debate sobre saúde, sanitarismo e higiene social (STEPAN, 2005; SOUZA, 2006; MOTTA, 2003; SANTOS, 2009; WEGNER & SOUZA, 2013; CARVALHO, 2014).

Apesar da historiografia ter ampliado seu escopo de análise, a literatura tem tratado as questões sobre mulheres, gênero e sexualidade apenas como um tema de passagem, dando pouca atenção à eugenia enquanto movimento social que concentrou suas atenções para a educação sexual e o controle sobre as funções da mulher no processo de controle da reprodução humana. A falta de textos ou obras produzidas por mulheres, com raras exceções, não permitiu que uma análise de gênero, que contemple a recepção desse discurso e a atuação das mulheres como agentes na ciência eugênica, fosse problematizada. No entanto, a inquietação sobre o assunto fez surgir um ponto de análise importante, o qual pouca atenção tem recebido da história: o olhar sobre o discurso eugênico específico sobre a mulher, perpassando os projetos modernizadores para o país.

Para analisar o discurso eugênico sobre as mulheres nos propomos a compreender a medicalização dos corpos, empreendida pela ciência a partir do século XIX, tornou o corpo objeto de operações políticas de intervenções de campanhas ideológicas e de moralização. A sexualidade, segundo Foucault, passou a ser explicada como energia política pelo seu vigor

biológico, com o objetivo de disciplinar o corpo e regular as populações. A medicalização do corpo das mulheres, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar, ou seja, a intervenção era de natureza reguladora. Ao empreender políticas de regulação, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida. (FOUCAULT, 1997, p. 137-138).

Seguindo a linha de pensamento de Foucault, analisou-se o discurso eugênico sobre as mulheres legitimado nas ciências biológicas que tinham grande prestígio no início do século XX como explicação para organizar a sociedade. Foi tentado aqui uma interação da história intelectual e das ciências com a história social das mulheres, uma temática pouco trabalhada pela história intelectual, a qual demanda por debates e profundas reflexões. Historiadoras como Nancy Stepan, Bernadete Ramos Flores, Maria Marta de Luna Freire abriram espaço para a ampliação do olhar sobre os elementos do discurso científico sobre os corpos, principalmente no que concerne à definição de padrões para as mulheres nos primeiros anos do século XX, época em que a ciência médica vinha se legitimando enquanto autoridade sobre os corpos e os comportamentos sexuais. A mulher ganhou papel fundamental no discurso eugênico, sendo colocada no centro dos debates de controle social. Um diálogo entre os campos da história intelectual e a história das mulheres nos permite uma reflexão sobre o lugar da mulher, este que foi desenhado pela ciência eugênica em um contexto que ansiava ordenar os comportamentos e definir os papéis sociais.

Após a definição da temática e do objeto de estudo, a escolha e procura pelas fontes se iniciaram, e a ampliação da documentação se deu graças ao arquivo de obras localizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na qual foi possível coletar obras de figuras importantes nos debates intelectuais do início do século. O objetivo inicial era mapear o debate intelectual sobre mulheres na eugenia, analisando o discurso dos eugenistas mais atuantes, trabalho este que exigiria uma pesquisa de análise minuciosa e de maior fôlego sobre a atuação de cada intelectual antes de explanar a visão de cada um sobre a questão da mulher. Diante disso, optou-se por focar na trajetória de um intelectual que exerceu maior influência como representante da eugenia no Brasil, e isso para identificar os principais projetos do grupo ao qual pertenceu e o discurso ordenado pelos mesmos, a saber, que estão refletidos nas obras de Renato Kehl. Nosso interesse não está em desvendar todas as articulações de sua trajetória intelectual, mas em compreender as interpretações e imagens

da mulher que aparecem ao longo de sua obra. Dessa forma, julgou-se ser possível analisar, ainda que de forma parcial, a definição idealizada de papéis para as mulheres que foi feita pelas ciências no início do século XX, especialmente pela ciência eugênica.

O aporte documental está concentrado nas publicações das décadas de 1920 e 1930, período de maior produtividade e repercussão dos escritos de Kehl nos debates intelectuais e científicos. Ao longo de sua carreira, esse eugenista produziu mais de trinta livros, muito bem recebidos e amplamente resenhados nos jornais do país, tendo algumas de suas obras reeditadas por mais de uma vez. Os principais livros analisados nessa pesquisa são: *A fada hygia* (1925), *Sexo e Civilização* (1933), *Como escolher um bom marido* (1934)¹, *A cura da fealdade* (1923), *A Cartilha de higiene* (1934) e *Pais médicos e mestres* (1939). Além disso, também foi considerado textos publicados no *Boletim de Eugenia* e em outros periódicos relacionados a essa temática. A discussão geral que perpassa os escritos de Renato Kehl é a introdução dos preceitos eugênicos no cotidiano dos brasileiros a fim de normatizar os comportamentos relacionados ao corpo e à sexualidade através da educação e da propaganda eugênica.

Diferentes posições e ideologias científicas, sociais e políticas que afloravam antagonismos e similaridades entre os intelectuais e cientistas envolvidos com a ciência eugênica e o debate sobre raça. Nicolau Sevcenko demonstrou essas clivagens nas relações entre Euclides da Cunha e Lima Barreto, por exemplo, exibindo as fissuras no interior do grupo, as quais apontavam como as temáticas de raça, nação e civilização produziam embates e divergências, causando polarização em torno do conceito de raça e do futuro da formação do Brasil (SEVECENKO, 1983, p. 123). Como se sabe, a questão racial permeava os debates da época em diferentes campos das ciências, e no discurso de Renato Kehl não estiveram ausentes as divergências interpretativas sobre a formação racial do país e o significado da atuação dos intelectuais como coordenadores do futuro do país. Neste sentido, partindo das indicações da história intelectual, procurou-se compreender as interpretações e as imagens sobre a mulher e a intervenção sobre o corpo feminino como parte de um projeto mais amplo de reforma social e de formação da nação, missão a que os intelectuais, segundo Sevcenko (1983), estiveram arduamente imbuídos no início do século XX.

¹ A primeira edição da obra foi publicada em 1924. Analisou-se aqui a segunda edição, publicada em 1934, devido à falta de acesso à primeira edição.

Motivo de amplo debate e preocupação entre os intelectuais brasileiros, o conceito de raça nada mais foi que uma criação europeia, servindo para justificar a invasão da Europa imperialista às regiões consideradas “bárbaras” ou incivilizadas munidos do discurso de que estaria levando a civilização e o progresso aos povos “atrasados” (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993). Nesse contexto, o conceito de civilização, tão difundido na *Belle Époque*, era na verdade uma apropriação sobre o sinônimo de modo de vida europeia, estabelecendo um sistema de crenças e valores que sustentaram formas de economia, sociedade e organização política tidas como superiores (SEVECENKO, 1983, p. 123-125). Neste sentido, o conceito de raça, articulado pelos eugenistas do início do século XX, estava atravessado pelo determinismo biológico e pela compreensão de que as raças humanas se dividiam entre raças superiores e inferiores, obedecendo a uma rígida hierarquia de caracteres naturais.

Analisar a atuação de Renato Kehl no campo da eugenia e o modo como suas compreensões sobre raça, gênero e sexualidade foram articulados, nos permite ir além das fronteiras de suas próprias obras, percebendo elementos de significação histórica e cultural para o período, e como raça, ciência, nação, sexo e civilização nos permitem perceber a projeção dos valores e projetos sociais idealizados naquele contexto. Os confrontos que acaloravam seus escritos e a articulação do autor no meio intelectual proporcionam uma percepção dos interesses e rivalidades, bem como das transformações históricas que agitavam a sociedade brasileira nesse período.

No início do século XX, o cenário da Primeira República abrigava uma infinidade de publicações, uma vez que a imprensa passava por múltiplos processos de inovação tecnológica, permitindo o uso de publicações diversificadas, e encontrou-se no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado no setor. Os veículos de palavra impressa estavam alinhados às melhorias dos transportes e meios de comunicação que potencializavam o consumo das massas no período (ELEUTÉRIO, 2013, p. 84-85). O jornalismo, de uma forma geral, tonava-se um ofício compatível com o status de escritor, que passava a constituir o campo intelectual no Brasil, estreitando as relações entre os homens de letra e a imprensa. Campo que estabeleceu uma rede de sociabilidade para gerar projetos de modernidade que estão alicerçados na cultura elitista como forma de organização e ação desses intelectuais (LUCA, 2013, p. 152).

O *Boletim de Educação Sexual*, dirigido pelo médico e psiquiatra José de Albuquerque, assim como o *Boletim de Eugenia*, dirigido por Renato Kehl, são exemplos do sucesso das revistas e periódicos científicos da época. Esses periódicos foram veículos de informação utilizados para divulgação da ciência eugênica e a higiene como práticas necessárias para higienizar o povo brasileiro. Vale lembrar que, por muito tempo, conforme lembra a historiadora Tania Regina de Luca, os jornais, revistas e periódicos foram desconsiderados como fonte de interpretação histórica, que julgava apenas os documentos oficiais válidos ao trabalho do historiador. A mudança de concepção na prática historiográfica se deu nas últimas décadas do século XX, com a terceira geração dos Annales, a qual propunha novos objetos, problemas e abordagens. Os textos passaram a interessar não pelo que diziam, mas pela maneira como diziam, pelos termos que utilizavam, e também pelas zonas de silêncio que estabeleciam (COBEN, 2013. p. 111-114).

Os discursos e palestras proferidos pela Sociedade Eugênica de São Paulo, publicados nos *Anais de eugenia* (1919), são analisadas nesta pesquisa para a compreensão da organização desses intelectuais em torno da propaganda eugênica. A Sociedade Eugênica, fundada em 1918 para dar início às mobilizações do movimento eugênico no Brasil, antes camuflado no discurso sanitarista, foi criada não apenas para reunir e fortalecer o movimento eugênico, como também para se projetar como uma bandeira nacionalista que propunha auxiliar o processo de regeneração racial do Brasil (STEPAN, 2005; SOUZA, 2006). Também encontrou-se registros da participação de Renato Kehl no *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, que ocorreu em julho de 1928, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (ATAS, 1929). Presidido pelo antropólogo Roquette-Pinto, os debates promovidos no congresso expuseram as divergências em muitos aspectos entre os eugenistas brasileiros. A obra *Ensaio de Antropologia Brasileira* (1933), de Roquette-Pinto, na qual o autor afirmou sua visão positiva sobre o futuro da raça e da mestiçagem do brasileiro, também será considerada, sendo tomada como contraponto à visão negativa do futuro racial do povo brasileiro, afirmada por Renato Kehl.

Pensar sobre o grupo no qual Renato Kehl se inseriu implica compreender como o saber médico estava posto na ordem do discurso (FOUCAULT, 2013); as ideias com as quais o autor se identificava o colocavam no interior de um grupo seletivo e bem constituído de intelectuais. O exercício de poder através do discurso é o eixo norteador desse trabalho, analisado de acordo com as reflexões feitas por Michael Foucault, para o qual “o discurso

não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013, p. 10).

Nesse contexto, o discurso médico-científico já estava desfrutando da legitimidade que vinham ganhando nas políticas do país nessa época. Vale lembrar que o início do século XX foi marcado pelo deslocamento das relações entre saúde e doença, contexto no qual o corpo emerge como objeto de intervenção e modelagem (COURTINE, 2011, p. 07). Corpo normal e corpo deformado aparecem nas pautas de discussões médicas e intelectuais, de modo que o papel do médico passou a ser valorizado para o processo de reforma das imperfeições, além de operar o processo de mudanças de hábitos e costumes que se configurava na sociedade brasileira.

Esta pesquisa tem uma perspectiva da história intelectual e da história das ciências, e o olhar sobre a mulher no discurso eugênico se dá por um viés da história social das mulheres. Como aponta Thomas Laqueur, as percepções de gênero são incorporadas e construídas ao longo da história de acordo com os contextos sociais. Se da antiguidade até o iluminismo acreditava-se que havia apenas um sexo e a mulher era considerada um homem inferior, com a Revolução Francesa, diante do imperativo jurídico de igualdade de direitos, a hierarquia entre os sexos não deixou de existir. Deslocou sua explicação para o registro biológico da natureza, fundamentando a subordinação feminina no estado natural e anterior das relações sociais, a anatomia fisiológica passou a determinar os diferentes universos para machos e fêmeas, marcando a exclusão feminina da nova sociedade civil (LAQUEUR, 2001, p.244). A mulher passou a ser vista como ser passivo, “anestesiada de seus prazeres carnavais”, devido sua capacidade de controle em relação aos desejos sexuais (LAQUEUR, 2001, p.15). Desta maneira, a mulher deixou de ser associada à sensualidade e passou a ser reconhecida, como ser que se preocupa com o relacionamento e harmonia familiar.

É nesse sentido que procurou-se neste trabalho compreender como as ciências biológicas deram base para definir os papéis sociais feminino, através de um discurso científico e masculino. A emergência de novas normas e poderes políticos embasados na biologia transformava a sociedade medicalizada cada vez mais especializada na busca pelo bem-estar individual, ao mesmo tempo em que estabelecia seu poder sobre a coletividade. Como aponta Jean Jacques Courtine, até o século XIX o corpo pairava o campo das ideias na tradição cartesiana como um lugar secundário. É a partir da psicanálise, na qual Freud

afirmou que o inconsciente fala através do corpo, que a imagem do corpo na formação do sujeito se torna agente no mundo social entendido em sua materialidade (COURTINE, 2011, p. 07-08).

Rachel Soihet aponta que essas mudanças e avanços da ciência, que vinham ocorrendo desde o século XIX, ultrapassaram a concepção de semelhanças entre o corpo masculino e feminino. Passou-se a reconhecer as diferenças nos genitais de cada sexo, e o corpo feminino foi utilizado para “negar toda possibilidade de comparação entre homens e mulheres, em termos de um critério comum de cidadania” (SOIHET, 1997, p. 09). A autora analisou como a divisão de papéis em esfera de atuação de gêneros pela consolidação da burguesia no poder, o masculino atuando na órbita pública e o feminino na órbita privada. Assim, a medicina tornou-se não apenas o principal recurso para sanar as doenças, mas também uma intervencionista disposta a guiar a vida cotidiana da nova ordem social (SOIHET, 1997, p. 10).

Com Foucault, compreendemos a sexualidade como um dispositivo de poder, articulado e sustentado em função da reprodução, vinculado à valorização do corpo como objeto de saber e como um elemento nas relações de poder (FOUCAULT, 1997, p. 118). Nessa lógica, a sexualidade é ligada a uma questão de Estado, e é nesse interim que surge os programas de eugenia, o saber científico que legitimava a ordem médica e lhe conferia poder, permitindo que os eugenistas articulassem políticas de intervenção no cotidiano da sociedade brasileira, as quais passaram a ser vistas como necessárias ao projeto de modernização do país. Assim, a cultura do corpo passa a apresentar limites, valorizado como modelo de família e um modelo de sexualidade própria, havendo aí uma nova organização sobre a vida, chamada de Biopoder (FOUCAULT, 1997, p. 171).

Historiadoras como Nancy Stepan, Maria Bernadete Ramos Flores, Maria Marta de Luna Freire, Ana Paula Vosne Martins, dentre outras, abriram espaço para pensar e ampliar os olhares sobre os elementos do discurso científico sobre os corpos. As construções de gênero ainda são um campo a ser explorado, principalmente no que se refere à construção de uma concepção de mulher em uma época em que a ciência médica vinha se legitimando enquanto autoridade sobre os corpos, e através do discurso masculino sobre os comportamentos sexuais. As pesquisas da história intelectual têm demonstrado a ausência de mulheres nos espaços públicos de atuação, sinalizando para um apagamento das mulheres

como agente social, além de um fraco empreendimento de pesquisa sobre a temática. As autoras citadas acima contribuíram para a reflexão sobre uma época de estabelecimento da ciência moderna, período no qual as questões de racismo e sexualidade estavam relacionadas e se desenvolveram de forma entrelaçada.

Até 1980, acreditava-se que se sabia tudo sobre o processo eugênico ocorrido no início do século XX e que a eugenia poderia ser resumida pelos radicalismos colocados em práticas nazistas. Com as novas perspectivas da historiografia, novas abordagens e interpretações começaram a aparecer e a esclarecer a eugenia como um complexo multifacetado de ideias, o qual é adaptado em diferentes países a partir de contextos sociais, políticos e culturais diversos. As revisões produzidas por Nancy Stepan (2005), que voltou-se para a ciência eugênica brasileira e latino-americana, despertaram os questionamentos sobre os discursos produzidos sobre a mulher, até então ausente, ou pouco discutidos pela historiografia.

Segundo Nancy Stepan, na América Latina se delineou uma eugenia peculiar com um viés mais negativo dessa ciência, percebendo na reprodução humana uma possibilidade de intervenção na higienização social e regeneração racial. Definia-se, assim, uma “eugenia negativa”² em que os eugenistas viam a reprodução como uma questão de Estado, baseados numa ampla agenda de educação sexual e matrimonial. Tais práticas se justificavam por eliminar as “más características” hereditárias das populações humanas a fim de assegurar o contínuo progresso da sociedade (STEPAN, 2005, p. 116). Nesse enfoque, o casamento e a preocupação com as futuras gerações estavam no centro dos debates, sendo que o controle matrimonial aparecia como estratégia de intervenção eugênica.

Segundo o que demonstrou Vanderlei Sebastião de Souza, Renato Kehl se esforçou em demonstrar que o controle eugênico da reprodução humana poderia orientar o saber médico e levar ao melhoramento biológico e intelectual da população brasileira (SOUZA, 2006). Como médico e eugenista, Renato Kehl esteve ligado intimamente aos ambientes de articulação política de saúde pública e foi responsável pelos serviços de educação e

² A “eugenia negativa” era um termo utilizado para designar a interpretação mais radical dessa ciência, que julgava ser necessária uma intervenção mais extrema no controle social e racial com vistas a impedir a reprodução dos indivíduos considerados degenerados ou inferiores do ponto de vista eugênico. Medidas de controle matrimonial, esterilização, certificados pré-nupciais e a segregação racial por meio da seleção imigratória foram os meios mais defendidos pelos eugenistas na estratégia de intervenção da reprodução humana.

propaganda higiênica e sexual, além do envolvimento direto com os projetos de imigração.³ Nos primeiros contatos com suas obras, já foi possível identificar uma atenção para com o papel da mulher para a formação das futuras gerações, sempre conectando-a com a temática da família, matrimônio, maternidade, higiene do corpo, normalização da prole, controle do comportamento feminino e educação sexual.

Outro defensor assíduo da educação sexual foi Antônio Austregésilo, conforme demonstrado na pesquisa de Viviane Oliveira Augusto. Segundo essa autora, a atuação desse intelectual como médico e neurologista se voltou para explicar os “comportamentos sexuais desviantes” e estabelecer a educação sexual para a preservação da espécie (AUGUSTO, 2015, p. 135). De outro lado, Vanessa Cristina Chucailo demonstrou como esse discurso sobre educação sexual teria se difundido pelos meios de comunicação, chegando a ser consumido até mesmo pelas populações mais interioranas. O Jornal do Comércio, que circulava no interior de Santa Catarina, apresentava ao público leitor textos do Círculo Brasileiro de Educação Sexual que buscavam propor uma orientação à sociedade brasileira sobre a disciplina do corpo e as questões de sexualidade (CHUCAILO, 2015, p. 15)

Gisele Volpato, por exemplo, analisou as obras de José de Albuquerque, médico que atuou nas entre 1920 e 1950 como sexólogo e defensor da educação sexual, embasado nas ideias higienistas e eugenistas e utilizando os meios de comunicação como o rádio e o jornal para propagar a educação sexual ao grande público. A autora demonstrou como, para esse intelectual, as questões eram naturais e necessárias para o desenvolvimento do ser humano e deveria ser entendida dessa forma para a formação correta dos indivíduos a fim de bem desempenhar suas funções biológicas (VOLPATO, 2006, p. 84).

As questões relacionadas ao projeto de controle matrimonial, que gerou amplos debates entre os eugenistas, também têm recebido pouca atenção dos historiadores. O artigo de Luisa Aurélia Castanheda é um dos poucos trabalhos que analisou as divergentes interpretações sobre o gerenciamento do casamento pelos intelectuais eugenistas. Embora o intuito dos eugenistas brasileiros tenha sido o mesmo dos eugenistas europeus, a saber, o de controlar a natalidade dos considerados inadequados e favorecer a reprodução dos eugenicamente bem constituídos, a autora concluiu que, comparando com as teorias

³ Para ver mais sobre Renato Kehl, ver Souza, *A política biológica como projeto: “Eugenia Negativa” e a Construção da Nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. – FIOCRUZ, 2006.

europeias e norte americanas, essa questão no Brasil foi resignificada e expressa através do certificado pré-nupcial, e não tanto por medidas mais extremadas. Desenvolvendo-se, assim, uma forma de eugenia que pretendia interferir na reprodução humana, mas sem utilizar de práticas radicais de aborto e esterilização, como na Alemanha e nos EUA (CASTANHEDA, 2003, p. 915-916).

De outro lado, a representação feminina presente nos discursos científicos da imprensa é analisada por Priscila Céspedes Cupello, que pesquisou em revistas e periódicos das décadas de 1910 a 1940. Investigou em que medida os modelos de normalidade feminina proposto pelo discurso médico brasileiro foram apropriados como norma de gênero na circulação do Rio de Janeiro. Os homens e mulheres apareciam nas revistas como imorais. Fruto da decadência do modo de vida burguesa capitalista, os comportamentos morais deveriam ser normalizados a partir do padrão de normalidade advinda da psiquiatria, da higiene mental e da eugenia (CUPELLO, 2013, p. 97-98).

A questão feminina aparece em todas essas temáticas, na educação sexual, no controle matrimonial e no discurso de beleza eugênica e normatização dos corpos. É nesse sentido que enfatizou-se nossa análise, focando no discurso eugênico para compreender que lugar à mulher os eugenistas reservaram. A historiografia aponta para essas questões. O que nos cabe neste trabalho é problematizá-las, ampliar o debate sobre os usos do corpo e da sexualidade feminina na construção do papel da mulher na eugenia. Procurou-se enfatizar algumas interrogações ao longo do trabalho para nortear a problematização das ideias, tais como: em que contexto foi possível a emergência de projetos de nação baseados na eugenia e no ideal de melhoramento racial? Quais as políticas engendradas para efetivar as práticas eugênicas no Brasil? Como a sexualidade e a reprodução humana foram pensadas nos projetos de melhoramento racial da população brasileira? Qual a noção de normalidade dos corpos que aparecem no discurso eugênico brasileiro? Por que o conceito de beleza aparece atrelado ao ideal de raça? E qual o papel imaginado para a mulher no processo de reforma social operado pela ciência eugênica?

No primeiro capítulo, foi procurado fazer uma contextualização sobre o cenário em que a ciência eugênica emergiu, e os desdobramentos das políticas e projetos surgidos a partir dela. Pensar a eugenia não nos permite fugir das discussões sobre raça em um momento em que o país vivia grandes transformações sociais e econômicas; por isso, foi apresentada

algumas reflexões da historiografia sobre os debates sobre raça que permearam o pensamento médico e científico do início do século XX. Os anos iniciais da República e as efervescências intelectual e cultural nos anos 1920 e 1930 suscitaram discussões nacionalistas que estimularam a emergência da ciência eugênica, vista como símbolo de modernidade.

Neste contexto, focaremos nossa análise na atuação de Renato Kehl, visto como o principal divulgador da eugenia no Brasil e um dos eugenistas mais preocupados com o ideal de beleza feminina, o controle do corpo da mulher e de sua educação sexual e reprodutiva. Divulgou e defendeu a esterilização eugênica como uma eficaz ferramenta de intervenção no processo de reprodução da população brasileira. Sua radicalização em relação à eugenia negativa estaria em sintonia com as medidas radicais defendidas em países do norte da Europa e nos Estados Unidos. Mesmo que o extremismo de suas ideias não tenha sido bem recebido entre setores da intelectualidade brasileira, a empatia generalizada pela eugenia possibilitou com que ele se debruçasse sobre a produção de livros de orientação eugênica. Durante a década de 1920 e 1930, sua propaganda girou em torno do casamento e da educação, como espaços de intervenção. Neste sentido, pretendemos, aqui, analisar como no decorrer de sua trajetória, enquanto intelectual eugenista, as questões sobre a mulher e o controle do corpo feminino apareceram nos seus discursos.

No segundo capítulo, foi debruçado sobre os projetos defendidos pelo autor, e articulados juntamente com outros intelectuais, ligado ao controle matrimonial. O casamento é visto pelo autor como um dispositivo de eugeniação da população no qual a mulher aparece como principal responsável pela seleção sexual. A educação sexual foi defendida por intelectuais que acreditavam na intervenção médica para educar os jovens com instruções de higiene e moral eugênica. Educar era visto como sinônimo de eugenzar. Veremos como esse projeto foi pensado não apenas para os jovens, mas também foi amplamente difundido a fim de educar as crianças, os pais e, principalmente, as mães sobre a adoção da eugenia nos hábitos e no cotidiano das famílias.

A preocupação com a hereditariedade da raça perpassava pelas construções sobre normalidade dos casamentos e do gerenciamento das famílias, contexto no qual foi atribuído às mulheres a responsabilidade de eugenzar seus lares, começando pela escolha do noivo. O projeto de controle matrimonial não só foi defendido como reforçado em obras de orientação para os noivos, e os critérios de escolha deviam obedecer aos preceitos da eugenia.

O controle dos matrimônios pretendia evitar que os ditos maus casamentos se formassem, uniões que pudessem produzir proles degeneradas ou deformadas, incluindo a união de raças distintas era motivo de impedimento do matrimônio. O certificado pré-nupcial foi apresentado pelos eugenistas como um meio de efetivação do controle matrimonial. Os exames médicos eram vistos como uma forma do médico assumir a autoridade sobre a formação das famílias e a reponsabilidade pela reprodução do tipo racial brasileiro. Regras de conduta para as esposas foram manipuladas e difundidas pelos ideais eugênicos através de manuais que pretendiam intervir na conduta moral. Analisou-se esse debate como constituinte da eugenia negativa propagada no Brasil.

O terceiro capítulo será voltado para problematizar o conceito de beleza articulado por alguns eugenistas, bem como a visão sobre a fealdade do povo. O objetivo dos eugenistas era curar o brasileiro da sua decadência física e moral. Procurou-se demonstrar como o padrão helênico de beleza foi eleito por Renato Kehl como modelo para aproximação almejado para o brasileiro, uma vez que acreditava que a beleza era plástica e podia ser modificada pela ciência; não era só uma questão física, mas uma questão de “estirpe” do comportamento dos brasileiros.

Nesse processo, foi analisado como Renato Kehl se preocupou com os valores morais em transformação que estariam distorcendo o papel da mulher na sociedade. Assim, o médico construiu imagens e interpretações sobre o corpo e as funções sociais e maternas da mulher na tentativa de criar o perfil que deveria ser assumido no processo de transformações das relações entre homens e mulheres. Vale ressaltar que funções baseadas na premissa do sexo foram designadas ao tornar a maternidade uma representação do seu ser e criando regras morais para auxiliar na moldagem da imagem angelical e cuidadosa da mãe eugênica.

CAPÍTULO 1 - EUGENIA, CONTROLE SOCIAL E MODERNIZAÇÃO NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A obra de Renato Kehl articulou o debate que permeava o pensamento científico no início da República, destacando-se como o principal ator na divulgação da ciência eugênica no Brasil. Médico por formação, Kehl usufruía de um relativo reconhecimento no campo intelectual, especialmente entre médicos, profissão que já havia se tornado um importante símbolo de prestígio e garantia de ascensão social e política. As obras produzidas por este autor, bem como as articulações realizadas por meio de jornais, revistas, periódicos e instituições, faziam parte de um amplo projeto pessoal e de militância intelectual em defesa da eugenia como um importante movimento científico. Renato Kehl acreditava na eugenia como a ciência mais sofisticada da época, como a ciência mais adequada para dar sustentação ao projeto de formação da identidade do brasileiro. Várias obras, artigos e debates suscitados pelo autor foram voltados a discutir o papel da mulher na reprodução humana e as formas de melhor instruí-la sobre sua função na sociedade, sobretudo do ponto de vista das funções maternas e de educação moral.

O autor fazia parte de um grupo de intelectuais engajados com os projetos nacionalistas de reforma da sociedade e modernização da nação brasileira, que, conforme demonstrado por Herschmann e Pereira (1994, p. 12-13), eram projetos presentes na nova ordem republicana. A maioria desses intelectuais eram médicos, advogados, educadores e psiquiatras profundamente imbuídos do ideal de transformação do país pela intervenção da ciência, da técnica e da atividade intelectual. Imbuídos de um nacionalismo militante, esses intelectuais se autoatribuíam a função de regeneradores da nação, já que o grande problema do brasileiro passava pela superação do atraso civilizacional e pelo enfrentamento da suposta degeneração racial. A solução desse problema serviria a um propósito maior, que era colocar

o país no concerto das nações e no processo de modernização e transformação do Brasil e dos brasileiros⁴ (CARRARA, 1996; SEVCENKO, 1983; SCHWARCZ, 1993).

Uma questão chave para Renato Kehl foi o aperfeiçoamento da raça como símbolo da modernização, que, nas primeiras décadas do século XX, suscitou muitos debates, e um deles, de importância crucial para esse eugenista, era a seleção racial que perpassava diversas questões, desde a educação até o controle matrimonial. É nesse contexto que Kehl construiu um olhar sobre a mulher e o corpo feminino, atribuindo-lhe uma representação importante sobre seu papel no projeto eugênico.

Para compreendermos a maneira como o corpo foi empregado como objeto de intervenção e transformação eugênica do país, foi embasado nossa análise nos pressupostos de Michel Foucault, segundo o qual toda sociedade produz discursos “controlados, selecionados, organizados e redistribuídos”, os quais são norteados por procedimentos que têm por função dominar e conjurar seus poderes (FOUCAULT, 2013, p. 08). O grupo no qual Renato Kehl estava inserido articulava ideias baseado no saber médico, cujo discurso o identificava e legitimava como autoridade para falar sobre reforma social e aplicação da ciência como política reformadora. A partir dessa interpretação, compreendemos como a ordem médica lhe conferia o poder de persuasão, permitindo que os eugenistas articulassem políticas de intervenção no cotidiano da sociedade brasileira, incluindo a higienização como necessária ao projeto de modernização do país, tornando-a um dispositivo de controle e normatização social. Nesse sentido, nos propomos a analisar os lugares e as construções discursivas produzidas por instituições médicas no Brasil sobre o corpo, beleza e sexualidade, e os desdobramentos que a ciência eugênica sofreu ao atuar como ferramenta de transformação de valores morais.

A crença na ciência eugênica estava na ordem do discurso e mobilizou uma geração de intelectuais envolvidos por um projeto de reforma social e aperfeiçoamento racial. Uma leitura do discurso desses eugenistas nos permite perceber como os valores construídos pela ciência se instalaram no discurso sobre raça e nação e os novos valores da *Belle Époque*

⁴ Para saber mais das discussões sobre raça, ciência, nação e higienização social, ver: CARRARA, Sérgio, *Tributo a Vênus, a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e a criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983. SCHWARCZ, Lília Mortiz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

transformavam as relações de gênero e a percepção sobre o lugar da mulher na construção do Brasil moderno. O primeiro capítulo é uma análise sobre o contexto em que esses novos pensamentos se desenvolveram.

1.1 Intelectuais, nação e higienização social

O Brasil passou por intensas mudanças sociais durante a transição da monarquia para a república, com a plena instauração da ordem burguesa e as transformações em vários níveis, principalmente sociais e científicas, uma nova ordem legitimada pela ciência se instalava para explicar e normatizar a vida em sociedade. Nicolau Sevcenko aponta que, desde a década de 1870, as descobertas científicas, possibilitadas com a revolução científica tecnológica, provocaram um intenso debate e intervenções a respeito da modernização ligada ao estabelecimento de uma nova elite na direção do país (SEVCENKO, 1998, p. 8-9). Esse processo no Brasil, conforme lembra Sevcenko, incorporou questões de reforma nacional:

O Brasil carecia de uma ação reformadora: construir a nação e remodelar o estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país. Foram esses os dois parâmetros bases de toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil face ao exemplo europeu e americano (SEVECENKO, 1983, p. 83).

O processo de transformações que vinham ocorrendo no cenário nacional com o fim do sistema escravista e a proclamação da república colocou a construção da nação como pauta de discussões entre intelectuais e políticos da época. Pensar uma nação forte precisava passar pelo conteúdo racial que o país dispunha, e nessas discussões, o negro e suas manifestações culturais eram associados ao motivo de atraso do país, conforme é possível perceber, por exemplo, nas descrições feitas por Renato Kehl no final dos anos 1920:

No Rio de Janeiro a fealdade física e a degeneração moral aproveitam a oportunidade para se exibirem com todo seu repugnante e verdadeiro aspecto. Os indivíduos não põem mascaras, tiram-na. A nossa plebe é feia, desengonçada e doente – imaginem-se caricaturizada, pintada com farinha

ou cal e borrada com tinta vermelha – vestida a trapos e a tremelicar e a saracotear-se pelas ruas. (KEHL, Fev-1929, p. 03).

Quando Kehl fala das máscaras que são tiradas, está se referindo às festas de carnaval que aconteciam nas ruas do Rio de Janeiro: para ele a feiura estava impregnada na composição racial do povo carioca e as suas práticas culturais, principalmente as relacionadas às danças. Essa visão era consensual entre os intelectuais da época, num contexto no qual o Brasil era visto e descrito como um país feio, doente e degenerado, devido a sua miscigenação e a predominância do negro e do indígena, características que classificavam o país como uma nação de sub-raças condenada ao fracasso e a subjugação.

Emília Viotti da Costa demonstrou que havia uma visão pessimista sobre o conteúdo racial do povo brasileiro, presente no processo de emancipação política do Brasil, a qual era produzida por uma pequena elite branca que procurava ver sua realidade através de ideias vindas do exterior, e assim formularam o “problema negro”, afirmando a superioridade dos brancos (COSTA, 1999, p. 373). O projeto de branqueamento da população foi fortemente defendido na obra de médicos e pensadores sociais da época, o Brasil superaria seus problemas raciais e sua inferioridade através da miscigenação, que ao longo dos cruzamentos faria com que o sangue negro desaparecesse (COSTA, 1999, p. 371). Esse projeto foi reproduzido em discursos de jornalistas, bacharéis e educadores, e ideias sobre projetos de imigração e seleção de imigrantes foram discutidos por vários intelectuais da época.

A preocupação com a raça, por um viés da ciência determinista da época, estava ligada a um discurso imperialista que tentava explicar a raça branca como superior às outras, isso para justificar a dominação imperialista dos países europeus. Os intelectuais brasileiros não estavam apenas reproduzindo ideias estrangeiras: estavam escolhendo aquelas que lhes permitiam sintonizar-se melhor com a realidade brasileira; não eram passivos receptores dessas ideias, eles viam aquelas ideias através da sua realidade, “tinham aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores” (COSTA, 1999, p. 371). Os intelectuais brasileiros introduziram nos debates políticos e sociais esses pressupostos, e defenderam a inserção de sangue branco para melhorar a raça brasileira no processo de miscigenação.

As gerações de intelectuais e autoridades políticas que assumiram o controle da república passaram a valorizar conhecimentos que auxiliassem o Estado na construção de uma sociedade modernizada, tornando possível imaginar que uma ordem científica seria

capaz de gerir os problemas sociais e fazer uma ampla reforma nacional. Os intelectuais brasileiros, com forte interesse na instauração de uma ordem capitalista e o rompimento com as heranças coloniais, se espelhavam nos países europeus e apropriavam seu conhecimento científico para pensar a modernização do Brasil.

Para Nicolau Sevecenko, “o estabelecimento de uma nova vanguarda científica na área do conhecimento” foi responsável por revolucionar a sociedade do Velho Mundo (SEVECENKO, 1983, p. 81). O autor apontou três motivos para defender essa ideia. O primeiro está embasado na teoria darwinista que teria proporcionado explicações sobre o surgimento, a existência e a condição da espécie humana, dispensando a tutela do clero e dos filósofos. O segundo diz respeito aos avanços da microbiologia, interpretado pelo autor como responsável por promover uma explosão demográfica e maciça urbanização. E o terceiro diz respeito às pesquisas no campo da física e da química aplicada, que foram responsáveis por fornecer as bases da segunda Revolução Industrial, também conhecida como a Revolução Tecnológica. Assim, as ciências naturais desenvolveram técnicas de interferência social.

Sevecenko ainda aponta como a atuação dos intelectuais era limitada em um país pobre e quase totalmente analfabeto, e também o desenvolvimento do “novo jornalismo” repercutiu no comportamento do grupo intelectual. O acabamento mais apurado e o tratamento literário simples da matéria proporcionou o consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade, juntamente com as revistas ilustradas que se espalharam como consumo de um produto refinado da nova ordem burguesa urbana, “significando o seu consumo, um sinal de bom tom sob a atmosfera da Regeneração” (SEVECENKO, 1983, p. 94).

O jornalismo estabeleceu novas roupagens na área cultural, representando a mudança em curso no comportamento e nas repercussões promovidas pelo grupo de intelectuais. O aumento do poder de ação social motivava os intelectuais e fazia aumentar a ânsia de impor suas ideias, sustentado pela crença de que seria possível, por meio da ciência, da técnica e da educação, proporcionar uma “redenção das massas miseráveis” (SEVECENKO, 1983, p. 95).

O discurso da higiene foi amplamente utilizado para as reformas urbanas, o que justificou o interesse dos moradores da elite burguesa em remodelar a estética das suas capitais, pois a ameaça constante das doenças e da imagem inconveniente dos cortiços

incomodava aqueles que projetavam uma cidade moderna, aos moldes europeus. O projeto de higiene e saneamento não se assentaria na melhora de condições de vida das classes populares, mas na vantagem de torná-la menos perigosa à classe dominante. O conceito de ‘perigoso’ é discutido por Sidney Chalhoub ao problematizar a questão das doenças e epidemias urbanas, destacando que a classe mais pobre, vista como incivilizada, sem higiene e moralização, era apontada como responsável pela propagação de doenças e pela desordem social, uma ameaça à modernização do país (CHALHOUB, 1996, p.53).

Sidney Chalhoub ainda apresenta os conceitos desenvolvidos por essa geração de intelectuais, conceitos que estavam presentes nas transformações da República, como “ordem”, “progresso”, “limpeza” e “beleza”, todos ligados a outro conceito primordial, a “civilização” (CHALHOUB, 1996, p. 35). O ideal de civilização entendido nesse período se apropriava de um discurso europeu de ideal de sociedade moderna, pautada nas referências capitalistas burguesas e nas ciências biológicas para instalação de uma nova ordem moral, principalmente no que concernia à conduta sexual. Esses conceitos foram empregados para organizar as classes pobres que passaram a ser vistas como perigosas, “porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública” (CHALHOUB, 1996, p. 35). Conforme Chalhoub:

Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1996, p. 30).

Conforme a historiografia tem apontado, a imagem do Brasil doente foi aos poucos sendo construída e ganhou força nas primeiras décadas do século XX. Nessa leitura, as doenças seriam o resultado do abandono das políticas de saúde pública, o que justificava que os médicos cobrassem solução das autoridades e atuavam na conscientização das elites brasileiras para a necessidade de centralizar as ações de saúde (HOCHMAN, 1998; KROPF, 2006).

Os médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais, como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas higiênicos. Já os médicos baianos fizeram a mesma busca de autoafirmação, ao entender o “cruzamento racial como o nosso grande mal, mas ao mesmo tempo nossa grande diferença”. Lilia Mortiz Schwarcz distinguiu a ação das instituições médicas brasileiras: enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater doenças, para os profissionais baianos era a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, e a partir de previsões se promoviam programas de depuração eugênica (SCHWARCZ, 1993, p. 190).

O movimento sanitarista e higienista começou a se preocupar com as doenças causadas pela falta de assistência social à população mais pobre, e foi a partir do saneamento do Rio de Janeiro, empreendido por Oswaldo Cruz, que os médicos sanitaristas levaram a campanha ao interior do país; dessa forma, os sanitaristas descobriram um país de miséria e doença (MOTA, 2003, p. 81).

André Mota analisou como os autores, bastante prestigiados, entre eles Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, apontaram as condições de vida da população esquecida pelo governo no interior do Brasil, questão que foi fortemente discutida pelos eugenistas e sanitaristas. Sílvio Romero foi um dos que apostavam na miscigenação como saída para os problemas da formação racial, e, como muitos outros intelectuais do início do século XX, acreditava no branqueamento da população a partir do cruzamento com europeus: as futuras gerações teriam a prevalência de uma hereditariedade supostamente superior, branqueando a população brasileira num curto período de tempo (MOTA, 2003, p. 81-90).

No novo discurso republicano, iniciava-se um processo de instalação de um novo modelo de Brasil, o de um país moderno, e, conforme destacam Herschmann e Pereira (HERSCHMANN E PEREIRA, 1994, p. 13), a palavra de ordem era “civilizar”. O saber técnico-científico e os especialistas dessas áreas, juntamente com a geração literária de 1920, foram os responsáveis por construir o paradigma moderno que ganhou destaque na década de 30. De acordo com esses autores:

O paradigma “moderno” esboçado na sociedade brasileira na passagem do século XIX para o XX configurou-se, com clareza, nas décadas de 1920 e 1930. Coube aos educadores brasileiros, nesse momento, grande responsabilidade pela discussão do tema da modernidade e dos projetos políticos que lhe diziam respeito, a partir de certa visão de sociedade e de povo brasileiro. Ao trabalhar nos maiores e mais importantes centros urbanos do país, liderando as famosas reformas de instrução pública, eles criaram não só a possibilidade de estruturar um campo de identificação dos educadores, mas, sobretudo, interferiram na ordenação simbólica das cidades, armando novas representações do urbano e do seu papel profissional dentro dele. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 15).

É com o juízo de modernização como conceito de melhoramento da sociedade que os intelectuais brasileiros se articularam e debateram projetos de reforma, um conceito que esteve na ordem das discussões sobre a formação do povo e raça ligadas à ideia de progresso e de nação. Influenciaram na consolidação de um imaginário no qual médicos, educadores, engenheiros, literatos e outros intelectuais discutiam temas de identidade cultural e nacional, estabelecendo relações com o mundo da política e a construção do Estado, e para eles o modernizarem, perpassava-se pela questão da implantação da higiene, do saneamento, da reforma urbana e da beleza estética e moral.

Nesse contexto, novos pontos de encontro para debates surgiam na imprensa diária ou em revistas literárias e científicas, como a Revista do Brasil, por exemplo, em cujas páginas é possível observar o rápido crescimento do número de escritores envolvidos em analisar os problemas brasileiros. Conforme demonstra Tania Regina de Luca, a atuação dos intelectuais no mundo público não apenas mobilizou a sociedade brasileira em torno do papel dos intelectuais como reformadores nacionais, como também proporcionou uma significativa ampliação das publicações de jornais, revistas semanais, criação de novas editoras e melhorias da qualidade gráfica e dinamização da distribuição dos editoriais, possibilitando a difusão dos bens culturais no país (LUCA, 1999, p. 38).

Tania Regina de Luca analisa como a coordenação da Revista do Brasil ansiava por um diagnóstico a respeito dos problemas do país, e, ao propor caminhos para solucioná-los, desejavam construir um núcleo de propaganda nacionalista (LUCA, 1999, p. 46). A fundação do periódico foi concebida enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo, uma vez que viam na escrita uma arma para reformar o país e servir de veículo para discutir propostas ou projetos para a nação (LUCA, 1999, p. 46).

A definição de uma nova atmosfera cultural pela atuação dos intelectuais começou a ser percebida na transformação urbana da cidade. Neste contexto, o automóvel, a elegância, o retrato no jornal, as vestimentas tornam-se o primeiro requisito para a definição do status social, e não se trata somente do luxo, mas, sobretudo, da atualização impecável com a moda (SEVECENKO, 1983, p. 96). Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências (SEVECENKO, 1983, p. 99).

Neste período, conforme tem sido apontado pela historiografia, o sentimento nacionalista despontou no Brasil na medida em que prosseguia a Grande Guerra na Europa, o que estimulava os brasileiros a repensar seu país no contexto do conflito. Ao mesmo tempo em que a Primeira Guerra colocava em questão o modelo civilizacional europeu, a sensação de distanciamento fazia do país uma nação insignificante e frágil perante as potências mundiais (SKIDMORE, 2012; SCWHARCZ, 1993; SEVCENKO, 1983). O pessimismo se alastrava nos discursos intelectuais e eram reproduzidos na imprensa e na produção editorial da época, refletindo as incertezas com o cenário internacional e os destinos da guerra e da civilização europeia. Na imprensa nacional, conforme destaca o historiador Thomas Skidmore, o tema expressava preocupação e pessimismo:

O colunista Paulo Prado Silveira observou lugubrememente, em novembro de 1914, que “assistimos embasbacados à formidável luta europeia, paralisados na nossa existência, com a nossa atividade entorpecida, completamente escravo da Europa”. A comparação com a Europa era odiosa: “Qualquer nação balcânica tem mais vitalidade que o Brasil”; o que o Brasil precisava era de “sangue novo nas veias”. Em junho de 1915, o mesmo comentarista perdia as esperanças na geração mais jovem de seu país: “A nossa mocidade não sonha mais”, e o país estava consumido por um “ceticismo desolador”. “A guerra nos bate às portas”, escreveu outro jornalista, “enquanto a visão da cidade [Rio] é quase um delírio”. Capistrano de Abreu era mais concreto em seu pessimismo. Em setembro de 1915, escreveu a um amigo dizendo que “depois da guerra a coisa será pior, porque a reconstrução europeia será a maior empresa que jamais se iniciou, e de lá não pode-se esperar nem dinheiro nem capitais” (SKIDMORE, 2012, p. 218).

A visão pessimista se alastrava não só no campo político e militar, era um pensamento compartilhado nos discursos científicos e morais da época, a definição de uma raça forte foram bandeiras defendidas por militares, médicos, políticos e todos os envolvidos no campo

intelectual brasileiro. Com a nova preocupação nacionalista, o desafio era fortalecer física e moralmente a raça brasileira por uma orientada ação educacional e higienista, só assim o Brasil ganharia “estirpe” (SKIDMORE, 2012, p. 235).

A Primeira Guerra Mundial, portanto, explicitou a enorme distância que separava o Brasil dos países industrializados. A condição de uma nação fraca gerava o temor sobre a capacidade do país em manter sua independência e unidade diante da pressão das potências imperialistas. A partir dessa compreensão, conforme explica Tania Regina de Luca, passou-se a advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território, uma vez que o Brasil deveria interessar não pelo que era, mas pelo que poderia ser (LUCA, 1999, p. 40).

De maneira geral, os brasileiros engajados na causa eugênica eram indivíduos das elites ou das classes médias urbanas, sendo representantes desses setores os médicos e advogados em sua maioria, muitos deles envolvidos na vida pública e na política, e eles queriam colocar em prática as ideias de reforma nacional a partir das práticas científicas, adaptando as novas perspectivas nacionalistas à realidade do país. Para contrapor-se à visão negativa que estigmatizava o Brasil como uma nação mestiça e degenerada, os eugenistas brasileiros afirmavam que o país estava em processo de transformação e aprimoramento racial, tendo a ciência eugênica um papel importante nesse processo.

Contudo, a imagem da negritude continuava entre os brasileiros sendo associada à barbárie e ao atraso da civilização, e a presença de seres doentes e sem educação, responsáveis pelas mazelas da saúde pública, demonstrava o atraso educacional e intelectual do Brasil. Segundo Jerry Dávila, quando a ciência passou a ter o poder de definir seres superiores pelo grau de brancura no sangue, a autoafirmação de ser branco passou a ganhar importância no status social, na medida em que o ser negro era visto como um problema e passava a ser pauta de discussões; assim, o branco só existe na contraposição do negro e vice e versa (DÁVILA, 2005, p. 25).

O cenário urbano brasileiro de início do século XX apresentava uma grande circulação de pessoas consideradas como inferiores, oriundas da classe mais pobre da cidade. As reformas no centro do Rio de Janeiro obrigaram a população pobre que ali vivia a mudar para as periferias da cidade, agravando ainda mais o cenário de desigualdade social, pobreza, epidemias e endemias, causadas pela falta de saneamento nesses locais precários (COSTA,

1999, p. 257-269). Além disso, a imagem de uma cidade negra ou mestiça, como era vista a capital da república, também preocupava as autoridades, que buscavam afastar essa população das áreas nobres, escondendo a cor do Brasil para longe do centro da cidade.

Pensar uma nação forte, inevitavelmente, passava pelo conteúdo racial que o país dispunha. Nesse contexto, o termo “raça” era entendido como objeto de conhecimento constantemente renegociado e experimentado no contexto histórico que investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 24). Do darwinismo social, os brasileiros adotaram o pressuposto da diferença entre as raças e a sua natural hierarquia, e do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento. Lilia Schwarcz demonstra que, dentro das discussões raciais, a grande preocupação era com a miscigenação, que passava uma péssima imagem, fortemente marcada pela presença da raça negra e ainda com o agravante do clima tropical que pesava para os cientistas deterministas desacreditarem no futuro de uma nação nessas condições (SCHWARCZ, 1993, p. 5p. 55).

O homem brasileiro era visto como selvagem, incivilizado e ignorante, existia uma preocupação de ordem burguesa em moralizar o trabalhador que compunha a classe operária; segundo Margareth Rago, havia uma tentativa de domesticação do operário que perpassava pela construção de um novo comportamento. Os valores burgueses foram postos como modelo para as famílias proletárias, autoridades sugeriram a construção de habitações favoráveis à higiene, escolas e institutos de assistência social foram criados a fim de impor normas e uma moral familiar de regeneração do operariado, e a grande preocupação era com a promiscuidade dentro das fábricas (RAGO, 1985, p. 12-13).

A sexualidade emergiu nos temas apresentados pelos meios midiáticos da época, como o cinema e as revistas, de modo que a questão corporal também passou a ser ressignificada pelos médicos do século XX. A expressão sexual era uma fonte de vitalidade que precisava ser orientada de maneira exposta, rompendo com os tabus que os moralistas do século XIX tinham sobre o corpo. Vale lembrar que o novo olhar sobre o corpo estava inserido em um quadro crescente de medicalização da sociedade. Se no século XIX queriase moralizar e calar tudo que ameaçasse a sexualidade, no século XX ela era exposta e precisava ser medicalizada, principalmente no que dizia respeito à reprodução (SOHN, 2011 p. 126-127). A proliferação do discurso sobre sexo e sexualidade fez com que a ciência interferisse

na organização das famílias, possibilitando que a expressão sexual fosse domesticada como um novo modelo de família: “Um coro crescente de cientistas sociais, de assistentes sociais, de jornalistas e de juristas defendiam a família de pequena dimensão e a ideia de que a vida familiar estava a se transformar num terreno especializado da intimidade e da expressão pessoal e sexual” (COTT, 1991, p. 99-101).

Se a preocupação com a constituição da família passava pela normalização da sexualidade, a imposição desses novos valores passava pelo controle da classe trabalhadora. Em meio às indagações em relação ao futuro do Brasil, a geração de intelectuais que geriram esse debate voltou-se para a definição de papéis e de espaços para homens e mulheres. Se a preocupação com os homens pairava sobre formar soldados para a nação, em relação às mulheres passava-se pela sua sexualidade e pelo processo de reprodução.

A degeneração moral e a prostituição eram a grande preocupação dos intelectuais. A fábrica era vista como lugar de degeneração moral, a intimidade do lar passava, nesse cenário, a ser valorizada e reivindicada. A desagregação da família, devido especialmente à participação feminina e infantil na fábrica, estava posto no próprio discurso dos operários, que incorporavam os discursos de controle (RAGO, 1985, p. 22). A imagem que se pretendeu criar era a de que patrão e trabalhadores dialogavam com o mesmo sentido e tinham interesses comuns. A intenção era negar o conflito, sugerindo a ideia de uma harmoniosa cooperação entre eles (RAGO, 1985, p. 35). A domesticação do trabalhador operário estava ligada à ideia de higienização do lar, para que seus efeitos se repercutissem nas fábricas:

Mais do que o discernimento pelo olhar analítico e classificador de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, é o desejo de eliminação da diferença, de normalização do outro, que se coloca como motivação primeira do poder sobre a classe operária fora das fábricas (RAGO, 1985, p. 61).

A reforma higienista atingiu principalmente as mulheres, ao mesmo processo que ocupava o espaço público, as exigências morais recaíam ainda mais sobre elas. Neste cenário, os cuidados com as crianças, sua educação higiênica e moral se tornava mais exigentes e os médicos pareciam ser seus novos aliados nessa questão (RAGO, 1985, p. 62). As vivências familiares e domésticas precisavam ser reorganizadas. O ideal de família burguesa valorizava a intimidade do espaço privado, um sólido ambiente familiar valorizava a função materna,

filhos educados e maridos cuidados pelas esposas representava a consolidação da família burguesa.

A guerra marcou a emergência das mulheres como agentes da modernidade, cabendo a elas o exercício da responsabilidade pela família, pela maternidade e os cuidados com a higiene. Além disso, esse período marcou também a libertação do corpo dos entraves dos espartilhos, das roupas compridas e apertadas, o que possibilitou maior movimento e significou uma revolução no cotidiano, uma nova relação com o corpo e a vivência nos espaços públicos (THÉBAUD, 1991, p. 83).

Intelectualmente, a participação das próprias mulheres de classe média do país teria se iniciado por volta da década de 1920, quando rompeu as barreiras de acesso às profissões, tornando-se professoras e funcionárias públicas. Enquanto que as mulheres de classe operária sofriam altas taxas de mortalidade e enfrentavam trabalho duro na economia doméstica, com salários extremamente reduzidos (STEPAN, 2005, p. 121). A historiadora Nancy Stepan aponta que as mulheres pobres viviam na miséria e as de classe média tinham seus próprios problemas de acesso à educação, direitos políticos e igualdade legal. Ideias anti-modernistas sobre as mulheres e seus papéis eram amplamente compartilhadas (STEPAN, 2005, p. 122).

É preciso ressaltar que as exigências para as mulheres pobres não eram as mesmas exigidas das mulheres ricas: das mulheres de famílias abastadas, esperava-se o bom preparo e a educação para o casamento, uma boa postura estética tanto com a moda quanto com a casa. É esse discurso que se encontrou nas obras de Renato Kehl, mesmo defendendo a eugenia como uma ciência aplicável em toda a sociedade, seus conselhos sobre casamento, educação e maternidade, apresentam o tom e o perfil da mulher rica. Pode-se interpretar que essa definição burguesa de características ideais esperadas das mulheres criou uma rígida disciplinarização das ações sociais, aprisionou a mulher burguesa a um conjunto de regras que a definiam como uma “boa mulher”, ao mesmo tempo em que excluía todas as mulheres que não atendessem ao julgamento social dessa nova ordem.

A visão moral e elitista da época tentava direcionar os papéis à espaços predeterminados de ocupação, criando um estereótipo típico burguês para as mulheres que se dedicavam a criar seus filhos e cuidar de seu marido como o ideal, em contraposição à mulher que ocupava os espaços públicos para trabalhar para o sustento dos filhos ou para contribuir com a renda familiar.

Esse discurso se afirmou com o respaldo da ciência, uma vez que a medicina social proporcionava a explicação das características femininas; embasados nas razões biológicas, explicava o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, apostando na subordinação da sexualidade feminina à vocação maternal (SOIHET, 2015, p. 363). Em contraposição a esse papel definido para a mulher, desenhou-se a posição masculina de certa forma ambígua, que conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios, devido a sua virilidade, e, ao mesmo tempo, um ser protetor, cuidadoso e amoroso para com a sua esposa e sua família. Foi ainda no discurso médico que se delineou o perfil da mulher “normal” e da mulher “anormal”, baseada nos princípios do determinismo do século XIX. Conforme explica SOIHET:

Césares Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia no final do século XIX, com base nesses pressupostos, argumentava que as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social (SOIHET, 2015, p. 363).

O discurso sobre a mulher assumia uma implantação dos moldes da família vista como essencial, que também serviu ao regime capitalista, na medida em que instaurava o custo de reprodução do trabalho considerando a contribuição não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as transformações com a inserção da mulher no mercado de trabalho alteraram o perfil das famílias mais pobres, forçando muitas delas a se tornarem provedoras de seus lares e agentes ativos na construção social. (SOIHET, 2015, p. 362-363). As mulheres foram o alvo principal da medicalização, de modo que a preocupação com a maternidade explicava a necessidade de controlá-las. A autoridade médica sobre os corpos das mulheres cresceu não apenas pela legitimidade que a ciência vinha alcançando nos últimos anos, mas devido à experiência de guerra das mulheres.

A Primeira Guerra propiciou uma experiência de liberdade e de valorização do trabalho feminino ao serviço da pátria e, ao mesmo tempo, destruiu as barreiras que opunham trabalho masculino e trabalho feminino (THÉBAUD, 1991, p. 49). Porém, a Guerra alterou

os rumos da mobilização feminista, ao passo que fortaleceram a sua individualidade e tomaram consciência da sua força, também aspiraram ao repouso e a consagração à família. Questão que não se desenvolveu de forma homogênea, uma vez que houve um comportamento de independência feminina entre as duas guerras, mas não em uma dinâmica de grupo, visto que foram abafados pelo discurso quase consensual sobre a mulher-mãe (THÉBAUD, 1991, p. 86-87).

Na sua grande maioria, o feminino passou a ser entendido pelo pressuposto da diferença “e da complementariedade dos sexos, exaltando com moralismo a maternidade, argumentando não com os direitos das mulheres, mas com as necessidades das mães, exigindo uma proteção específica para as trabalhadoras” (THÉBAUDT, 1991, p. 87).

Dessa forma, a guerra teve um caráter profundamente conservador em matéria de relações entre os sexos, voltando a instaurar uma linha divisória entre o masculino e o feminino. É nesse processo que os intelectuais suscitam um debate em torno da autonomia e liberdade da mulher, intervindo na organização familiar e no regramento do comportamento feminino. Figuras intelectuais se envolveram na discussão sobre o papel social da mulher brasileira e a consolidação do modelo de família burguesa. Para estes intelectuais, havia a necessidade de resgatar o espaço doméstico como sendo o lugar de atuação social da mulher, o que fazia com que as ideias e os debates se voltassem à reestruturação das relações entre homens e mulheres.

Encarregada da higiene do lar, da vigilância da saúde das crianças e do marido, fazia dela a responsável pela família, pela formação do caráter das crianças e pela conduta que definiriam como a conduta da nova força de trabalho do país. A “guardiã vigilante do lar” era o discurso médico sobre a figura materna que precisava ser moralizado, sendo a mãe recrutada a desempenhar um papel importante no ideal de família moderna (RAGO, 1985, p. 78).

Para os médicos, a mulher passou a ser objeto de investigação e controle, tanto do corpo como do comportamento. Os médicos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres como “degeneradas”, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo conhecimento sobre a mulher pública, e classificando-as num estereótipo de mulher vulgar, situada fora do campo da normalidade sexual e social (RAGO, 1985, p. 86).

O papel do médico foi fundamental nessa implantação de valores burgueses. Ao tentarem redefinir e reforçar os comportamentos, os médicos adotaram como objetivo a tarefa de formar a “mãe burguesa” e a “mãe educadora”, e empenharam-se para convencer as mulheres a amamentar. O médico da família também seria o vigilante da mulher, que era um ser frágil que devia se dedicar somente à maternidade e à família, e, por isso, precisavam do comando do homem (TELLES, 2015, p. 429).

A maternidade tornou-se o campo discursivo escrito sobre o corpo da mulher e aprisionando ao papel de gênero, prescrito para sua estrutura biológica. A saúde física de homens e mulheres fez recrudescer o discurso centrado na visão ontológica do corpo biológico da mulher procriadora (FLORES, 2007, p. 434). Desse modo, o discurso sobre gênero, que perpassa uma construção sobre corpo, na eugenia brasileira, é construído para estabelecer novos valores baseados nas diferenças biológicas entre os sexos.

A ideia de ciência e modernização, mesmo não estando bem clara e tendo sido interpretada de diferentes formas pelos diversos campos intelectuais na política brasileira no início do século XX, deu respaldo a uma busca por transformações sociais tão almejadas em um mundo de instauração da ordem burguesa. Padrões de normalidade foram construídos com base na ciência que serviu para naturalizar a ordem vigente através do discurso. Personagens foram elencados para operar a transformação em curso, num contexto no qual os intelectuais tinham a missão de gerenciar os projetos de reforma social, sendo as famílias escolhidas como o núcleo de ação. As mulheres aparecem no discurso médico como célula mestra do núcleo familiar, colocadas no centro dos debates nas estratégias de imposição da ciência no cotidiano da população brasileira.

Tentar compreender como essa atuação da ciência se construiu no cenário brasileiro nos levou a analisar com mais interesse o desenvolvimento da eugenia no Brasil e seus desdobramentos em projetos nacionais. Para tanto, a escolha de um dos principais articuladores da ciência eugênica como objeto de análise nos dará condições para melhor compreender as propostas dessa ciência. Analisaremos a seguir a atuação de Renato Kehl como um intelectual eugenista que articulou debates e produziu projetos de intervenção social.

1.2 Renato Kehl e sua concepção eugênica de Brasil

A análise histórica da eugenia enquanto movimento organizado, que articulou políticas de intervenção social, nos permite lançar novos olhares para as construções discursivas produzidas para definir e diferenciar papéis sociais de gênero no projeto de nação arquitetado pelos eugenistas. As intervenções sobre o corpo feminino e as construções de gênero na eugenia faziam parte de um debate mais amplo entre os eugenistas, os quais estavam preocupados com a definição da identidade nacional envolvendo discussões sobre raça.

A eugenia, definida por seu fundador como a ciência do “bem-nascido”, adaptou as teorias evolutivas desenvolvidas ao longo do século XIX para pensar a “evolução” biológica humana. Fundada pelo cientista britânico Francis Galton, e baseada na teoria da evolução das espécies e na seleção natural de Charles Darwin, a ciência eugênica adaptou as teorias evolutivas para pensar o desenvolvimento biológico humano. De acordo com Vanderlei Sebastião de Souza, Galton desenvolveu em 1883 a ciência da hereditariedade humana, que chamou de “eugenia”, cujas concepções eram voltadas ao melhoramento racial e estavam diretamente associadas às discussões sobre “evolução, seleção natural e social, progresso e degeneração, conceitos fundamentais que constituíram as ideias científicas e sociais no final do século XIX” (SOUZA, 2006, p. 09).

As teorias que surgiram na Europa serviram a um propósito racista, imperialista e excludente, como justificativa para as desiguais relações de poder entre os povos de diferentes regiões do mundo. Segundo Nancy Stepan, as primeiras sociedades eugênicas apareceram nos Estados Unidos e na Europa, discutindo questões relacionadas à hereditariedade, formação racial e políticas de controle social, isso ainda na entrada do século XX. Anos depois, o número de cientistas que aderiram às ideias eugênicas cresceria em diferentes regiões do mundo, popularizando cada vez mais essa ciência (STEPAN, 2005, p. 34).

Neste contexto, a eugenia foi empregada para justificar a dominação dos países europeus no auge da corrida imperialista, cuja justificativa era levar a civilização a povos “atrasados” e eugenicamente “inferiores”, legitimando a exploração de países economicamente mais pobres. De um modo geral, em diversos países, no período entre guerras, a eugenia serviu a um ideal nacionalista no qual as economias nacionais foram questionadas. O primeiro pós-guerra ofereceu a oportunidade para compreender as limitações e o potencial de nacionalidades e estados-nação, pois os povos pouco se identificavam com suas “nações” da maneira como prescreviam seus líderes (HOBSBAWM, 1990, p. 161-164).

As primeiras sociedades eugênicas aparecem no início do século XX discutindo questões relacionadas à hereditariedade, formação racial e políticas de controle social. Anos depois, o número de cientistas que aderiam às ideias eugênicas cresceria em diferentes regiões do mundo, popularizando cada vez mais as ideias eugênicas, atuando em nome de uma transformação social, biológica e racial (STEPAN, 2005, p. 34).

Nesse período se desenvolveram duas concepções para interpretar a questão da hereditariedade. A primeira delas, a neolamarkiana, defendia que a hereditariedade era determinada por fatores externos que causavam modificações nos caracteres hereditários, concepção essa que deu base ao que se denominou de eugenia preventiva. A eugenia neolamarkiana foi muito utilizada para empreender a atuação higienista e sanitaria para modificar os hábitos de higiene e, assim, melhorar a qualidade da saúde das populações. A outra perspectiva, a mendeliana, representava um marco no desenvolvimento da moderna biologia, baseada na concepção de Gregor Mendel sobre a hereditariedade, cuja concepção entendia que a influência do meio não era capaz de alterar o conteúdo genético e os caracteres hereditários dos indivíduos (STEPAN, 2005, p. 33-34). Para os mendelianos, as características hereditárias eram imutáveis e só poderiam ser transmitidas por meio da reprodução humana, sem intervenção dos caracteres externos.

Na Europa e também nos Estados Unidos, o medo da degeneração social, das mudanças provocadas pela industrialização, urbanização, imigrações e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, levaram os deterministas a migrarem cada vez mais para uma interpretação mais negativa e radicalmente determinista da perspectiva mendeliana. Na América Latina, embora a perspectiva neolamarkista tenha sido largamente empregada, as

teses mendelianas tiveram um papel relativamente importante na formulação de programas de reprodução humana, expressando-se, sobretudo, nos certificados pré-nupciais, restrições imigratórias e controles matrimoniais. Por meio dessas medidas, os eugenistas buscavam impedir uniões matrimoniais que colocassem em risco a futura prole da nação, evitando assim o cruzamento de raças e a reprodução dos indivíduos considerados inferiores ou degenerados (STEPAN, 2005, p. 79).

Nancy Stepan analisou o desenvolvimento da eugenia na América Latina e demonstrou que ela não foi um movimento homogêneo, mas produziu variáveis, alterando assim o significado da eugenia e construindo um complexo de ideias distintas em diversos contextos político-sociais. Outra questão apresentada pela autora é o desprezo dos historiadores em relação ao estudo da história da eugenia, uma vez que a consideravam como uma pseudociência diretamente ligada ao Nazismo. Ao fazer isso, os historiadores teriam, de um lado, desconsiderado o envolvimento de cientistas de diferentes lugares do mundo na promoção da eugenia e, de outro, teriam ignorado questões difíceis sobre a natureza política das ciências biológicas e humanas (STEPAN, 2005, p. 12-14).

A eugenia brasileira se delineou atrelada a esse contexto de pessimismo em relação ao conteúdo racial do país e, ao mesmo tempo, de fortalecimento da medicina, que prometia reformar e modernizar o país. Segundo o médico paulista Olegário de Moura (apud SOUZA, 2006, p. 43), entendia-se que “sanear era eugenizar”, pois as condições de vida da população brasileira eram precárias, o que propiciava doenças e mortalidade. Essa nova ciência pretendia agir no melhoramento do meio para resolver tais problemas.

Segundo Souza, é na década de 1910 que a ciência eugênica se assume como um movimento organizado no Brasil. Fundada em janeiro de 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo atraiu mais de 140 membros, entre eles médicos, juristas, jornalistas e educadores. Seu principal intuito era divulgar as ideias, trazendo as discussões sobre eugenia para o centro dos debates, abordando questões como alcoolismo, degeneração, doenças venéreas, fertilidade, educação sexual e matrimonial, entre outros temas ligados à eugeniização brasileira. Assim, foi nesse período que surgiu o primeiro e mais bem organizado movimento eugenista da América Latina (SOUZA, 2006, p. 36-38).

A articulação com associações médicas, leituras, o contato com uma geração de médicos e intelectuais da época, somada à própria realidade brasileira em torno da formação

racial do país, despertou os interesses de Renato Kehl por discussões sobre o melhoramento racial, hereditariedade e eugenia. Como um ávido leitor da biologia evolutiva europeia, os estudos de Francis Galton sobre a hereditariedade das qualidades mentais, longevidade, casamentos e reprodução humana, influenciaram fortemente a obra de Renato Kehl, sendo um dos autores de maior ascendência sobre a sua trajetória e a formulação do próprio movimento eugênico brasileiro (SOUZA, 2006).

Nascido em 1889, em uma família de imigrantes alemães no interior de São Paulo, Renato Kehl entrou para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1910, quando entrou em contato com o pensamento intelectual e a realidade nacional que moldavam o cenário brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Além da influência de Francis Galton, sua formação foi marcada pelas ideias de cientistas europeus como Jean B. Lamarck, Charles Darwin, Herbert Spencer, Paul Broca e August Weismann. Durante sua passagem pela Faculdade de Medicina, conheceu intelectuais como Belisário Penna, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Miguel Couto, dentre outros que influenciaram na formação de suas ideias científicas como médico e intelectual, despertando seu interesse pelas discussões sobre raça, hereditariedade, e, sobretudo, pelas ideias eugênicas e seus ideais de intervenção social e regeneração racial (SOUZA, 2006, p. 69).

Nos anos entre 1910 e 1920 Renato Kehl esteve ligado ao movimento médico-sanitarista, período no qual passou a defender mais explicitamente seus ideais eugênicos enquanto movimento científico organizado. Inicialmente, defendia uma eugenia responsável pela higiene e profilaxia das doenças e dos “vícios sociais”, embasado numa eugenia positiva, cujas medidas constituíam em estimular a educação sanitária, sexual e moral dirigida à população brasileira (SOUZA, 2006, p. 41-42).

O Congresso Internacional de Eugenia, ocorrido em julho de 1912 em Londres, e as crescentes publicações de trabalhos envolvendo questões de descendência, hereditariedade, evolução e estatística biométrica, foram motivações para a adesão de Renato Kehl à campanha eugênica no Brasil. A partir do final dos anos 1920, com o movimento eugênico já institucionalizado, Kehl adere a uma eugenia mais radical, ao estilo da eugenia negativa. Nesse período, se aproxima do modelo de eugenia amplamente divulgado em países como Estados Unidos e Alemanha, defendendo leis mais severas de intervenção eugênica. Vale lembrar que o movimento eugênico norte-americano, por exemplo, estimulava um controle

matrimonial e instituía esterilização compulsória em estados como Indiana e Califórnia, impedindo a reprodução dos indivíduos considerados nocivos à raça. Nos Estados Unidos, uma das principais eugenistas foi Charles Davenport, o responsável pela higiene da raça e pela introdução da eugenia nas principais universidades americanas (KEHL, 1919, p. 05).

No Brasil, Souza Lima teria sido o pioneiro na apresentação da eugenia, tendo defendido o projeto eugênico como uma importante medida de profilaxia e aperfeiçoamento racial (KEHL, 1929, p. 52). No início do século XX, a ciência eugênica era difundida entre os médicos, mas não se tinha clareza do seu conceito específico, e muitas vezes se confundia com os discursos higienistas, sanitaristas e educadores, que indistintamente associavam medidas de reforma social à eugenia. Só em 1917, Renato Kehl teria iniciado uma ampla propaganda de divulgação da eugenia, cujo esforço era mobilizar a comunidade médica em torno dos ideais da ciência eugênica. Seu esforço por institucionalizar a eugenia teve o apoio de Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, que, juntos, fundaram a Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918 (KEHL, 1919, p. 05). A fundação da Sociedade eugênica de São Paulo reuniu empresários, médicos, advogados, juristas, políticos, professores, literatos, jornalistas e pessoas ligadas às instituições do centro do país, sobretudo de São Paulo e Rio de Janeiro. O intuito era angariar não apenas pessoas de influência para aderir e divulgar a ciência, mas também pessoas que representassem a “estirpe” eugênica que se imaginava para o país.

Os defensores da ciência eugênica queriam divulgar as leis da hereditariedade para aplicá-las na reforma e regeneração da população brasileira. Nas palavras do médico e eugenista Olegário de Moura:

O movimento eugênico começa a ser acionado e praticado nos principais países do mundo. O Brasil, que aspira a uma sólida cultura e a uma sólida civilização, deve, sem demora, aceitar esse movimento como verdade indiscutível, procurando os meios mais práticos, prontos e eficazes para incorporá-lo no dorso gigante do seu progresso (MOURA, 1919, p. 10).

A visão eugênica se apresentava diretamente ligada aos ideais de progresso da nação, e caberia à medicina empreender esforços pelo futuro da prole, da família, da raça e da própria nacionalidade. O discurso nacionalista de Olegário de Moura demonstra o desejo pela regeneração da saúde física e moral do país, de modo a justificar o orgulho de uma civilização grandiosa e eugenizada. Assim, a eugenia se transformou numa ferramenta

importante para auxiliar a formação de uma nação moderna, o que justificava a adesão de vários intelectuais ao movimento eugênico e ao processo de institucionalização de suas ideias.

Além da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1922 foi fundada no Rio de Janeiro a Liga Brasileira de Higiene Mental, a qual é voltada para o aprimoramento mental da raça. Envolveram-se nessa proposta os psiquiatras Gustavo Ridel, Juliano Moreira, Henrique Roxo e Antônio Austregésilo, além dos médicos e higienistas Miguel Couto, Fernando Magalhães, Carlos Chagas, Edgard Roquette Pinto, Afrânio Peixoto e o próprio Renato Kehl, um dos entusiastas da associação entre eugenia e psiquiatria (STEPAN, 2005, p. 59). Muitos advogavam em favor do uso da eugenia e da psiquiatria no controle e saneamento dos trabalhadores, no combate ao alcoolismo e à loucura, além das atividades policiais e o controle da mendicância e criminalidade.

A ciência eugênica tomou tamanha proporção, que logo era vista como uma ciência capaz de estabelecer uma nova ordem social com intervenção e aperfeiçoamento médico da raça. Renato Kehl entendia que os eugenistas deviam, a partir das lições de Galton, sistematizar a análise da hereditariedade da seguinte maneira:

1º organizar a árvore genealógica da família; 2º julgar caracteres juvenis dos indivíduos e suas possibilidades quando adultos, avaliando características dos antepassados; 3º traçar origens e recombinações mentais, físicas e intelectuais, estudos genealógicos em plantas e animais, deve ser também o dominante na genealogia humana. Registro das construções genéticas e eugênicas; 4º avaliar num dado casamento, as forças hereditárias dos pais nos traços principais (KEHL, jan-1929, p. 03).

Com essas regras, a eugenia, enquanto ciência biológica e social, se apresentava como uma ciência facilmente aplicável e revolucionária na medida em que pregava ser eficiente na seleção dos bem providos eugenicamente. Seu discurso pretendia instaurar uma prática moral de valorização da hereditariedade familiar e a escolha de boas combinações voltadas ao casamento. Essas combinações não se referiam apenas à condição genética e hereditária, mas também às características morais e ao status social.

Como principal liderança do movimento eugênico, Renato Kehl esteve ligado intimamente aos ambientes de articulação política de saúde pública e engenharia social.

Como integrante do Departamento Nacional de Saúde Pública entre 1919 e 1927, Kehl foi responsável pelos serviços de educação e propaganda higiênica e antivenérea, bem como de atividades educativas em prol do saneamento e da profilaxia rural, além do envolvimento direto com os projetos nacionais de imigração (SOUZA, 2006, p. 69). Assim, Renato Kehl conseguiu angariar apoio às suas ideias por parte de médicos, sanitaristas, higienistas e psiquiatras, fortalecendo o movimento eugênico em diferentes áreas das ciências e da atividade intelectual e política do país.

Identificado como o pai da eugenia no Brasil, Kehl projetou-se como o grande difusor dessa ciência no país, tendo suas obras voltadas para a eugenia e o “problema da raça”. Como o discurso higienista fazia parte dos cânones intelectuais da época, seu projeto repercutiu muito bem entre os intelectuais e autoridades, e o desenvolvimento científico da eugenia contagiava as discussões político-sociais direcionadas à formação das populações nacionais.

Foi na década de 1920 e 1930 que sua campanha foi mais intensa, principalmente movido por um desejo pessoal de instituir a ciência no interior das famílias, produzindo e divulgando obras e projetos que pretendiam propor as lições de orientação eugênicas às famílias. Uma de suas obras mais importantes foi a *Cura da Fealdade*, publicada em 1923. Nela, expressou a sua concepção sobre os problemas brasileiros que, em sua visão, levavam à degeneração da raça:

Num clima magnífico, num país ricamente prendado pela natureza, o povo que o habita é, em grande parte, doente. Não possui habitações convenientes, não sabe remunerar-se contra as doenças e adversidade do meio, não tem educação de espécie alguma, alimenta-se mal, ignora, em suma, noções preliminares de higiene (KEHL, 1923, p. 168).

A falta de disciplina, de instrução e de orientação era apontada pelo autor como principal causa da degeneração do povo, enquanto a miséria, a fome e a vida agitada dos centros urbanos seriam os causadores dos chamados vícios sociais. As influências sociais eram a causa do cansaço e da preguiça, doenças como a malária e a sífilis eram adquiridas pela falta de higiene e a ignorância do povo inferiorizado, passíveis de serem curadas e evitadas (KEHL, 1923, p. 165). Nesse quadro, o autor é pessimista quanto ao futuro do país quando comparado a outros países, visto que a degeneração parecia ter tomado conta da

população. A “cura da fealdade” deveria passar pela moralização, educação, adoção de hábitos de higiene e projetos de reforma social aplicados pelas políticas do governo.

De outro lado, a presença de negros e dos variados cruzamentos raciais existentes no Brasil era visto por Renato Kehl com pessimismo, uma vez que o autor condenava a miscigenação racial como responsável pelo grau de inferioridade nas funções intelectuais e físicas da população brasileira. Já os cruzamentos de raças brancas com o mulato deveriam ser incentivados, tendo em vista que levaria ao branqueamento da população: na sua interpretação, após uma série de cruzamentos, anular-se-ia seus caracteres antagônicos (KEHL, 1923, p. 175-176). Anos mais tarde, Renato Kehl chegaria inclusive a descrever na teoria do branqueamento, na medida em que passou a ver com pessimismo ainda maior a mistura de raças. Não à toa, a partir do final dos anos 1930 o eugenista cada vez mais assumiu a defesa de medidas radicais, como a esterilização eugênica, um rígido controle migratório e o impedimento de matrimônios interraciais.

Na interpretação de Renato Kehl, a miscigenação era tão ampla no Brasil que não era possível definir um tipo étnico homogêneo. As raças originais do país e as que imigraram de outros continentes operavam diversas misturas nos cruzamentos, resultando em uma coletividade de mestiços bastante diversa:

Os troncos fundamentais da raça brasileira, em formação, são três: o português (sic), o índio (principalmente o tupy Guarany), e o negro. Dado o pouco tempo decorrido da colonização do Brasil, e do caldeamento de tantos sangues diferentes, é natural que ainda não exista uma raça brasileira, porque a mistura ethnica (sic), até agora processada, ainda não se apresenta homogênea, estável, não tem feição característica e original (KEHL, 1923, p. 171).

Acreditava que demoraria séculos até que um padrão sólido aparecesse, mas com convicção das regras evolutivas e nas evidências observadas por ele, afirmava que o futuro da raça brasileira seria a branca. Para os adeptos da eugenia negativa, que basicamente apostavam em medidas mais radicais de intervenção, as medidas, como o controle matrimonial, deveriam ser implantadas caso o Brasil quisesse executar, de fato, um projeto de melhoramento racial. Nas palavras de Renato Kehl:

O lusitano, de raça forte e destemida, foi o colonizador destas plagas e a eles devemos o que fomos e o que somos. Os gentios eram donos da terra, que não se sabe si vieram da Ásia pelo estreito de Bering, si são descendentes dos fenícios ou si, na expressão gaiata de Oliveira Lima “são rebentos do patriarca Noé, que aportaram às nossas praias, mercê do êxodo motivado pela falência da torre de Babel”. Os negros foram para cá trazidos pela ganância de expropriadores de carne humana, amontoados nos navios negreiros, caçados nas costas da África (KEHL, 1923, p. 173).

Reconhecendo as três raças constituintes do povo brasileiro, discute a questão do cruzamento dessas raças, considerando que, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, existe a miscigenação, e afirmando a crença na superioridade da raça branca no cruzamento com a raça indígena ou negra. Defendia que era preciso evitar a mescla de sangue, pois os mestiços, em sua visão, resultariam em tipos intermediários, desarmônicos e desequilibrados organicamente, consequência da incompatibilidade dos caracteres. A partir desse ponto de vista, condenava as uniões entre indivíduos de raças distintas. Não era só Renato Kehl que pensava dessa forma. Toledo Piza Junior, Professor da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia, expressa o pensamento racial desses intelectuais engajados com o projeto eugênico:

[...] o branco e o preto são tão diferentes sob tão variados aspectos, que bem poderiam ser considerados como pertencendo a espécies distintas. [...]. É exatamente aqui, onde o assunto se presta para os mais longos debates, que vamos gastar o menor número de palavras. Limitar-nos-emos simplesmente a dizer, que através do prisma social, o casamento do branco com o preto, quaisquer que sejam as vantagens que disso advenham para o indivíduo ou para a comunidade, deve ser considerado, na situação presente, como uma união repugnante. (PIZA JUNIOR. dez-1932, p. 05).

Ao se referir a ideia de espécies distintas para o branco e o preto, e ao considerar a união repugnante, o autor está considerando que, cientificamente, não se sabia as implicações da miscigenação, ao mesmo tempo em que reforça a superioridade do branco, pois, no processo de miscigenação, o negro era visto como o degenerado. Em 1926, Renato Kehl publicou *A Bíblia da Saúde*, cuja obra tinha como objetivo, conforme o título sugere, permitir que a eugenia servisse de orientação às famílias, funcionando como uma doutrina. Em sua compreensão, *A Bíblia da saúde* seria o novo livro sagrado, e a Eugenia a nova religião exercida pelo povo para realizar a regeneração física e mental da população. O eugenista

associava o progresso da eugenia diretamente conectado ao aperfeiçoamento da raça, empregando-a nas reformas do ambiente social.

Segundo Souza, nos anos finais da década de 1920, em uma viagem de cinco meses pelo norte da Europa, Kehl estreita relações com eugenistas alemães e de outros países do norte da Europa. Esse contato com laboratórios de pesquisa e instituições que viabilizavam projetos eugênicos alemães teriam lhe dado outro viés de aplicabilidade eugênica no Brasil, o que o deixou entusiasmado e lhe permitiu romper com as discussões sanitaristas sobre o papel do meio no processo de reforma social. Conforme Souza, a partir do final dos anos 1920, Kehl cada vez mais voltava suas atenções à eugenia negativa, passando a se preocupar mais com a reforma racial e a defender políticas mais extremadas de intervenção eugênica, sobretudo de controle matrimonial e de impedimento da reprodução dos indivíduos tidos como degenerados (SOUZA, 2006 p. 122).

O contato com essa eugenia mais radical despertou seu interesse por questões de seleção racial e a aplicação da política eugênica como um programa ideal à política nacional. Reafirmava os ideais dos princípios da eugenia negativa, como o controle deliberado da reprodução humana, impedindo o surgimento de indivíduos doentes, inferiores e degenerados, usando o exemplo de europeus e dos norte-americanos para legitimar a necessidade de implantar esse viés da eugenia no Brasil (SOUZA, 2006, p. 69-71).

Três meses depois de voltar ao Brasil, fundou o *Boletim de Eugenia*. Os artigos do Boletim falavam dos mais variados assuntos: imigração; alcoolismo; educação sexual; controle matrimonial; maternidade; puericultura; genética; biologia; biometria; frenologia e outros assuntos ligados à eugenia. Na grande maioria desses artigos, o discurso de convencimento sobre a importância da eugenia era reforçado, e os papéis eram definidos e reforçados nos estereótipos de família idealizada pela eugenia.

O *Boletim de Eugenia* foi financiado em seu início pelo próprio fundador, Renato Kehl, até o sexto volume. A partir daí, passa a integrar a revista *Medicamenta*⁵, apresentando um maior número de páginas e uma estética de impressão um pouco modificada. Segundo Ângela de Castro Gomes, as revistas da época lutavam com imensas dificuldades financeiras para a própria manutenção, algumas vezes é a existência de um mecenas que explica certa

⁵ Uma revista médica descrita por Renato Kehl como uma importante revista de destaque na ala médica brasileira. (KEHL, jun-jul, 1929, p. 01).

periodicidade e duração, sendo a falta de recursos uma das razões básicas para o seu desaparecimento (GOMES, 2004 p. 92). Nesse sentido, a incorporação do periódico pela revista *Medicamenta* pode ser interpretada como iniciativa para mantê-lo em circulação e também ampliar o alcance das publicações, sem alteração no teor dos artigos.

Divulgações de conferências, concursos eugênicos, produções científicas nacionais e estrangeiras, publicações de livros, e todo um rol de notícias sobre a eugenia, eram abordados pelo *Boletim de Eugenia*, inclusive fazendo propaganda de alguns livros de eugenia, informando até mesmo a livraria onde comprá-los. Percebemos como Kehl usa desse espaço para se autopromover enquanto escritor, não só propagandeando seus livros, mas também publicando elogios de outros autores de renome que bem falaram de suas obras.

O *Boletim de Eugenia* se apresenta como um espaço de sociabilidade para aqueles que compartilham do mesmo “capital cultural” (BOURDIEU, 1989. p. 89-102), veiculando ideias reformadoras para a sociedade e travando-se verdadeiros debates de ideias em torno dessas reformas, bem como estratégias de atuação estabelecidas e defendidas. O público alvo do discurso imerso no *Boletim de Eugenia* é o letrado, ou seja, é um instrumento de divulgação e propaganda que visa convencer e orientar os detentores do conhecimento, seja ele médico, jurídico ou literato. No periódico, é possível mapear uma dinâmica articulada de grupos intelectuais da área da Medicina, Sanitarismo e Psiquiatria, e também do Direito e da Educação, todos envolvidos por um debate de ideias indissociáveis de formas de intervenção na sociedade. O documento se torna um espaço de debate de ideias que se forjam para construir e divulgar suas propostas.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi também um evento fundamental na divulgação da eugenia entre os intelectuais e autoridades brasileiras. O evento teve suas propostas discutidas em torno de políticas e projetos a serem adotados para a efetivação da prática eugênica, e reuniu mais de 200 profissionais, médicos, psiquiatras, sanitaristas, figuras políticas e autoridades de instituições. Durante o congresso, foram discutidos projetos de lei que aprovassem, de forma mais rigorosa, os elementos de introdução imigratória e outros temas, tais como: o combate ao alcoolismo; ensino eugênico nas escolas; serviço militar para melhoria da forma física dos jovens; controle dos casamentos, entre outros.

A obra *Lições de Eugenia*, de Renato Kehl, lançada durante o congresso de eugenia, não angariou somente elogios, mas explicitou as diferentes concepções sobre a questão da miscigenação e acirrou as discussões sobre imigração pelos interlocutores do congresso. O antropólogo Froes da Fonseca apontou que a eugeniação das populações brasileiras não era um problema racial, mas um problema de educação e higiene. Contrapondo-se à Renato Kehl e suas ideias racistas, o antropólogo levantou ainda a bandeira de que deveriam ser selecionados, na entrada de imigrantes, indivíduos e não raças (FONSECA, 1929, p. 79).

Assim como Froes da Fonseca, Roquette-Pinto compreendia que os problemas das populações do país eram questões de políticas sanitárias e educativas, e não de formação racial. Questionou ainda os argumentos de capitalistas agricultores e industriais, que anunciavam a “falta de milhões de braços” para suprir as necessidades da produção e do progresso do país (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 146-147). Ainda, defendeu a necessidade de uma ação governamental que cuidasse de sua população, a qual estava abandonada na miséria e na ignorância, com falta de saúde, educação, instrução higiênica e saneamento.

O debate que se gerou a partir do trabalho de Azevedo Amaral, que defendia a restrição de imigrantes “inferiores”, evidenciou as divergências de concepções raciais e sociais entre os eugenistas. Azevedo do Amaral propunha estabelecer, além da seleção racial, exigência de posse de títulos e contratos feitos no país. A posição do autor não tinha sustentação cabível na opinião de Roquette-Pinto, que julgava que indivíduos com esses requisitos não viriam para o Brasil como imigrantes (ATAS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE EUGENIA, 1929, p. 17).

Diferente dos países norte-europeus, a eugenia no Brasil não esteve articulada exclusivamente à biometria e à genética mendeliana como campos de pesquisa, visto que não havia um departamento de ciências nas universidades brasileiras. Roquette-Pinto foi o que mais teve influência e aplicação no campo da biometria em seus trabalhos: ao se dispor a conhecer o interior do Brasil, coletou dados a partir das medições biométricas que empreendeu para estudar os tipos antropológicos brasileiros (SOUZA, 2011, p. 153).

Na obra *Ensaio de antropologia brasileira*, publicada em 1933, Roquette Pinto descreveu a eugenia como a ponte que liga a biologia às questões sociais, e fez forte crítica àqueles que usaram a eugenia como conceito da “moda” em seus discursos. Fazendo analogia às palavras de Karl Pearson, o qual apontou que, no início do século XIX, os naturalistas,

botânicos e zoólogos, julgavam-se obrigados a escrever sobre biologia, afirma que agora todos se viam obrigados a escrever seu “tratadozinho” de eugenia (ROQUETTEPINTO, 1933, p. 49).

É possível identificar as divergências de ideias e interpretações sobre a nacionalidade brasileira entre os eugenistas, seguindo a interpretação de Ângela de Castro Gomes. Longe de serem indicadores de meras vaidades individuais ou de banais competições, elas exprimem a complexidade das questões enfrentadas na busca da identidade em meio à modernização do país (GOMES, 2004, p. 04). A principal questão de debate e as interpretações distintas foram relacionadas à miscigenação racial do país: enquanto alguns apontavam como um elemento negativo da constituição racial brasileira, outros entendiam que o ponto negativo dos brasileiros era devido ao seu abandono, principalmente em termos de saúde pública, pelas autoridades brasileiras.

Roquette-Pinto se mostrou uma figura ambígua em suas posições perante a hereditariedade, ao mesmo tempo em que acreditava na potencialidade de cada raça e condenava a visão radical de alguns eugenistas; por isso, afirmou a necessidade de uma imigração controlada para melhorar o conteúdo racial brasileiro. Defendeu que fossem considerados os “atributos coletivos” das populações, e a realização de exames para detectar as condições individuais de cada imigrante, bem como suas capacidades mentais e qualidades morais: só assim se poderia medir seu valor. Dessa forma, se impediria a entrada de imigrantes com antecedentes criminais e com desequilíbrios mentais (ROQUETTEPINTO, 1933, p. 45-46). Isso demonstra que, mesmo com viés de interpretação diverso, os eugenistas brasileiros estavam condicionados aos mesmos conceitos de progresso e modernização, e ambos perpassavam pela hereditariedade da raça.

Não por acaso, as discussões mais importantes aprovadas no Congresso estavam relacionadas à adoção de leis para tornar mais rigorosa a entrada de elementos imigratórios, além de outros temas associados à seleção racial. Ao fazermos uma análise mais geral do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, percebemos que mesmo não tendo compartilhado de práticas mais radicais da eugenia negativa, como propunha a eugenia norte-americana e alemã, houve um debate que expressou a preocupação dos dirigentes brasileiros sobre os temas de hereditariedade e nação, que, conseqüentemente, suscitaram as discussões racialistas.

A formação racial do brasileiro era a principal preocupação de Renato Kehl, e o controle da imigração, os cruzamentos raciais e a orientação eugênica de saúde e sexualidade, estavam na pauta de seu discurso. Segundo ele, “o Brasil representa um grande laboratório ethnico (sic), dentro do qual se opera intenso metabolismo radical, com a assimilação de certos elementos e a desassimilação de outros” (KEHL, 1923, p. 171). A constituição da nacionalidade é vista por ele como um grande organismo humano que precisa digerir e metabolizar os diferentes elementos que lhe sobrepõem.

Renato Kehl foi o principal articulador da ciência eugênica no Brasil, sua interpretação pessimista quanto ao futuro do país fazia dele um arianista, defensor do branqueamento da população e desprezando a raça negra, principalmente o mestiço, eleito por ele como a marca da degeneração brasileira. A imigração europeia era uma de suas bandeiras levantadas como alternativa para regenerar a população, o “sabão de coco ariano” que limparia as impurezas do brasileiro através dos cruzamentos raciais (KEHL apud SOUZA, 2006, p. 182).

Seu ceticismo quanto à regeneração do povo brasileiro fazia com que o autor fosse buscar na imigração, de conteúdo racial branco, principalmente do norte da Europa, a única saída para a elevação racial do Brasil. Esse ceticismo do autor não era único: fazia coro com outros intelectuais, como Oliveira Vianna, que o autor cita para reforçar a descrença no futuro dos mestiços brasileiros:

Na opinião abalizada de Oliveira Vianna, a maioria dos mulatos e mamelucos padece de uma espécie de assimetria moral que lhes acompanha a inegável assimetria física; são quase todos moralmente incoordenados e incoerentes. Daí faltar aos nossos mestiços, diz o mesmo autor, “esse senso de continuidade, essa energia do querer, essa pertinência da vontade, essa capacidade de espera, todas essas fortes qualidades que denunciam as naturezas inteiriças, fundidas num só bloco, coesas, infrangíveis, monolíticas. É quebradiça a sua conduta, ziguezagueante, irregular, descontínua e imprevisível (KEHL, 1933, p. 201).

Renato Kehl, Oliveira Vianna e outros intelectuais alinhados ao racismo científico e o determinismo racial não acreditavam mais na eugenia preventiva, que pregava a educação e a higiene como viés de progresso social. Para estes, somente as leis da hereditariedade eram capazes de fazer homens bons e produzir uma sociedade superior e civilizada.

Defendiam uma “política biológica” de interferência na proliferação de indivíduos indesejáveis, como mestiços, criminosos, delinquentes e doentes mentais, que tanto atraso

causavam ao progresso e à civilização do Brasil. Condenava o cruzamento de raças, bem como os mestiços, defendiam, assim, a proibição de casamentos entre brancos e negros, brancos e indígenas, ou entre brancos e mestiços. Defendiam também a esterilização dos “mal dotados” como uma medida profilática indicada para criminosos, anormais e inaptos que apresentassem estigma de degeneração.

Na obra *Sexo e civilização*, publicada em 1933, Renato Kehl apresentou a base em que as ideias eugênicas estruturavam o pensar sobre o indivíduo brasileiro. Na obra, Kehl reafirmava a visão compartilhada por parte da intelectualidade da época, em que fazer homens bons dependeria do progresso biológico pela aplicação das leis da hereditariedade. Apostando na superação da herança colonial, era preciso empreender uma reforma social que proporcionasse uma educação higiênica para o brasileiro, para assim melhorar a saúde do povo. Mesmo com ideias de reforma social para melhorar a qualidade da saúde dos brasileiros, para a maioria dos eugenistas somente a hereditariedade e a homogeneização da raça colocariam a nação no caminho do progresso e da modernidade.

Mesmo não tendo sido aplicada práticas de esterilização na eugenia brasileira, o tema foi amplamente debatido e defendido pelos principais eugenistas brasileiros. Um discurso mais radical esteve presente no projeto de Renato Kehl, que, apesar de encontrar resistência de alguns intelectuais da época, acreditava ser o melhor caminho para efetivar os preceitos eugênicos entre as práticas da população. Utilizava em suas obras exemplos de outros países, como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Suécia, Dinamarca e Noruega, a fim de reforçar o modelo que o Brasil deveria seguir, defendendo, inclusive, práticas radicais, entre elas a esterilização.

Percebemos até então que as obras mais emblemáticas de Renato Kehl foram publicadas entre os anos 1920 e 1930. Em a *Cura da Fealdade*, publicada em 1923, o autor já expressava ideias deterministas e pessimistas quanto ao conteúdo racial brasileiro, perspectiva essa que empreendeu em um momento no qual o movimento eugênico estava ganhando força nos debates político-sociais. Como aponta Vanderlei Sebastião de Souza, é nos anos de virada da década de 1920 a 1930 que seu discurso eugênico se radicaliza na defesa de medidas extremas e autoritárias como esterilização eugênica, momento esse que encontrou-se o pensamento eugênico bastante difundido entre os intelectuais brasileiros (SOUZA, 2006).

Não somente as produções literárias do autor se intensificaram nesse período, como também a produção de importantes nomes que dialogaram ou rivalizaram com as ideias de Renato Kehl, como Edgard Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, José de Albuquerque e Gilberto Freire, dentre outros. A publicação de Renato Kehl do livro *Sexo e Civilização*, em 1933, a obra de Roquette-Pinto, *Ensaio de Antropologia Brasileira*, também publicado em 1933, e o livro de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1934, demonstram a intensa tarefa adotada pelos intelectuais em explicar os problemas sociais brasileiros sobre raça e população.

As produções jornalísticas também se ocuparam dessa tarefa. A publicação do *Boletim de Eugenia* em 1929, fundado por Renato Kehl, e a publicação do *Boletim de Educação Sexual*, fundado por José de Albuquerque em 1933, expressavam o desejo desses intelectuais em angariar apoiadores e tornar a ciência eugênica acessível à população. Compreendemos assim que os primeiros anos de 1930 foram de intensas transformações de pensamento sobre aperfeiçoamento da nação.

Nesse contexto de efervescências de ideias, a atuação de Renato Kehl foi dedicada à divulgação da ciência eugênica e à idealização de uma reforma social ampla que eliminasse os males sociais. Suas ideias se direcionaram para a normalização dos preceitos de família e eugeniação social, pois eugenizar o povo brasileiro perpassava pela imposição da ciência na moral do brasileiro. Para tanto, idealizou projetos de educação sexual eugênica e controles matrimoniais, cujos temas voltaremos nossa análise no próximo capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO 2 - EDUCAR E CONTROLAR: POLÍTICAS DE MORALIZAÇÃO E INTERVENÇÃO EUGÊNICA

No Brasil, a educação é apresentada no início do século XX como meio para atingir o objetivo de melhorar a hereditariedade do brasileiro, pois através dela seria possível a imposição de noções de higiene, princípios matrimoniais eugênicos e a introdução de práticas sociais com intuito de adotar a eugenia como princípio moral nas escolhas individuais, principalmente as escolhas matrimoniais. Assim, através de uma boa educação, a eugenia triunfaria como uma nova religião moral, com sua doutrina servindo a um ideal de reforma social com privilégios baseados na hereditariedade.

Uma das principais questões do discurso eugênico era demonstrar a importância do casamento como fator de progresso eugênico, e os cuidados pré-nupciais para jovens eram alvos estratégicos de intervenção eugênica. A introdução das lições de eugenia nos ensinamentos das crianças e jovens eram vistos como o caminho para implantar uma consciência sobre o casamento, uma vez que a função procriadora proporcionaria o progresso das futuras gerações (KEHL, 1923, p. 06). “O progresso será lento, mas incessante e, de idade em idade cada geração será, com diz Richet [eugenista francês], superior à geração que o precedeu”, destaca Renato Kehl (KEHL, 1923, p. 08).

Convicto de que a aliança entre as mães e os médicos era fundamental para regenerar a nação brasileira, Kehl apostava que as lições da moral eugênica implantada às famílias atingiriam todas as esferas da sociedade. Nesse enfoque, o casamento e a preocupação com as futuras gerações estavam no centro dos debates, sendo que o controle matrimonial aparecia como estratégia de intervenção eugênica prioritária nos projetos defendidos por eugenistas como Kehl.

O controle matrimonial e a educação sexual foram os artifícios utilizados para aplicar medidas ligadas à chamada eugenia negativa, que tinha por objetivo impedir a reprodução

dos degenerados, seja para evitar os cruzamentos raciais ou impedir o matrimônio entre os indivíduos considerados disgênicos, como os portadores de doenças hereditárias, loucos, criminosos, deficientes físicos e outros considerados inferiores. Dessa forma, articulava projetos e políticas de reprodução humana, educação, sexualidade e controle da população, produzindo, inclusive, papéis de gênero bem definidos na aplicação eugênica.

2.1. Por uma educação sexual

Os anos de 1930 foram de virada no cenário político e intelectual, tendo em vista o amplo investimento do governo Vargas nas políticas de nacionalização do Brasil, marcadas pelo desejo de criar uma identidade nacional homogênea. Dessa forma, a linguagem racista foi, de alguma medida, contida, pois queria-se mobilizar o patriotismo e gerar um sentimento de unidade nacional, aplainando as disparidades étnicas. Foram criados novos órgãos da administração federal, ampliou-se o poder do Estado para gerenciar e controlar grupos “socialmente problemáticos”, como os doentes mentais, as prostitutas e os delinquentes juvenis (STEPAN, 2005, p. 173).

Neste contexto, a eugenia ganhou força nos anos de 1930, permitindo que suas medidas fossem ainda mais difundidas nas discussões sobre as reformas sociais e higienistas. No campo da educação, Jerry Dávila demonstrou que os professores eram chamados de engenheiros sociais, e muitos se afastaram pela resistência católica que não aceitavam as novas intervenções no currículo educacional (DÁVILA, 2005, p. 43).

A elite brasileira entendia raça não pela sua biologia, mas pelas ações e pelo que a cor representava nas divisões sociais que se enraizaram ao longo da história brasileira. As ideias eugênicas serviram a um discurso de raça, gênero e cor, na medida em que os pobres não brancos eram vistos como os responsáveis pelas deficiências da nação. Jerry Dávila explica que esse pensamento permeava as discussões sobre a educação, demonstrando que a temática pautava os discursos de todos os defensores do branqueamento do país. Assim, o acesso dos negros às escolas se deu justamente pelo racismo e o preconceito que pregava a necessidade de superação da sua cor (DÁVILA, 2005, p. 25). O novo Brasil moderno escrevia uma nova história e a negritude era seu passado, de modo que a superação da cor

seria seu futuro, enquanto a brancura transmitia um senso racial de saúde, vigor e superioridade darwiniana. Desse modo, regenerar o povo brasileiro passava pelo projeto de ausência de negritude e reafirmação de país que tendia ao branqueamento num futuro não muito distante (DÁVILA, 2005, p. 26).

Jerry Dávila toma para discussão exatamente o momento em que a ideia de democracia racial é abraçada pelos projetos educacionais brasileiros e empregadas nas instituições através das políticas públicas, fazendo uma análise tanto das reformas educacionais quanto do processo de abertura da educação pública (DÁVILA, 2006, p. 3334). Nesse processo, o racismo, o sexismo e a seleção de classe aparecem entrelaçados na escolha dos professores, que foi maciçamente feminina, aproximando a mulher ao papel que projetavam para ela, associado aos cuidados infantis. Essas medidas acabaram construindo papéis de gênero, pois, ao mesmo tempo em que deixou homens de fora, construiu a premissa que o papel de educador estava associado à atividade assistencial ou maternal característico das funções das mulheres. As relações de raça também são explicitadas, ao passo que as mulheres pobres de cor não atenderam as exigências para ocupar as vagas de professoras. Foi assim que o Estado empreendeu um esforço para incutir nas crianças um ideal de raça, classe e papéis de gênero. De acordo com esse autor, a preocupação com as referências corporificadas nos professores fazia parte do projeto educacional idealizado pelo Estado (DÁVILA, 2006).

Fernanda Aparecida Meglhioratti, tendo como objeto de estudo os projetos eugênicos para a educação e a constituição de 1934, considerou que a relação da eugenia com a educação foi tão representativa na época, que chegou a ser aludida na constituição de 1934, no artigo 138, que determinava a obrigatoriedade dos Estados e municípios estimularem a educação eugênica e adotarem medidas legislativas e administrativas voltadas à prevenção de doenças (MEGLHIORATTI, 2012, p. 09).

A popularização da educação se deu mediante uma ideologia médico-científica que pretendia reformar o povo “degenerado” a partir da educação. As incursões iniciadas em 1917 no interior do país tinham o intuito de mapear as condições de vida e higiene do povo brasileiro. Arthur Neiva e Belisário Penna, que em 1910 realizaram uma longa excursão pelo interior do Brasil, relataram um cenário desolador do sertanejo, e solicitaram a criação de um ministério de educação e saúde. Afrânio Peixoto, médico que assumiu a secretaria da

educação do Rio de Janeiro, reformou escolas e adotou um currículo que contemplasse inculcar conhecimento sobre saúde na educação a fim de regenerar o povo brasileiro (DÁVILA, 2006, p. 23).

O comportamento sexual entrou para os debates em torno da educação, sobretudo os papéis definidos para homens e mulheres, relacionados a uma identidade de sexo e voltados à procriação e à higiene das famílias. Os novos ares da República ambicionavam uma ampla reforma social e cultural, e, como já foi apontado, os médicos adotavam tarefas que constituíram bases indispensáveis para o saneamento geral do brasileiro. Os tratamentos dos desvios sexuais, a orientação sobre a higiene sexual e a profilaxia matrimonial integraram a criação de novos hábitos para superar os vícios do seu povo.

Maria Bernadete Flores apontou que as políticas de controle das raças colocaram o sexo e o comportamento sexual na centralidade dos debates pautados no ideal de família burguesa, para evitar os cruzamentos raciais. A sexualidade e o comportamento corporal passaram a ser controlados, adequando o ideário que se queria como modelo para a nação a se forjar, pelo médico sexólogo e o médico legista, inserindo-se naquilo que a autora denominou de “racismo de estado” (FLORES, 2007, p. 276). Renato Kehl defendeu uma educação sexual voltada para o matrimônio como estratégia de “civilização do instinto de reprodução” (KEHL, 1923, p. 215).

Figura 1 – Educação sexual das crianças



Fonte: *A cura da fealdade*, 1923, p. 216.

A Figura 1 representa o desejo de se realizar uma educação que utiliza-se da natureza para ensinar as crianças. Ao ensinar a reprodução dos animais estariam ensinando a reprodução do próprio homem, o que possibilitaria que as crianças aprendessem as lições corretas e evitassem os instintos “maléficos” para a saúde.

Para os jovens, Renato Kehl defendia que se ensinasse a realidade sobre as questões sexuais e que compelissem a uma proteção contra as perversões sexuais, reforçando a importância da abstinência sexual:

Os nossos rapazes deviam compenetrar-se de que nada é mais bello do que a pureza de costumes; de que a maior felicidade ao se casar é poder dizer, como o fez o grande Victor Hugo, numa carta que dirigiu á noiva em 1820: “ É o ardente desejo de me tornar digno de ti que me fez severo contra os meus defeitos. Devo-te tudo, a apraz-me repeti-lo; si me conservei, até hoje, puro dos desregramentos a que se entregam os meus companheiros, e que o mundo tão facilmente desculpa não é por me terem faltado ocasiões, mas porque a lembrança de ti me protegeu. Assim, graças a ti, conservei intactos os meus únicos bens que hoje posso oferecer-te; um corpo puro e uma alma virgem” (KEHL, 1923, p. 217).

A preocupação com a preservação do corpo ganha importância nesse discurso, e ao mesmo tempo que controlavam suas funções também contribuíam para mudanças nas relações corporais, superando o pudor corporal. Courtine e Vigarello apontam que a superação dos casamentos arranjados pelas famílias evidenciou a preocupação individual em encontrar sozinhos um parceiro; nesse processo, surgiu a conquista pelo amor, e, para tanto, precisavam jogar os seus trunfos pessoais, e por isso a questão física passou a ser valorizada e a beleza do corpo passou a ser atrelada à sedução como elemento de encantamento (COURTINE; VIGARELLO, 2011, p. 118).

A questão da sexualidade também se evidenciou nos veículos midiáticos e foi amplamente discutida no *Boletim de Educação Sexual*, editado pelo Centro Brasileiro de Educação Sexual e dirigido pelo médico sexólogo José de Albuquerque. A reprodução e a fertilização aparecem atreladas ao instinto sexual, que deveriam ser controlados e regulados permanentemente. Para isso, é elegido o amor sexual como um sentimento complexo e cultivável que estaria acima dos instintos. Conforme aparecia nas páginas do Boletim:

É de lamentar que os pedagogos tão pouco se tenham ocupado destas questões e que se abandone a fontes mais impuras, aos maus criados, aos companheiros pervertidos, ou aos livros pornográficos, a instrução dos nossos filhos sobre a questão sexual. Si (sic) se quiser combater as perversões sexuais, adquiridas na idade juvenil, ou o desenvolvimento precoce dos apetites sexuais, nada se conseguirá com hipocrisia mentiras, nem com vagas preleções morais, nem com olhares severos, mas sim com doçura e franqueza. Em tais casos as respostas são evasivas combinadas ao que se costuma chamar moral “severa” não conseguirá senão o afastamento, a dissimulação e a hipocrisia. (ALBUQUERQUE, nov- 1933, p. 01).

A vigilância e as repreensões sobre o comportamento dos jovens com seus próprios corpos se intensificou. A masturbação era vista como um comportamento anormal e de desvio sexual que poderia causar graves consequências à saúde dos jovens, particularmente no sistema nervoso, bem como perturbações mentais, que também eram atribuídas ao desregramento das masturbações. Práticas condenáveis como essas eram atribuídas aos espíritos fracos, depravados e imorais, sendo função dos pais evitarem que seus filhos se degenerassem pela masturbação. Conselhos eram transmitidos e devia-se instruí-los dos malefícios dessa prática e incutir nos jovens a noção de vergonha de atos imorais.

O alcoolismo era considerado, juntamente com a prostituição, um veneno social responsável pela proliferação de “loucos” e alienados mentais. De outro lado, o álcool era considerado tóxico e a prole dos alcoólatras era vista como doente, anêmica e deformada. Além de ser considerado um veneno social, era definida como uma prática masculina, delineando uma prática de gênero. De outro lado, o discurso para a mulher não ingerir álcool era redobrado, devido tanto à questões de ordem moral quanto à preocupação com a reprodução de filhos saudáveis (KEHL, 1923, p. 242).

A prostituição era vista pelos eugenistas como uma peste que desmoralizava e degenerava a humanidade. Por meio dela se difundia a sífilis e a gonorreia, e para evitá-la era preciso salientar aos jovens os perigos da prostituição, demonstrando as vantagens da castidade para afastá-los das ameaças de perdição. O principal temor dos médicos com relação à prostituição era com sífilis, uma doença que transcendia as classes sociais, causava lesões dolorosas, além de malformações físicas e mentais.

A sífilis era uma doença que assombrava a população brasileira. Em finais do século de XIX e início do XX, a sífilis, segundo Sérgio Carrara, era encarada como fruto de “um

exercício sexual imoderado”, simbolizando aquilo que os maus hábitos de conduta ocasionavam. Sendo assim, os médicos, tanto do movimento eugenista como do higienista, irão refletir sobre o tratamento e cura desta enfermidade, mas também em medidas profiláticas e saneadoras da doença. Acreditava-se que a sífilis, devido à multiplicidade de lesões que provocava, acarretava uma série de outros problemas à saúde que muitas vezes levavam à morte, como, por exemplo, a angina de peito e afecções das artérias, tuberculose, câncer da cavidade bucal, além de poder levar o indivíduo à loucura (CARRARA, 1996, p. 39-40).

A sífilis era uma doença social atrelada à prostituição, uma vez que o discurso masculino em torno dessa questão construiu a mulher vítima, que era contagiada pelo marido que buscava aventuras fora de casa, ou que, quando jovem, tinha um comportamento desregrado e pervertido pela prostituição. Essa mulher era infectada e infectava seus filhos, amaldiçoando a prole a seres doentes e degenerados. Para demonstrar a tragédia que a sífilis poderia representar, Renato Kehl fazia a seguinte explanação:

Para exemplificar, vou referir-me a um caso de syphilis (sic), que acarretou a desgraça de uma família inteira: uma bela moça de 22 anos contraiu núpcias com um jovem e talentoso rapaz, recentemente formado em uma das nossas academias. Logo ao fim de um ano teve um filho forte e bello (sic). O marido, em viagem, teve relações sexuais com uma mulher impura, contraindo uma infecção sifilítica. Sem dar por essa infecção, pouco tempo depois voltou para casa, contaminando a esposa. Esta, por sua vez, com feridas na mucosa da boca, beijando o filho querido, transmitiu-lhe a syphilis, adquirida do marido. Submetidos a tratamento, melhoraram animadoramente. Acontece, porém, que o marido, tendo vida muito agitada, obrigado a viagens constantes, não pode submeter-se a um prolongado tratamento. Resultado: Mãe e filho syphiliticos, o pai que gozava (sic) florescente saúde foi repentinamente acometido por um derrame cerebral e hoje acha-se inutilizado, com paralisia de um dos membros superiores (KEHL, 1923, p. 227).

O autor constrói em seu discurso a sífilis como sendo uma doença masculina, que só podia ser sexualmente transmitida e associada à prostituição e à busca de sexo pelos homens fora do lar. Por sua vez, a mulher, esposa e mãe de família, deveria ser pura e recatada, sem o contato com a promiscuidade causadora dessas doenças. Ao mesmo tempo que o discurso sobre a sífilis construiu a mulher vítima, também construiu o discurso e o preconceito pela mulher degenerada. A prostituição carregava o sinal da degeneração, de modo que a

preocupação com as duas não eram de forma justa, pois a prostituta não recebia a mesma atenção que a mulher vítima, mãe de família. De outro lado, o homem também aparece como uma vítima da sua fraqueza ao cair na armadilha dos prazeres fora de casa.

A verdadeira função do matrimônio, para os eugenistas, era a reprodução de boa hereditariedade. Combater a sífilis era o mesmo que combater a degeneração e preservar a saúde da família, uma vez que saúde era associada pelo autor à ideia de felicidade na família. Ao passo que a ciência travava uma verdadeira guerra contra a sífilis, afirmava os avanços científicos em prol da sua cura, e os tratamentos já eram disponibilizados para curar aqueles que já haviam sido contaminados pela doença, mas o principal meio de combate usados pelos médicos era a prevenção através da moralização dos instintos sexuais (CARRARA, 1996).

Ao final do século XIX e início do XX, a sífilis, segundo Sérgio Carrara, era encarada como fruto de “exercício sexual imoderado” (CARRARA, 1996, p. 32), e simbolizava aquilo que os maus hábitos de conduta ocasionavam. Sendo assim, os médicos, tanto do movimento eugenista como do higienista, investiram sobre o tratamento e cura não só dessa enfermidade, mas também em medidas profiláticas e saneadoras da doença. Acreditava-se que a sífilis, devido à multiplicidade de lesões que provocava, acarretava uma série de outros problemas à saúde que muitas vezes levavam à morte ou causavam deformações na prole e até a esterilização (CARRARA, 1996, p. 39-40). Muitos médicos, conforme explica Rago, defenderam o exame médico pré-nupcial como uma medida obrigatória, pois entendiam que as mulheres contraíam a sífilis e outras doenças venéreas ao se casarem com o noivo já contaminado. Quando não as deixavam estéreis, a sífilis as levava à morte, além do alto número de abortos e mortalidade infantil (RAGO, 2007, p. 167).

Em relação aos males causado pela sífilis, por exemplo, Alexandre Tepedino argumenta nas páginas do *Boletim de Eugenia*:

Quem contraiu a lues, quem pensa em casar-se, quem tem filhos, deve seriamente meditar sobre estes factos. Aos pais cabe, no tocante a raça, no tocante a família, uma imensa responsabilidade... A lues (sífilis) é um elemento de ruína do lar. [...] quem se casa nestas condições pode involuntariamente concorrer para a desdita de inocentes sêres (sic)... Exemplos terríveis não faltam, comprovando o facto. Que todos meditem, pois, sobre estas verdades! (TEPEDINO, mar-1930, p. 04).

O médico argentino Alexandre Tepedino chamou a atenção para o perigo da sífilis no casamento e enfatiza a importância do exame pré-nupcial, pois os filhos herdam a “semente” dos pais. Segundo ele, “quem se casa nestas condições pode involuntariamente contribuir para a desgraça de inocentes seres”, uma vez que a preocupação dos eugenistas era com a futura prole.

O controle matrimonial era visto como um instrumento dessa moralização, um discurso voltado para as famílias e para os jovens era difundido sobre a importância da saúde física, da ausência de patologias hereditárias e da perfeição da raça, era amplamente difundido no discurso científico, em jornais, revistas, periódicos, através do rádio e das falas e livros produzidos pelos médicos. Políticas educacionais voltado para as crianças e jovens foram defendidas como meio prático de difundir uma educação sexual capaz de garantir a prevenção através do conhecimento, principalmente sobre os males que a doença causa. Historinhas como a que foi vista acima, contada por Renato Kehl, são exemplos de como o conhecimento sobre os males da doença era difundido, na qual o homem causava sua própria destruição se não controlasse seus instintos sexuais.

O esclarecimento sobre as verdadeiras funções sexuais e a necessidade de controlá-las por uma moral eugênica que pregava a reprodução de boa saúde fazia da educação sexual um meio de eugenia social. A família era chamada a interferir na educação sexual dos meninos e meninas, impor a “civilização do instinto de reprodução”, valorizando a beleza física na construção da ideia de amor. A castidade era valorizada no discurso eugênico para evitar os males que ameaçam a raça, de modo que os eugenistas indicavam um rígido controle sobre os comportamentos e profetizavam um futuro de saúde e robustez expressos na perfeição física e moral do brasileiro que só seria alcançada pela moralização sexual dos jovens.

Enquanto médicos brasileiros procuravam estratégias para eugenia o povo brasileiro, outros intelectuais modernistas também expressavam todo seu pessimismo sobre o comportamento sexual e a triste sorte dos jovens brasileiros expostos à contaminação da sífilis:

Viver não pude sem que o fel provasse
Desse ouro amor que nos perverte e engana,
Porque homem sou, e homem não há que passe
Virgem de todo pela vida humana.

Porque tanta serpente atraí e profana
 Dentro d'alma deixei que se aninhasse?
 Porque, abrasado de uma sede insana,
 A impuros lábios entreguei a face?

Depois de lábios sôfregos e ardentes,
 Senti – duro castigo aos meus desejos – O
 gume fino de perversos dentes...

E não posso das faces poluídas
 Apagar os vestígios desses beijos
 E os sangrentos sinais dessas feridas
 (BILAC apud KEHL, 1923, p. 218).

Nos versos de Olavo Bilac, citados por Renato Kehl no seu livro *A Cura da Fealdade*, a condição humana condena o homem a ceder aos seus instintos sexuais; mais do que isso, o autor explana as relações de gênero que pairavam sob o pensamento da época, relações que distinguiram o comportamento do homem fora de casa explicado pela sua natureza. Ao mesmo tempo, a maioria dos intelectuais que tratam do tema da sífilis como uma doença mundana proporcionam um apagamento da mulher com quem esse homem se relaciona e adquire a sífilis, uma mulher que foi contaminada por um outro homem.

Nesse sentido, ser homem fora do padrão normativo fazia dele um errante, e ser mulher fora dos mesmos padrões fazia dela uma causa perdida sem possibilidade de regeneração, tendo em vista que ela não é nem mencionada como motivo de preocupação dos médicos. A mulher que corrompe o homem é descrita pelo autor como a serpente que engana e se aninha na intimidade dos homens e, camuflada pelo amor, o golpeia com a degeneração da sua saúde. Essa imagem remete a ideia de que a mulher que não condiz com o padrão de normalidade se aproxima da esfera da animalidade irracional, imoral e traiçoeira.

O homem é castigado por seu desregramento e a tragédia toma conta de sua família, tragédia causada pela perversidade da mulher. Além disso, para fugir da tragédia, só tem um caminho: fugir das tentações provocadas pelas mulheres. O castigo do homem logo se corporifica, a doença se manifesta e apresenta as marcas do desregramento do homem. Assim, a sífilis nada mais é, na visão de Olavo Bilac, do que o castigo das paixões humanas aos homens que se deixam enganar pelas mulheres degeneradas.

As citações de Renato Kehl e de Olavo Bilac se aproximam da caracterização da sífilis enquanto problema social, por prejudicar a saúde do brasileiro e comprometer a futura prole

brasileira e o progresso do país. Neste sentido, a sífilis foi sendo construída como uma questão de ciência e também uma questão social e moral. A educação sexual passou a ser uma premissa para evitar os males da sífilis, uma questão de Estado: era preciso estabelecer códigos de deveres sexuais bem como educar desde a sua adolescência para capacitá-los na autodefesa da doença. A questão também é posta no âmbito familiar, e a ignorância dos jovens é vista pelos médicos como culpa dos pais.

Não apenas eugenistas como Renato Kehl se dedicam a inferir uma educação sexual, mas médicos sexólogos surgem dedicados a essa questão, como é o caso de José de Albuquerque, que liderou a criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES). Assim como Renato Kehl, articulou um periódico de divulgação de seu trabalho se autopromovendo como liderança na defesa da educação sexual.

Formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José de Albuquerque foi principal defensor do movimento que pregava a promoção da educação sexual. Para ele, a educação tinha a capacidade de selecionar os melhores, e caberia ao Estado difundi-la, proporcioná-la e facilitar o acesso à educação integral, pois o Brasil nessa época carecia de escolas e de difusão dos princípios educacionais e civilizatórios.

Figura 2- A campanha de educação sexual no Brasil



Fonte: Recorte do Periódico Boletim de Educação Sexual, ed. Março-1935, p. 5.

Na imagem acima, a mão segurando firmemente o mapa do Brasil mostra a capacidade da ciência em selecionar, domesticar, controlar e modelar a nação, garantindo o controle dos “instintos” e “desregramentos” sexuais e o melhoramento das futuras gerações. A mão representa também a ciência reformadora, enquanto a lista de jornais parceiros em torno da imagem expressa os meios para alcançar esse objetivo. O poder para convencer e instruir o brasileiro no caminho da higienização estava na eficiência da divulgação em massa, e os jornais, revistas e periódicos seriam um dos instrumentos de auxílio dos médicos e do Estado. Nas representações de José de Albuquerque, percebemos o quanto sua atuação enquanto intelectual se aproximava da atuação de Renato Kehl, embora não dialogando diretamente, mas compartilhando das mesmas ideias, ambos projetavam se autopromoviam como líderes de projetos de intervenção social. A sexualidade é colocada na pauta dos discursos e questões relacionadas a ela são descritas como assuntos de Estado e não apenas ações individuais.

As novas noções sobre sexualidade pretendiam romper a velha moral que, em nome do pudor e do respeito moral, se esforçava por esconder da criança tudo que fosse referente às questões de sexualidade. José de Albuquerque apela para os pais e mestres que:

- a) não procurem envolver num halo de mysterio (sic), os problemas da vida sexual, ao cogitar deles com seus filhos ou seus discípulos, mas sim, que respondam criteriosa e veridicamente, as questões que sobre a sexualidade lhes forem pelos mesmos formuladas; b) que não concorram para criar na mentalidade infantil, o falso conceito, de que a função sexual é uma função de prazer, como tal, dela, se devendo abster, como meio de obtenção de graças divinas, mas sim, que demonstrem se esta função substancialmente igual às demais e tão necessária como qualquer outra, á conservação da saúde e ao equilíbrio geral do organismo; [...] d) que não pratiquem o crime de deixar ingressar na puberdade, criaturas completamente desconhecedoras dos mil e um perigos que as esperam, para somente as ensinar, depois de precipitadas muita vez na voragem do abismo, mas som, que se as ministre em tempo oportuno os conhecimentos indispensáveis de physiologia (sic) e hygiene (sic) sexuais, que possam influir no sentido de melhor orienta-las na conduta de sua vida sexual (ALBUQUERQUE, set-1033, p. 02).

A falta de instrução sobre os conhecimentos da vida sexual passa a ser um mal que deveria ser combatido. O apelo de José de Albuquerque faz parte do discurso médico que se instaurava como um saber normatizador de comportamentos que tinham por finalidade a

higienização das doenças inculcando nas crianças e jovens hábitos de higiene e prevenção de doenças. A educação sexual foi o caminho encontrado por médicos e eugenistas que estavam em consonância sobre o poder transformador da educação, não só de jovens e crianças, como também dos pais e dos professores. Conforme pode-se observar, o autor expressa o desejo de romper com velhas morais patriarcais e religiosas, principalmente sobre o pudor feminino que impedia as famílias a instruir suas filhas em temas de sexualidade.

Tanto José de Albuquerque como Renato Kehl chamaram a atenção para a necessidade de educar os pais para alcançar a educação dos filhos. No livro *Pais, Médicos e Mestres*, Renato Kehl propôs uma orientação aos pais sobre como educar seus filhos, além de incutir a necessidade de incluir o médico no processo de educação do brasileiro. O médico teria a oportunidade de agir como orientador psicopedagógico, uma vez que os modernos estudos sobre a biotipologia haviam aberto novos rumos à psicologia infantil.

De acordo com Kehl, a função do médico da família deveria ser indispensável, pois ele conhecia a psicologia dos seus membros e saberia conduzir uma boa orientação psicopedagógica. O médico teria mais uma função, o de higienista mental e o de psicoterapeuta, “visando modificar o meio familiar, orientar pais, avós, irmãos e tratar a criança, quando fraca, nervosa e emotiva” (KEHL, 1939, p. 10). Ou seja, o trabalho do médico ganharia a função de educador da família, aquele que dará conselhos e instruções na educação higiênica da família. Neste aspecto, pode-se fazer uma alusão entre o trabalho do médico com o trabalho do padre, que seria o responsável por guiar a vida espiritual das pessoas, enquanto o médico seria o conselheiro e guia da saúde do indivíduo.

Ainda de acordo com Renato Kehl, o médico pediátrico também tinha a função de aconselhar e evitar o nascimento de crianças “enfermiças e degeneradas”, acompanhando a evolução auxiliando com medidas higiênicas e terapêuticas no desenvolvimento físico e psiquiátrico:

O médico no exercício da clínica é um elemento preciosíssimo para a elevação e defesa desse (SIC) “capital homem”, como é de combate à proliferação dos fracos, dos degenerados, dos “infra – homens” que surgem em um crescente apavorante, complicando a vida da sociedade e pesando, terrivelmente, sobre os ombros de sua parte sadia e produtiva (KEHL, 1939, p. 81)

Além de orientar os pais sobre as particularidades “constitucionais e temperamentais das crianças para que não fossem castigadas injustamente nem sofressem traumatismos psíquicos”, a principal preocupação dos médicos deveria ser com a influência que uma educação ruim poderia causar na personalidade futura (KEHL, 1939, p. 54).

A educação dos pais também seria disseminada por meio de livros, folhetos, artigos e conferências para despertar o interesse pelos problemas educacionais. Para Kehl, só era possível educar depois de aprender a educar. Fazendo uma analogia com o cirurgião, dizia ser impossível alguém tornar-se cirurgião sem nunca ter estudado anatomia”. Deste modo, para Renato Kehl, a propaganda para os pais e professores deveria contemplar:

- a) a constituição e o temperamento das crianças;
- b) crianças fáceis e crianças difíceis de educar;
- c) atitudes psicológicas normais e anormais;
- d) o exemplo e a sua influência, ou seja, a educação pelo exemplo;
- e) a mania imitadora das crianças;
- f) o valor da autoridade na educação;
- g) processos corretivos segundo a natureza psicológica;
- h) a importância das investigações médico-pedagógicas;
- i) causas da inaptidão ao lar e à escola;
- j) turbulência, crueldade, fugas, vagabundagem;
- k) manifestação de indiferença afetiva, de habilidade moral, de psico-esteria;
- l) precocidade sexual;
- m) indolência e impulsividade, etc., (KEHL, 1939, p. 17)

O autor também aponta que um dos problemas mais difíceis da educação infantil eram os referentes às questões sexuais. Aos pais caberia a função de elucidar as curiosidades dos filhos nessa questão, respondendo às perguntas de acordo com a idade da criança, sem mentiras, para que não fossem buscar informações com pessoas mal informadas, ignorantes ou maliciosas. E ainda adverte que os pais eram os maiores responsáveis pelos desatinos que acometem aos adolescentes, pois a ignorância causa grande parte dos vícios e perversões, quando não orientados convenientemente sobre as questões sexuais (KEHL, 1939, p. 23-24).

Da mesma forma, os professores deviam observar as individualidades dos alunos, observando suas condições físicas, sua saúde, índice de nutrição e seu desenvolvimento. Além dos sinais físicos, os professores deviam ser atentos quanto a personalidade e os

caracteres psíquicos, às tendências e às qualidades e “fácil ou difícil domesticidade escolar” (KEHL, 1939, p. 10).

Analisar a atuação de Renato Kehl em contraponto a outros intelectuais, nos ajuda a compreender como as ideias compartilhadas pela geração de intelectuais da qual pertenceu, dialogavam, compartilhavam ou divergiam nos princípios ideológicos. A exemplo da questão da reprodução humana que Albuquerque julgava que os homens se preocupavam mais com a reprodução de seus animais do que com a sua própria, atribulado em aprimorar a raça de seus animais, cruzando-os com outros de qualidade superior, para tornar o produto mais apto, mais capaz. No entanto, deixavam à mercê da sorte a sua própria procriação.

Apresentava uma preocupação especial com os jovens, tanto é que sua linguagem, seus discursos dialogavam diretamente com os problemas da sexualidade juvenil. Para tanto, muitas ilustrações e caricaturas foram utilizadas na empreitada de expor as ideias eugênicas e convencer das “verdades” sobre saúde e eugenia.

Figura 3 - Contrastes.



Fonte: Recorte do Periódico Boletim de Educação Sexual, ed. Maio. 1934, p. 01.

Na imagem, a fuga do monstro representa a fuga das perversões sexuais, uma vez que o sexo antes do casamento era representado como um perigo para a família que um dia viria a ser constituída. O perigo apresentado na boca do monstro, pronto para abocanhar aquele que não conhece os males sexuais, representa a sexualidade da mulher que seduz o homem e corrompe sua saúde.

Já o rapaz bem orientado por uma educação sexual, sabe quando fugir e escapar desses perigos, que como já apontou-se antes, a grande preocupação era com a sífilis e outras doenças venéreas, não tanto pelos seus efeitos visíveis, mas por comprometer as futuras gerações e o progresso da nação. Diversas propagandas de medicamentos que prometiam cura e, ao mesmo tempo, uma forte campanha propagandística para que os homens se tratassem, foram empreendidas seguidamente nas páginas dos periódicos.

As publicações do Boletim de Educação Sexual pretendiam orientar sobre a importância de preservar o corpo para melhorar a raça, as publicações do autor eram carregadas de simbologias, conforme pode-se observar na imagem a seguir.

Figura 4 - “Ave mocidade”



Fonte: *Boletim de Educação Sexual*, dez-1936, p. 01.

A saudação do jovem ao livro da verdade sobre a sexualidade, conforme vê-se na imagem acima, representa o imaginário da época que pretendia a ciência como ideologia a ser seguida e cultuada. Albuquerque demonstra na imagem a representação do Brasil futuro, “a chama da verdade” só poderia ser encontrada nos livros científicos. A ciência era considerada por ele detentora do conhecimento capaz de empreender a reforma social que

regenerasse o brasileiro. Era preciso superar os preconceitos morais para falar sobre sexualidade, regenerar o corpo passava pelos conhecimentos sobre o sexo, a saúde a robustez e a perfeição racial seria o resultado da aplicação da ciência nos hábitos morais do povo, uma nação só poderia ser forte se seguisse uma disciplina da saúde orientada pela educação.

José de Albuquerque se dedicou a divulgação do conhecimento sexual aos jovens e as famílias saindo pelo Brasil afora dando palestras em escolas e instituições, além de sua forte propaganda no rádio. Já Renato Kehl, esteve mais preocupado em tornar a ciência eugênica conhecida e difundida entre os intelectuais, produzindo diversas obras para serem usadas pelos pais, médicos e também professores na orientação eugênica da sexualidade.

Essas publicações sobre livros de educação eugênica e de orientação sexual passaram a ser produzidos num período de expansão do mercado editorial brasileiro. Nos anos 1930, já havia se estabelecido no Brasil uma nova roupagem da produção editorial, uma verdadeira revolução que já tinha sido iniciada nos anos 1910 com os empreendimentos de Monteiro Lobato, que havia introduzido novidades gráficas, como as ilustrações. Os usos de ilustrações não apenas tornavam os livros mais atraentes, como também contribuíram para que o comércio das editoras se tornasse um negócio rentável, mesmo que lentamente (LUCA, 1999, p. 48-49).

Por outro lado, o ensino já havia sido nacionalizado e livro didático também desempenhou um importante papel na disseminação de conteúdos morais e cívicos que influenciaram as publicações do período. As cartilhas de alfabetização, as fotografias e a ilustração demonstram a grande preocupação com a materialidade, tudo que pudesse tornar os livros mais atraentes e em sintonia com as novas exigências educacionais. Esse novo mercado de material escolar fez as editoras expandirem seus investimentos, como foi o caso da Editora Francisco Alves, uma das mais tradicionais editoras brasileiras (RAZZINE, 2002, p. 4).

Aliás, a maioria dos livros de Renato Kehl foram publicadas na editora Francisco Alves, como assim como as editoras de Monteiro Lobato, que foram parceiras de Renato Kehl e da comunidade de médicos, higienistas e eugenistas, ávidos pelas publicações de conteúdo moral ou voltado para o processo de reforma social.

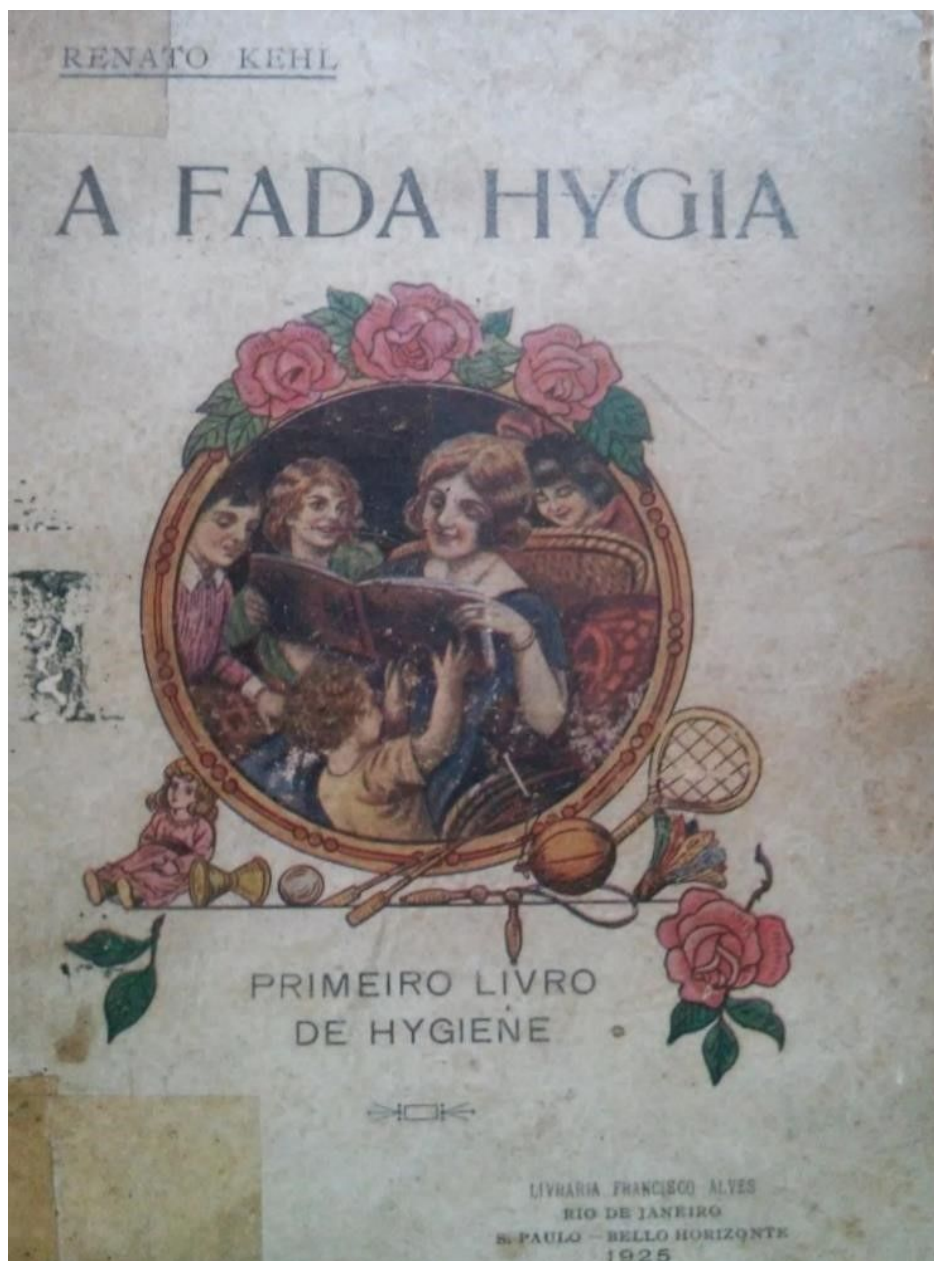
Monteiro Lobato, escritor e editor da Revista do Brasil, apresentou novos métodos que alteravam os parâmetros até então vigentes no mercado de livros: multiplicou os pontos

de venda, anunciou-os em jornais e revistas (fato até então pouco comum), passou a dar atenção aos títulos, a divisão do texto e ao nome dos capítulos, com a diagramação e a qualidade da impressão. Ao mesmo tempo, contratou ilustradores, colocou cor nas capas, abandonou o tradicional formato francês em prol de um padrão próprio e diminuiu o tamanho possibilitando o barateamento das edições. Deu oportunidade à jovens escritores e a edição de livros logo se tornou o ramo principal dos negócios de Lobato (LUCA, 1999, p. 69-70).

As obras de Renato Kehl, *A Fada Hygia* e a *Cartilha de Higiene*⁶, por ser direcionada para crianças, fizeram grande uso das ilustrações, obedecendo a as práticas vigentes da época, em que privilegiava-se a aprendizagem através da ilustração e do desenho. Nessas obras, a imagem era tão importante quanto o desenho, ampliando inclusive o mercado de trabalho de artistas. Dessa forma, o uso da imagem se tornou um importante recurso pedagógico nas impressões.

O livro *A Fada Hygia*, publicado em 1925, conforme pode-se verificar na imagem a seguir, foi bem ilustrado tendo em vista que queria chamar atenção das crianças e das famílias com pouco alfabetização, ampliando assim o acesso aos ensinamentos higiênicos propagados pelos meios impressos. O autor talvez tivesse considerado esses fatores ao produzir um manual com a intenção de disseminá-lo nas escolas, pela mediação dos professores e nas famílias cujos pais tivessem o interesse e as condições para consumir as ideias apresentadas no manual.

⁶ Não encontrou-se referências sobre a ilustração da obra *A Fada Hygia*. A ilustração da *Cartilha de higiene* foi feita por Francisco Acquarone, era ilustrador nas produções de livros didáticos e infantis, fez parte de uma geração de artistas que ampliaram seu mercado de trabalho para além dos jornais e das revistas. (Razzini, 2002, p. 05).

Figura 5 – Capa do livroFigura 5 Fonte: *A Fada Hygia*, KEHL 1925.

Os manuais voltavam-se para todas as categorias e faixas etárias, desde orientação das crianças do primário, até as de orientação profissionais médicas. As práticas escolares eram vistas por Renato Kehl, por exemplo, como lugares propícios de introdução eugênica. Ao se direcionar para as crianças, o autor produziu um método para chamar a atenção delas para diferentes aspectos da educação:

Por exemplo: “não beba água sem ser fervida ou filtrada”. Perguntará o mestre: - Por que é preciso esse cuidado? - Qual a consequência de beber água contaminada? - Porque ferver ou filtrar a água antes de bebe-la? Este método de ensino tem a vantagem de interessar a criança e, além dela, os pais ou tutores que, muitas vezes, serão solicitadas a dar explicações, difundindo-se assim, no lar, os simples conhecimentos contidos no livro (KEHL, 1925, p. 10).

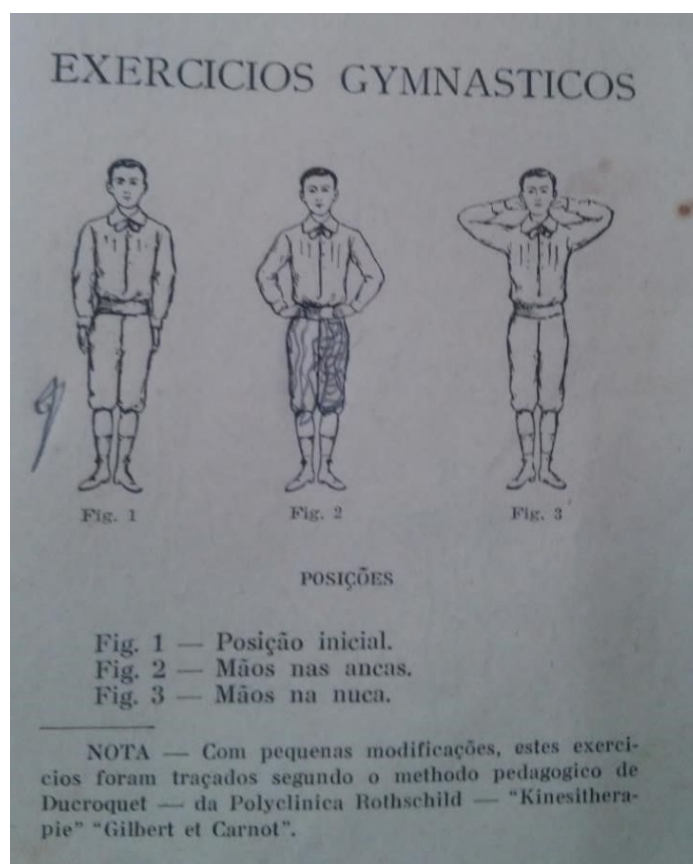
Como pode-se ver, era preciso despertar a curiosidade da criança e as novas estratégias de ensino nessa época procuravam as tecnologias do seu tempo para desempenhar a nacionalização do ensino. Neste sentido, o método de abordagem foi um fator importante na produção de livros (RAZZINI, 2002, p. 07).

O livro *Afada hygia* atribui às mães e professores a responsabilidade pelo projeto de educação higiênica, pois tudo dependeria da forma como os pais e os professores ensinariam e persuadiriam as crianças a assimilarem os hábitos higiênicos. Para Renato Kehl,

O Brasil de amanhã está nas vossas abençoadas mãos [...] A higiene, meus amigos, é nossa maior amiga e protetora. Ela é, como um anjo bem-fazejo, a zeladora de nossas vidas. Sempre alerta, dá-nos conhecimentos, meios e coragem para combater os nossos piores inimigos, isto é, as doenças. Todos vocês deem, pois, tê-la na maior consideração, aceitar os seus conselhos e nunca desobedecê-los (KEHL, 1939, p. 16).

O autor dedicou-se num diálogo com pais e professores, no intuito e conscientizá-los de sua responsabilidade na formação de indivíduos fortes e disciplinados, pois acreditava que os benefícios do ensino, na infância poderia dar frutos na vida adulta. Do esforço da família e da escola dependeria o futuro da nação.

O material era bem detalhado sobre como deveria ser o cotidiano das crianças, contendo orientações sobre a importância dos hábitos saudáveis e da prática de exercícios ginásticos, conforme pode-se observar na imagem que segue:

Figura 6 – Exercícios ginásticos

Fonte: KEHL, 1925, p. 157.

A preocupação com os exercícios aparece na representação feita nos manuais com minuciosas demonstrações sobre a realização correta das atividades de exercício do corpo. Jogos e brincadeiras deveriam ser priorizados antes de passar para uma prática de exercícios do corpo, como preparação para práticas mais sérias. A responsabilidade da execução das práticas de exercícios físicos deveria ser de um adulto, de preferência um professor que fosse esclarecido sobre a importância da boa execução do exercício para obter um bom resultado na robustez dos corpos, sem excessos que pudessem levar ao comprometimento da saúde do corpo.

A atuação eugênica apostava nos exercícios físicos para a robustez do povo, por tanto a porta de entrada do projeto nas escolas seria a educação física. A disciplina da educação física defendida pelos higienistas do século XX, segundo Jurandir Freire Costa, criou a ideia de corpo saudável, robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial. Esse corpo foi eleito representante de uma classe e serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. A educação moral foi do mesmo

modo, bem-sucedida, colaborou no processo de hierarquização social da inteligência, criando a ideia de que o indivíduo culto era superior ao inculto. A sanidade física da família de elite aumentou, na medida em que as condutas sexuais masculinas e femininas foram sendo reduzidas às funções sociais de “pai e mãe” (COSTA, 1983, p. 13).

Depois do sucesso de a *Fada Hygia*, Renato Kehl resolveu publicar um livro mais didático que poderia ser compreendido facilmente pelas crianças. Diferente de a *Fada Hygia*, no qual argumentava que era preciso o estímulo do professor ou dos pais para explicar a narrativa, a *Cartilha de Higiene*, publicado em 1934, contava uma historinha de três irmãos e depois ensinava o alfabeto da saúde para as crianças de maneira bastante autoexplicativa. O livro, dedicado a alunos primários, trazia um novo alfabeto da saúde partindo do princípio de que as crianças precisam aprender sobre a higiene como se aprende as letras do alfabeto, atribuindo uma lição a cada letra.

As lições a partir dos conselhos da fada são sempre acompanhadas de ilustrações que aproximam a escrita do universo infantil, além de representar o mundo ideal idealizado pelos médicos eugenistas. O livro deveria servir de orientação para a formação dos indivíduos, principalmente sobre a sua constituição física corporal, a força e a beleza, que só poderiam ser encontrados com as práticas prescritas pela cartilha.

Nesse contexto, a educação sexual se estruturou num processo cultural determinado pelos padrões sociais de sua época. Linguagem, gênero e comportamento sexual ocuparam a centralidade dos debates em torno da educação brasileira, relacionando-os à definição de uma identidade nacional construída nos fundamentos da higiene, reprodução e normatização dos papéis sociais.

Os médicos julgavam-se capazes de orientar as práticas pedagógicas, não só nas escolas, mas também no seio familiar, principalmente nos temas que se referem à sexualidade. Os intelectuais eugenistas, de um modo geral, estavam empenhados em ampliar o seu campo de atuação e o espaço educacional parecia ser um caminho para apresentar as soluções para os problemas raciais. A educação sexual fazia parte de um projeto mais amplo de implantação da eugenia, controle matrimonial e medidas de intervenção mais radicais de intervenção eugênica na reprodução humana foram colocadas em debate, os argumentos de defesa dessas medidas, na visão de Renato Kehl, será o assunto dos próximos itens.

2.2 A defesa do controle matrimonial

A base do controle matrimonial era a hereditariedade da raça, enquanto a beleza era sinônimo de saúde. Nos projetos eugênicos a mulher foi idealizada para cumprir papéis de regeneradora da nação. As obras que Renato Kehl produziu procuravam transmitir essa mensagem, uma vez que suas ideias estavam inseridas em projetos mais amplos de educação para escolha do matrimônio. Mais do que instruir, o autor queria transmitir o ideal de mulher que a brasileira deveria almejar ser. Em suas palavras: “As mulheres, mais do que aos homens, cabe o papel de defensoras das gerações futuras, prevenindo-se contra os maus casamentos, portanto, contra as más proles” (Kehl, 1934, p. 20).

Em *Como escolher um bom marido*, publicada em 1924⁷, com um título bastante didático, Kehl pretendeu produzir manuais de instrução para as jovens⁸ na escolha do noivo. A abordagem da obra tinha um cunho didático de apresentar um texto de fácil compreensão e com regras bem estabelecidas, para que se fossem seguidas corretamente a seleção racial nos casamentos, do qual daria conta de fazer a reforma racial que os intelectuais da sua época defendiam.

⁷ Essa obra foi publicada pela primeira vez em 1924, como não foi possível acesso a essa edição, foi analisada aqui sua 2ª edição, publicada em 1935.

⁸ Livro bastante deteriorado pelo tempo, arquivado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Juntamente com essa obra, foi publicado também o livro *Como escolher uma boa esposa*, que infelizmente não foi encontrada.

Figura 7 – Como escolher um bom marido



Fonte: Kehl, Renato. **Como escolher um bom marido**. Rio de Janeiro: Ariel editora LTDA. 1935.

A folha de rosto de sua segunda edição (Figura 7) é bastante elucidativa, traz a imagem de uma jovem com o cabelo curto e penteado, brinco nas orelhas e semblante comedido, o perfil da mulher eugenizada. No ambiente que aparece atrás dela tem plantas ou flores, remetendo a um lugar de natureza a imagem apresenta uma ideia de harmonia e beleza natural. As imagens que ilustram as obras de Renato Kehl nos ajudam a compreender a proposta imaginada pelo autor.

Figura 8 – Como escolher um bom marido



Fonte: Kehl, Renato. **Como escolher um bom marido**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ariel editora LTDA. 1935.

Pode-se analisar na Figura 8 a representação da mulher simétrica, alta, magra e com elegância que produz a imagem da mulher eugênica. O ideal de mulher brasileira era com roupas ao estilo europeu e comportamento espelhado no comportamento da mulher burguesa. Por sua vez, a mulher vestida de roupa atlética apresenta a conduta eugênica da mulher saudável. Mas mais do que a representação de um ideal de mulher, a imagem apresenta o ideal de raça que se pretende para a mulher brasileira, excluindo a realidade da mulher negra, da indígena ou da mestiça.

No final da década de 1920, a eugenia imaginada por Galton tomavam diferentes contornos e agitava as discussões sobre a aplicação de políticas eugênicas. As medidas ligadas ao controle da reprodução humana, como a esterilização eugênica e o controle

matrimonial, já havia se tornado pauta de discussão entre a maioria dos eugenistas, fazendo parte da perspectiva mais negativa dessa ciência.

Segundo Nancy Stepan, políticas de controle matrimonial foram mais extremadas nos Estados Unidos, país no qual as leis de esterilização foram aprovadas em vários Estados. De acordo com essa autora, outros países da Europa também adotaram leis mais extremadas, de modo que até o final da Segunda Guerra foram esterilizados cerca de 70 mil indivíduos. Porém, a legislação mais agressiva foi aprovada na Alemanha nazista, na década de 1930, que pautado por uma prevenção da prole doente, tinha o intuito de evitar a procriação de pessoas com deficiências mentais, físicas e com históricos familiares de doenças degenerativas e até mesmo pessoas com problemas de alcoolismo. Mais tarde, a esterilização na Alemanha foi empregada para evitar a prole “racialmente degenerada”, especialmente de judeus e outros povos considerados não arianos (STEPAN, 2005, p. 37-38).

Na Inglaterra, o controle matrimonial serviu a um modelo econômico vigente partindo do malthusianismo, opondo as opiniões de Thomas Malthus e Francis Galton no que se refere às discussões sobre controle matrimonial. De acordo com Luisa Aurélia Castanheda, partido dessa concepção, o controle da natalidade seria necessário para o planejamento e a manutenção do status social, muito valorizado em um país muito preocupado com as posições econômicas e sociais. A questão que causou conflito entre as concepções malthusianas e as galtonianas foi o retardamento do casamento, pois Galton defendia a tese de que apenas os “prudentes” fariam o controle matrimonial e que as raças “inferiores” não teriam a capacidade de compreender os problemas sociais que motivavam essas ações de controle da natalidade. Isso acarretaria no aumento da população dos “inadequados” e diminuiria a suposta população das “raças superiores” (CASTANHEDA, 2003, p. 907-909).

Para Renato Kehl, a chave para o controle da hereditariedade estava no matrimônio controlado e regulamentado pelo Estado, seu discurso de viés negativo da ciência eugênica, que incorporava medidas mais radicais, fez com que o autor se dedicasse em produzir, sobre casamento, obras voltadas a esclarecer os preceitos da eugenia sobre a instituição. Cartilhas e manuais eram amplamente divulgados para orientar as moças e moços sobre a responsabilidade do casamento.

Segundo Renato Kehl, em frase que se tornou um lema de sua campanha eugênica,

“quem é bom já nasce feito” (KEHL, Set – 1929, p. 01). De acordo com esse eugenista, o único recurso para eugenzar a população brasileira era incentivando a multiplicação das famílias eugenicamente bem providas e a restrição paulatina e progressiva das não eugênicas, ou daquelas consideradas degeneradas. Neste sentido, defendia a proibição de casamentos ou a esterilização de indivíduos positivamente nocivos à espécie. Embasado na teoria de Galton, afirmava:

Recomenda retardar o matrimônio dos mentalmente equilibrados como somaticamente robustos, pois os indivíduos fortes e inteligentes se casam até os 22 anos de idade, e o simples retardamento de 11 anos no casamento dos indivíduos disgênicos, se os indivíduos tivessem consciência do que representa casar e multiplicar, o grande problema da felicidade estava resolvido (KEHL, set-1929, p. 02).

É nesse ponto que Renato Kehl defendeu uma seleção sexual, não apenas para limitar as uniões dos inferiores, mas para normatizar as condições e estipular as idades com fim de regular a procriação. Era pessimista quanto ao futuro da população, apontava o fato de que as classes de boa “estripe” e racionalidade superior, demoravam mais para se casar, pois queriam conquistar estabilidade financeira primeiro, enquanto os menos favorecidos, segundo ele, não o praticavam. O discurso científico proferido pelos intelectuais da época começou a advogar um ideal de família de pequena dimensão, uma vez que a vida familiar se transformava num terreno especializado da intimidade e da expressão pessoal e sexual.

É possível perceber a estigmatização da classe mais pobre implicitamente no discurso de Renato Kehl, conforme aparece no artigo intitulado *Casamentos e Natalidade nas classes média e inferior*:

Venham os filhos! Pouco importam, sejam 3, 5, 10, ou 15. Já os indivíduos das classes médias, pensam, via de regra, antes de casar. Esforçam-se para conseguir uma situação de certo equilíbrio, situação essa nem sempre fácil, e que por isso exige maior esforço e maior prazo. Nestas condições legais nas classes inferiores dão-se, em média, entre 20 e 25 anos e nas classes médias, entre 25 e 30 anos. Assim sendo, as primeiras levam sobre as segundas uma vantagem de 5 anos, no tocante a função procriadora. [...] Eis aí, uma das razões porque a humanidade caminha a largos passos pra a vitória dos medíocres e uma das razões de se tornarem necessárias maiores atenções pelos problemas eugênicos. R. K. (KEHL, nov-1931, p. 01).

Kehl deixa explícito seu pessimismo quanto ao futuro do povo brasileiro. Entendia que a reforma eugênica também deveria se preocupar com a limpeza social, uma vez que a pobreza era vista como um fator disgênico, sendo um dos principais alvos de seus discursos no que se referia ao controle da reprodução humana. A imagem de pobreza era nesse processo um aspecto passível de eugênização, pois não haveria civilização sem a limpeza desse mal que causava grandes custos ao Estado, atrasando o progresso do país. Essa visão do autor expressou sua aproximação com uma eugenia mais radical, diferente dos anos 1920, quando defendia uma eugenia preventiva, que incorporava medidas de reforma do meio. A partir dos anos 1930, como já destacou-se, com a virada radical de Renato Kehl em direção a eugenia negativa, sua descrença na regeneração do povo brasileiro por meio das reformas sociais era vista com restrições, uma vez que seu projeto assumia um determinismo biológico radical.

O médico argentino Victor Delfino, uma das principais lideranças da eugenia na América Latina, argumentava nas páginas do *Boletim de Eugenia* que somente através de uma instrução adequada, uma propaganda séria, se poderia criar uma consciência eugênica:

Os casamentos effectuam-se (sic) sobretudo ao acaso das inclinações, dos caprichos, das (sic) e dos interesses. Os noivos e suas famílias consultam mais facilmente o tabelião que o médico. [...] mediante uma educação adequada, uma propaganda séria e tenaz, se chegue a modificar esse estado de causas, fazendo a nova consciência eugênica e incorporando ao acervo de nossa legislação civil, ainda demasiado rígida e atrasada para dobrar-se às magnificas conquistas das sciencias biológicas, o atestado médico pré-nupcial (DELFINO, 1929, p. 2-3).

Esse discurso expõe uma crítica à “consciência” brasileira sobre o matrimônio, julgada por ele como atrasada. Para Delfino, o principal empecilho da atuação eugênica era a mentalidade dos brasileiros, pois não seria uma lei que iria resolver o problema; era preciso aos poucos, através da educação e da propaganda, modificar a forma de pensar das pessoas. O intuito era inculcar normas de conduta baseados nos preceitos eugênicos, que colocassem a preocupação com a saúde da hereditariedade acima de sentimentalismos ou, como ele chama, outros interesses econômico e de status social.

Nancy Stepan demonstra como na América Latina se delineou uma eugenia peculiar de viés negativo dessa ciência, pautado na reprodução humana. Definia-se, assim, uma

eugenia negativa em que os eugenistas viam a reprodução como uma questão de Estado. Tais práticas se justificavam por eliminar as más características hereditárias das populações humanas, para assegurar o contínuo progresso da sociedade (STEPAN, 2005, p. 116).

A militância do autor em prol da ciência eugênica o levou a buscar raízes na história para dar sustentação ao seu discurso eugênico, legitimando suas ideias em legisladores de outras épocas. Na verdade, isso era recorrente entre os eugenistas da época, uma vez que expressa um ideal que teria sido importante para as grandes civilizações. A história antiga é admirada por Kehl pela pureza das raças que a eugenia tanto buscava. Sobre esse ideal no mundo antigo, afirmava:

Temos, entretanto, a notar que antes do legislador de Sparta, já se previa a proteção da espécie. Os hindus, como se verifica no livro sagrado, o Manú, eram inspirados pelos ideais eugênicos do aperfeiçoamento das raças. Com rigor excessivo, eram previstos nesse código brahmane os casos de interdição matrimonial. Assim é que não se permitia o casamento de indivíduos tuberculosos, epiléticos e ...elephantisíacos, dyspepticos e hemorróidarios! (KEHL, 1923, p. 255).

A preocupação com a constituição da espécie era primordial para Renato Kehl, por isso sua admiração com o sistema de seleção racial dos espartanos e o sistema de castas dos indianos. De acordo com o eugenista, as civilizações antigas já tinham projetos de seleção racial, sendo essa a principal preocupação do Estado:

Voltando aos gregos, temos ainda a dizer que Platão entendia ser “ao Estado e não a vontade das partes que está reservado o direito de regular as uniões, si se quer consultar os interesses gerais da República” e mais, aos magistrados devem ser facultados os direitos de eleger os homens mais vigorosos e mais sãos, e as mulheres mais formosas e mais fortes, para delas obter melhores produtos”. Propunha Platão que se organizasse um tribunal para decidir da oportunidade de todo casamento; a este compareciam: o noivo completamente nú (sic) e a noiva nua da cintura para cima (KEHL, 1923, p. 255).

O autor defende o exame médico legitimado em uma prática antiga e ao mesmo tempo uma prática inovadora para a regulamentação eugênica do casamento e aperfeiçoamento da raça. Reconhecia que no Brasil haviam dificuldades de implantação da prática, uma delas era

os casos do interior do Brasil, onde não existiam médicos para a sua execução. Sobre isso, o médico Souza Lima ressaltava a importância do livro de medicina legal escrito pelo jurista Tobias Barreto, no qual defendia a constituição de uma junta de médicos peritos privativos da justiça para executar a aplicação do exame pré-nupcial. Mas também reconhecia que o interior do Brasil era de difícil aplicação dos preceitos da eugenia, para estes casos, defendia o médico da família que vivia nesses povoados, para cumprir o papel de perito e fazer os exames mentais e a verificação da capacidade civil e da responsabilidade criminal (SOUZA LIMA apud KEHL, 1923, p. 258).

A preservação matrimonial deveria começar ainda antes do casamento, uma vez que a questão financeira, a instalação da casa, e a organização para com todos os gastos com a cerimônia e a festa já era um bom sinal de eugênização. Mas a preocupação com o casamento ia muito além de preocupações sociais e econômicas, pois segundo Kehl “pelo casamento nós revivemos nossos filhos, imortalizamos-nos nos nossos descendentes” (KEHL, 1923, p. 209).

Toda a construção discursiva do autor pairava em torno do casamento como sendo o principal elemento para o progresso eugênico, na medida em que atribuía a felicidade matrimonial a saúde da descendência. É nessa construção contextual que a mulher ganha a atenção do autor, que pretendia convencê-la da sua função procriadora, e sua responsabilidade com as futuras gerações. Renato Kehl enfatizava a necessidade de pensar sobre a civilização da mulher, que incluía pensar questões sobre sexualidade, reprodução e normalização do comportamento. Essas questões estão em campo com especialistas diversos e são acompanhadas por uma bateria de exames e tratamentos que viriam a culminar em políticas de saúde pública.

O amor foi articulado por Renato Kehl como um sentimento que estaria vinculado diretamente aos pressupostos da beleza eugênica. Em sintonia com o que propunha Herbert Spencer, bastante citado pelo eugenista brasileiro, a beleza eugênica era um pressuposto para o amor. Assim, o amor deveria nortear a escolha para o casamento, uma vez que, na visão eugênica, as moças mais belas e sadias teriam mais probabilidade de se casarem:

[...] de todos os elementos, que se unem em várias proporções para produzir no homem a complexa comoção que chama amor, os mais fortes são os despertados pelos atrativos físicos; os segundos em graduação de força são os atributos morais; os mais fracos são os intelectuais (SPENCER apud KEHL, 1923, p. 78).

O amor seria um elemento da seleção, e o homem deveria usar racionalmente esse elemento para antecipar a seleção natural sem depender do darwinismo social. Os casamentos com base nos ensinamentos da ciência e da hereditariedade transformariam os hábitos e os costumes familiares e também seria capaz de promover uma propaganda educativa da eugenia.

Renato Kehl aproveitou a promulgação da lei de certificado pré-nupcial para lançar a segunda edição das suas obras *Como escolher uma boa esposa* e *Como escolher um bom marido* (1935).⁹ Nesse período, o autor já havia ganhado prestígio como escritor, e a produção dessas obras fazia parte de um projeto de produção intelectual que viesse a difundir a ciência eugênica na formação moral dos brasileiros. A obra *Como escolher um bom marido* foi pensada pelo autor para chamar a atenção das jovens que sonhavam com o casamento. Afirmava que a mulher era o “árbitro do casamento”, sendo ela a responsável por escolher ou aceitar o pretendente a noivo, mas acima disso ela era a organizadora do lar, responsável por cuidar dos filhos e do marido. Por isso, a obra se destinava a orientar sobre as qualidades que uma moça deveria procurar no pretendente a noivo e também as atitudes de uma boa dona de casa após o casamento (KEHL, 1935).

Nesse livro, ressaltou a importância da instrução para as mulheres, para que elas tivessem discernimento na hora de escolher o futuro pai dos seus filhos. Defendeu o certificado pré-nupcial como elemento indispensável para o exame de seleção, assim, estaria nas mãos das mulheres e dos médicos a função de formar famílias eugenicamente boas. Tratava-se de um livro que cultuava a pureza da raça ao distanciar-se da raça negra e condenar os mestiços como degenerados. De outro lado, a exaltação do papel do médico como orientador das famílias também fazia parte do seu projeto de consolidação da eugenia como um instrumento que seria importante para a formação do Brasil.

Sua preocupação com matrimônio partia do princípio da profilaxia eugênica, construindo e reelaborando representações de mulheres como anjos tutelares, que precisavam ser orientadas e instruídas na educação eugênica. Partia do princípio que a

⁹ A primeira edição foi publicada em 1924.

mulher estava em processo de emancipação e precisava de orientação, e os médicos e a ciência eugênica seriam capazes de cumprir esse papel.

A carga moral que tais representações a respeito das mulheres naquele contexto eram explícitas, da seleção sexual dependia o progresso da espécie, e a mulher foi colocada no papel de árbitro do casamento e a escolha pelo mais forte, o mais corajoso, o mais audacioso e o mais belo eram colocados pelo autor como um sentimento natural de atração. Nas palavras de Kehl (KEHL, 1935, p. 60).

Sobre o exame de seleção conjugal, a obra Kehl elenca algumas regras para serem seguidas pelas mulheres, pois o sentido do casamento deveria ser o da cultura da posteridade:

- I- Escolha sempre um par da mesma condição social.
- II- Tenham sempre em vista a ascendência familiar do par que vai escolher.
- III- Evite casar-se com a pessoa de raça diversa.
- IV- Escolha um par em perfeito gozo de saúde física, psíquica e mental.
- V- Procure um esposo de educação e instrução equivalente a sua. VI- Dê preferência a um par de situação financeira idêntica ou aproximada a sua.
- VII- Verifique, antes de casar-se, se pode ser “verdadeira” para com o seu esposo e vice-versa.
- VIII- Não se engane com as belas aparências nem com as belas palavras.
- IX- Examine antes de comprometer-se num noivado, se o seu candidato encara a vida com serenidade e com a necessária previdência para assegurar um lar tranquilo e feliz.
- X- Escolha um par de idade conveniente.
- XI- Evite casamentos consanguíneos.
- XII- Procure um jovem de afinidade psíquica e mental, de temperamento, gastos e predileções aproximadas, afim de evitar desentendimentos e malquerenças.
- XIII- Evite um par de gosto e tendência exclusivas, quando estas não se olham pelos seus.
- XIV- Evite casar-se com um jovem cuja profissão não se conforma.
- XV- Antes de dar o último passo para o compromisso matrimonial, leia todas as regras acima, pondere o que vai fazer e o que poderá acontecer, tendo sempre em mente que, casando-se, não vai viver para si só, mas para a família, para a descendência e para a humanidade (KEHL, 1935, p. 7179).

Renato Kehl elaborou regras, no qual apresentou um conjunto de orientações em relação ao casamento, para ele não se tratava de uma escolha individual, mas sim um ato que deveria atender aos interesses da nação. Identifica-se como o autor entendia que deveria acontecer o processo de seleção do noivo, a orientação era fundamental para impor uma moral eugênica nos casamentos. Havia chegado o momento em que a eugenia deveria ser

assumida no cotidiano das famílias, as questões de status sociais e a preocupação financeira deveria ser as primeiras preocupações de um jovem ao avaliar o candidato a noivo. Um homem bem-sucedido no trabalho era sinônimo de superioridade moral:

Deverão esses jovens ter o cuidado preliminar de conhecer a honralidade (sic) da família, com a qual vai ligar-se por laços indissolúveis, conhecer os hábitos familiares e sociais, conhecer sobretudo, as condições de saúde física e mental dos membros que constituíram ou constituem essa família (Kehl, 1923, p. 208-209).

Em a Cura da Fealdade o autor reafirma a importância de uma análise da família do noivo, não apenas das questões econômicas, mas também sobre os atributos da saúde da hereditariedade, nesse ponto a genealogia das famílias era valorizada pelos eugenistas como mecanismo de boa seleção para os casamentos.

Com base nessas regras, a mulher tinha o dever de escolher um noivo corretamente, seguindo com um estereótipo burguês de escolha do futuro marido, principalmente por apreciar o casamento entre indivíduos da mesma classe, mesma educação, mesma raça, mas além de tudo um casamento perfeitamente eugênico, com noivos de boa família e, hereditariamente falando, de boa saúde. Assim, o casamento deixava de ser um ritual de importância religiosa e se tornava um compromisso com a raça, com a nação e com descendência.

Como observa-se até aqui, e como já foi apontado por Souza (2006), os anos entre 1928 e 1932 foi um período de radicalização do pensamento de Renato Kehl, muito influenciado pelo diálogo que iniciou com a eugenia alemã e norte-americana. A partir de então, a esterilização passou a ser defendida devido ao seu pessimismo em relação ao processo de miscigenação, a criminalidade, a loucura e outros problemas sociais. Tornar indivíduos inferiores inaptos e regar as uniões matrimoniais ganhavam novas diretrizes nas ideias do autor na aplicação ideológica da eugenia. É nesse sentido que a esterilização e o certificado pré-nupcial ganham destaque no discurso de Renato Kehl, e é sobre essa nova incursão do autor que nos debruçaremos no próximo item.

2.3 Medidas de intervenção: esterilização e certificados pré-nupciais

O livro *Sexo e Civilização* foi a produção que mais expressou a eugenia negativa de Renato Kehl, obra na qual considerou que arte de fazer “homens bons” dependeria prioritariamente do progresso biológico pela aplicação das leis da hereditariedade. O autor visualizava nesta obra uma nação condenada por mestiços e por uma elite política incapaz de organizar o país nos trilhos da civilização e da modernidade. Entre os eugenistas, haviam divergências entre os que acreditavam na regeneração do brasileiro pela educação, higiene e saneamento, e os eugenistas mais deterministas que, como Renato Kehl, não viam saída fora do determinismo hereditário da raça, mas ambos viam necessidade de atuação eugênica através da educação.

Kehl descreveu com elogios à atuação dos Estados americanos que votaram leis de segregação e prescreveram o internamento para aqueles considerados atrasados mentais. A esterilização foi fortemente defendida pelo autor, que acreditava nas vantagens dessa intervenção radical:

Deverão ser esterilizadas pessoas que vivem às custas da administração pública. As autoridades, enviam aos médicos, aos psiquiatras, aos asilos, raparigas que já tiveram um ou mais filhos ilegítimos, ou mulheres casadas que tem numerosos filhos entregues à assistência pública, para que sejam esterilizadas (KEHL, 1933, p. 185).

Os valores morais sobre o casamento e o sexo foram utilizados para legitimar o discurso eugênico e produzir uma imagem da mulher degenerada, aquela que tem uma vida sexual fora dos padrões instituídos pelo casamento e por consequência de sua degeneração não é capaz de criar sua prole, o que se torna uma carga para o Estado. Somente as famílias que conseguissem manter um status social que se enquadrassem minimamente no padrão da classe média de poder financeiro, estariam aptas a constituir numerosos filhos.

A defesa da esterilização de “pessoas que vivem às custas da administração pública”, como diz Kehl, eram consideradas por ele, como um peso morto que não trariam nenhum acréscimo para fortalecer a nação, pelo contrário, isso só atrasava o processo de regeneração do povo brasileiro. Assim, essa prática deveria ser vista como uma solução que traria muitos benefícios para melhorar a “estirpe” do brasileiro:

Ela permite que certos lares continuem unidos, e consente que muitos indivíduos se casem, e vivam por seu próprio esforço, dignamente, desfrutando uma vida normal, quando do contrário teriam de ser internados em um hospital do governo. [...] A esterilização eugênica é uma das medidas indispensáveis em qualquer programa que vise o bem-estar da sociedade (KEHL, dez-1929 p. 04)

A intervenção na formação familiar estava no propósito não apenas da eugenia, mas das ciências médicas em geral, a medicalização social estava em processo de autoafirmação. A esterilização para os eugenistas serviria a uma política de Estado, ou desejava assim o fazer, idealizando uma população sem “taras” o mais próximo da perfeição física e mental. Em síntese, as principais indicações para a esterilização eram:

a) Esterilização de alienados e de perversos instintivos; b) esterilização de grandes criminosos e de miseráveis; c) esterilização econômica, no caso de casais incapazes de fornecer, pelo próprio esforço, os meios necessários para garantir a subsistência e a educação dos filhos; d) esterilização social, afim de reduzir as despesas progressiva que a coletividade é forçada a sustentar com asilos de débeis mentais e inaptos ao trabalho, cada vez em maior número; e) esterilização obrigatória, imposta por doenças mentais; f) esterilização voluntária, praticada, habitualmente, por indivíduos com doenças físicas, por exemplo, em tuberculosos (mãe afetada e com lesão perigosa para ela, no decurso da gravidez e do parto, havendo perigo de vida, cuja morte deixará na orfandade os filhos. (KEHL, 1933, p. 194).

Todos esses casos listados deveriam ser diagnosticados por uma junta composta por três médicos, sendo pelo menos um especialista em questões de hereditariedade e de genealogia, que comprovada o defeito ou doença hereditária, deveria ser remetida para a responsabilidade judicial para ser decidida a aplicação da cirurgia esterilizadora. A esterilização parecia ser uma solução pragmática para tirar o peso do estado em ter que sustentar indivíduos que causariam despesas, sobretudo aqueles acometidos de doenças

nervosas e mentais, além das de origem infecciosa ou tóxica, como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo nos antecedentes familiares.

As pessoas que deveriam ser esterilizadas eram descritas pelo autor como “resíduos humanos”:

Causadores da miséria, do infortúnio de tantas famílias, em cujo seio se reproduzem degenerados de toda sorte, cretinos, idiotas, criminosos, malandros, bêbados, e toda a caterva de indesejáveis que trazem a sociedade em permanente estado de exsudação mórbida e criminal (KEHL, 1933, p. 191).

Ou seja, deveriam ser esterilizados todos os indivíduos que fugissem dos padrões de normalidade social, indivíduos aptos para atender as vigências do trabalho e as exigências do mundo moderno. Todos os males sociais pareciam ser culpa dos caracteres hereditários, evitar a proliferação desses caracteres era o principal discurso de Kehl. Para mostrar a eficiência da esterilização nos criminosos, Kehl citava os eugenistas americanos, entre eles Ezra Gosney, um dos maiores defensores da eugenia negativa, que “verificou que 75% dos jovens com debilidade mental eram pervertidos sexuais antes de serem condenados à prisão. Depois de esterilizados, somente 8% se tornaram transgressores sexuais, quando postos em liberdade sob vigilância” (KEHL, 1933, p. 191).

Com esse argumento, defendeu as medidas empreendida nos EUA, sobre a adoção da aplicação da esterilização compulsória quando necessário. A concepção sobre necessidade da esterilização entendida pelo autor estava relacionada a eliminar tudo que comprometesse a saúde da raça. Nesse sentido, um modelo de brasileiro baseado na premissa da perfeição do corpo, da saúde e da seleção racial seriam as bases imbuídas para impor a esterilização como uma medida desejável no país.

Os números alcançados na América do Norte são apontados pelo autor como um exemplo da eficiência que a esterilização teve para a ordem daquela sociedade, e ainda acrescenta: “Representa medida útil de proteção sem caráter de penalidade” (KEHL, 1933, p. 186). Depois de levantar esse exemplo o autor defende que as mesmas medidas deveriam ser adotadas no Brasil, para isso diz que duas medidas precisam ser implantadas, a primeira consistiria em “adotar providências no sentido de ser processada a esterilização, compulsória se necessário, de todos os indivíduos sob a guarda dos poderes públicos, tais como

deficientes mentais ou vítimas de perturbações psíquicas” (KEHL, 1933, p. 191). E a segunda seria “autorizar os hospitais oficiais ou particulares, sob regulamentação adequada, a aceitar pacientes voluntários, passíveis de se submeterem á esterilização eugênica”. (KEHL, 1933, p. 191).

Ao levantar as medidas a serem tomadas ainda definiu como deveria ocorrer: para as mulheres deveria ser feita intervenção operatória, “descontinuidade das trompas; cauterização galvânica dos orifícios tubários; vaporização do útero”. E para os homens “intervenção operatória: vasectomia” (KEHL, 1933, p. 192).

Na defesa da esterilização, Kehl argumentava que ela atendia os interesses da coletividade acima dos direitos individuais. Era vista como uma medida libertadora para os “anormais”, que sem o procedimento ficariam privados do casamento. Não proibiam os casamentos entre pessoas com taras hereditárias desde que elas passassem pelo processo de esterilização.

Renato Kehl via a esterilização como uma medida eugênica necessária, como uma promessa de reforma mais efetiva da ciência. Mas essa premissa não angariava apoio da maioria dos eugenistas, tanto que logo entrou em descrédito como medida aplicável. Vanderlei Sebastião de Souza analisou um inquérito feito pelo jornal O Globo que revelou a opinião de alguns médicos brasileiros, demonstrou que as opiniões dos eugenistas entrevistados se dividiam. Roquette-Pinto, que apesar de indicar a esterilização em determinados casos, defendia que as atenções deveriam se voltar para os problemas de falta de políticas públicas e sanitárias para a população (SOUZA, 2011, p. 310). A opinião de Roquette-Pinto contraria que a esterilização pode ser explicada por sua compreensão sobre a formação da população brasileira, vista como uma prática saudável. `

A partir de uma série de dados antropológicos, Roquette-Pinto evidenciou que os mestiços do Brasil tinham um tipo perfeitamente eugênico, rebatendo ideias mais extremadas defendidas por médicos como Renato Kehl. Roquete-Pinto visava redimir o homem brasileiro e a própria nação da condenação feita a miscigenação. Ainda em 1929, no Congresso de eugenia em 1929, o antropólogo já contestava a interpretação pessimista sobre o futuro racial do país, levantado por um grupo liderado por Renato Kehl que defendia medidas radicais, como a esterilização e incentivo a imigração de brancos para compor a raça brasileira.

Roquette-Pinto se utilizava da eugenia mendeliana para demonstrar que, no caso da população brasileira, a constituição genética não apresentava nenhuma degeneração, mas sua decadência tinha a ver com a organização da política brasileira e a falta de instrução e saúde. A simpatia do autor pela eugenia estava no caráter menos radical dessa ciência, aproximando-se da eugenia positiva, segundo a qual não seria necessária uma intervenção radical na reprodução humana. Roquette-Pinto defendia a prática de um incentivo ao matrimônio e a reprodução entre casais biologicamente bem constituídos, além de tardar os casamentos e incentivar o desenvolvimento de uma consciência que possibilitasse que a eugenia se transformasse em uma prática comum a todos os casais (SOUZA, 2013, p. 370378).

De outro lado, ao contrário de Roquette-Pinto, o discurso sobre esterilização de Renato Kehl recaía sobre os “criminosos” e aqueles que apresentavam algum tipo de doença mental. Para Renato Kehl, por mais que a educação pudesse tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, por mais transformadora que a educação seja capaz de ser, a força que subjuga biologicamente os indivíduos é maior que a simples influencia moral. Informado pelo determinismo biológico, acreditava que a educação poderia orientar sobre os preceitos morais, porém, a hereditariedade estaria além das possibilidades da educação, o que justificava a sua defesa de medidas radicais de intervenção, como a esterilização.

Mesmo acreditando nos caracteres biológicos como predominante no comportamento de um indivíduo, Kehl não descarta a importância da educação para o progresso social, desde que o progresso biológico seja considerado o objetivo principal e esteja no centro dos projetos eugênicos. Deste modo, a esterilização evitaria a procriação dos indivíduos que fossem incapazes de terem crianças sadias ou até mesmo de proporcionar ambiente adequado para o desenvolvimento, reduzindo a miséria social e, como consequência, diminuiria as despesas do Estado com a assistência social, hospitais psiquiátricos, prisões, dispensários e outras instituições de assistência pública.

Todos os males sociais pareciam ser culpa dos caracteres hereditários. Nesta compreensão, a esterilização diminuiria o ônus que acarretava ao Estado. Renato Kehl defendia, assim, que a esterilização permitiria a esses indivíduos formarem lares e viver do próprio esforço, desfrutando de uma vida normal sem prejudicar a sociedade com a sua prole degenerada.

A defesa de medidas negativas envolvendo a reprodução humana se mostraram desacreditadas para o contexto social brasileiro, uma vez que a igreja católica condenou a eugenia por tentar se legitimar como a nova religião, intervindo em assuntos que caberia exclusivamente a Igreja, como assuntos relacionados ao matrimônio, a educação sexual e ao controle reprodutivo. Assim, a igreja católica foi a principal opositora ao exame médico pré-nupcial e da esterilização eugênica, referindo-se especialmente a questão do controle matrimonial, a educação sexual e a reprodução humana.

Segundo Wegner e Souza, intelectuais católicos liderados por Alceu Amoroso Lima, em torno do jornal a “Ordem”, exerciam papel ativo nos debates sobre o destino da nação. Chamavam a atenção para a pretensão da biologia moderna, criticavam em especial a eugenia que se auto afirmava como a “nova religião da humanidade”, colocando a ciência acima da igreja. (WEGNER e SOUZA, 2013, p. 272). Vale destacar que apesar da explícita simpatia de alguns eugenistas pela prática de esterilização compulsória, essa medida não foi aceita oficialmente no Brasil, muito por conta dessa tradição católica que acabou, por questões morais e de imposição autoridade da igreja em assuntos reprodutivos e sexuais, freando as intenções mais radicais.

Assim como Roquette-Pinto, outros eugenistas também faziam a defesa de políticas sociais e comprometimento do Estado com o saneamento e a higienização como forma de melhorar a saúde da população. Para estes eugenistas, com a oferta de saúde pública e a implantação de políticas sanitárias, seria possível regenerar o país sem fazer a substituição dos brasileiros por europeus, conforme defendiam setores das elites brasileiras. Enquanto eugenistas mais radicais tentavam implantar projetos preocupados com a reprodução da raça que consideram inferiores, eugenistas ligados ao movimento de sanitaristas estavam preocupados com a qualidade de vida para população e entendiam que um engajamento com o Estado, para sanar os problemas que causavam inferioridade do brasileiro, seria mais eficaz que as medidas radicais (HOCHMAN, 1996; SOUZA, 2006; STEPAN, 2005).

Mesmo nas páginas do *Boletim de Eugenia*, que era dirigido por Renato Kehl, a defesa de medidas negativas envolvendo a reprodução humana se mostravam desacreditadas para o contexto social brasileiro, trazendo à tona debates em torno das reformas e estratégias de atuação. Entre elas, o exame médico pré-nupcial aparece como instrumento para implantar um controle eugênico dos casamentos. O exame médico era apresentado como medida de

garantir a saúde do casal com um discurso profilático com o intuito de acabar com os males sociais como a sífilis, o alcoolismo, a tuberculose, se apresentando mais como um instrumento de reforma social do que racial. Ou seja, o certificado pré-nupcial foi uma estratégia alternativa desses intelectuais que não tiveram êxito com ideias mais extremadas de aplicação eugênica.

Sobre o exame pré-nupcial, vale destacar que em 1927 o eugenista e deputado Amaury de Medeiros já havia apresentado à comissão de saúde pública do congresso nacional, um projeto para tornar lei o exame pré-nupcial voluntário, a ser aplicado em pessoas com graves defeitos físicos e doenças transmissíveis. Medeiros, com base em argumentos sanitários, teve apoio dos eugenistas Renato Kehl, Belisário Penna e Afrânio Peixoto. Com a morte de Amaury de Medeiros naquele mesmo ano, interrompeu as ações legislativas e o projeto só viria a ser discutido anos mais tarde, durante a constituinte de 1933-1934, sendo aprovado como uma medida não obrigatória (STEPAN, 2005, p. 134)

O *Boletim de Eugenia* apresentou já na primeira edição, referências ao projeto sobre o exame médico pré-nupcial, formulado pelo médico eugenista e político Amaury de Medeiros em 1927, cujo projeto é exaltado por Kehl como uma iniciativa de “inteligência brilhante”. Sobre o projeto de Amaury de Medeiros, Renato Kehl diz:

Elaborou um projeto sobre o exame médico pré-nupcial e o apresentou à Câmara dos Deputados para ser discutido e transformado em lei. Conhecedor do nosso meio, organizou um projeto com o caráter preparatório, afim de não sacrificar a ideia, que, de outra forma, seria rejeitada por inviável (KEHL jan-1929, p. 02).

Políticas mais extremas de controle matrimonial provavelmente encontrariam resistência, por isso o projeto elaborado, segundo o trecho acima, foi pensado de forma a ser aceito pelo público. O certificado pré-nupcial podia atestar impedimento temporário se um dos nubentes apresentasse algum caso de doença tratável, e também podia atestar impedimento definitivo se um dos nubentes apresentasse doença mental ou alguma deficiência física. Segundo esclarecimentos da própria Comissão Central Brasileira de Eugenia (C.C.B.E), instituição dirigida por Kehl, a apresentação de um certificado pré-nupcial, atestado por um médico, juntamente com os outros documentos de homologação para o casamento, era obrigatório. Porém, o parecer final do médico era de caráter

aconselhador, caberia aos noivos e suas respectivas famílias a decisão de acatar ou não o conselho do médico. (LOPES apud C.C.B.E. dez-1931, p. 03).

Renato Kehl julgava ineficiente o exame pré-nupcial já previsto em lei de forma facultativa, e defendia a necessidade de ser prevista pelo Código Civil Brasileiro como obrigatória e o caráter proibitivo do casamento de indivíduos julgados incapazes para a boa reprodução. O autor via nesse exame um dos pontos básicos de proteção das famílias e das gerações futuras, defendia a proibição do casamento de indivíduos degenerados e doentes (KEHL, 1923, p. 253).

O discurso em torno do certificado pré-nupcial era voltado para valorizar sua importância, pois a lei havia sido aprovada, no entanto, não tinha caráter obrigatório nem de proibição do casamento, uma vez que foi aprovada uma lei facultativa. Nesse contexto, além da vulgarização da ciência entre a população, havia a preocupação de questão prática sobre a execução do exame por parte dos médicos.

Renato Kehl expressava sua admiração pelas práticas de esterilização, como uma visão compartilhada entre os intelectuais da época, que visualizavam o Brasil como uma nação condenada por mestiços e por uma elite incapaz de organizar o país nos trilhos da civilização e da modernidade. Neste sentido, o autor não via saída fora do determinismo da raça, mas acreditava na atuação eugênica através da educação, como uma forma de formar uma consciência nacional em defesa dos princípios eugênicos. Uma educação que tivesse por finalidade criar formas de impedimento da proliferação dos considerados “inadequados”, como as medidas de controle matrimonial, proposta como estratégia de intervenção que tomou diferentes caminhos em diversos países do mundo.

Sua interpretação da eugenia negativa fazia de sua atuação uma constante renegociação no processo de imposição da ciência eugênica como princípios de moralização social, primeiramente entre seus pares e depois na aceitação popular. A migração para a defesa de estratégias como o certificado pré-nupcial não descartava as intenções de, com o tempo, incutir uma aceitação de medidas mais radicais de seleção racial e social através da reprodução.

Ao longo de sua trajetória, como temos destacado, Renato Kehl lançou atenção sobretudo para o papel da mulher no processo de formação de uma nação regenerada. No

próximo capítulo analisaremos a construção da imagem da mulher e a sua função na sociedade, pautados na materialidade de seus corpos e na função maternal. Procurou-se analisar como Kehl fez dela a personagem principal na empreitada de implantação da eugenia praticada nos princípios morais da sociedade e dentro dos ideais de proteção das futuras gerações.

CAPÍTULO 3 - A MULHER EUGENICAMENTE “NORMAL” E A FUNÇÃO BIOLÓGICA DE REGENERAR A RAÇA

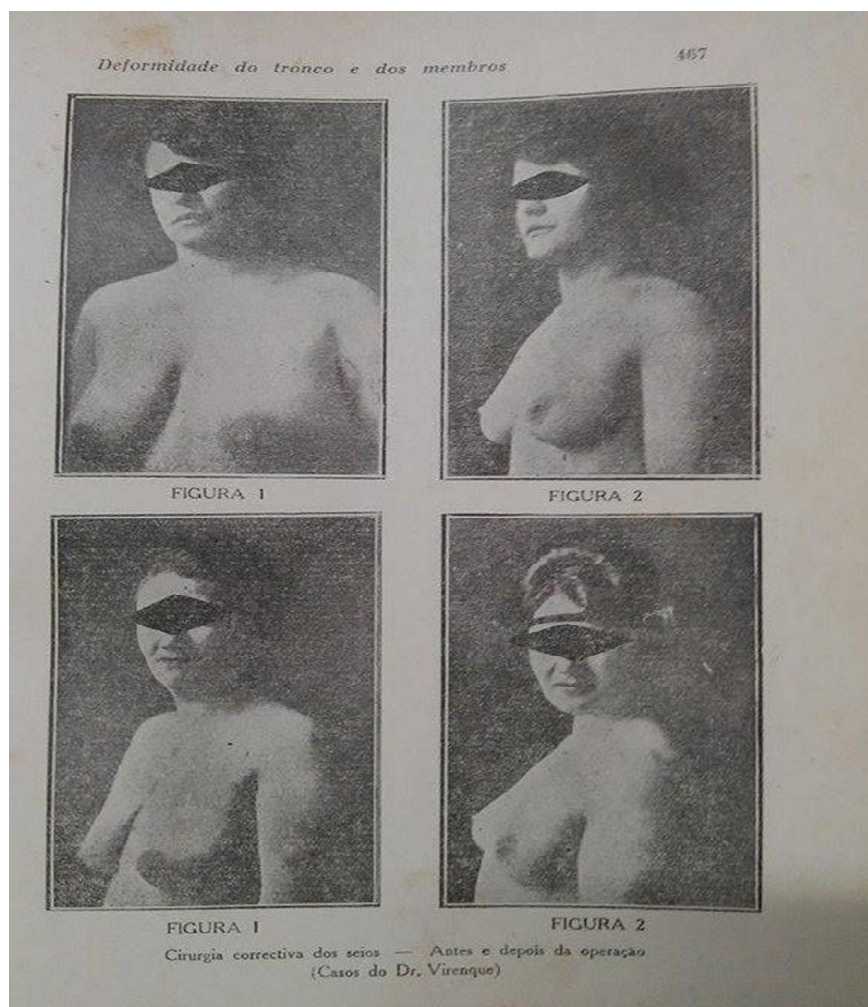
Dai-me mães, disse um estadista, e eu vos formarei uma nação superior a qualquer outra.

(Renato Kehl)

Em 1923, Renato Kehl publicou *A cura da fealdade*, uma de suas obras mais importantes, demonstrando nela todo seu desprezo pela “disgenia” ou “cacogenia”, ou seja, para tudo que fosse que visto, do ponto de vista eugênico, como anormal. Além de apresentar o que considerava como aspirações eugênicas, indicou tratamentos terapêuticos para curar e remediar tudo que considerava que ameaçasse a beleza da raça, e apresentou sua visão sobre a deformidade dos corpos e, ao mesmo tempo, demonstrou a capacidade da ciência médica em realizar a correção dos anormais.

A questão da raça permeava todas as suas discussões sobre o aperfeiçoamento humano, pois a pretensão era implantar uma moral eugênica com novos valores e comportamento para modificar a beleza da raça brasileira. Atribuiu a fealdade da raça a uma anomalia da natureza, um desequilíbrio provocado por causas como a doença e a degeneração, e que deveria ser extirpada, combatida e evitada, pois estaria em contradição com o princípio grego defendido por ele: “men sana in corpore sano” (KEHL, 1923, p. 05). Mas além da beleza física, a “fealdade” apontada pelo autor era principalmente moral, o que na visão do autor faltaria ao povo brasileiro, visto por ele como um povo que precisava ganhar estirpe, que carecia de moral higiênica e eugênica (SOUZA, 2006, p. 200). O conceito de fealdade para o autor retinha uma conotação oposta ao de normalidade, e é nesse sentido que o autor constrói ao longo de seu discurso um ideal de beleza baseado no combate a fealdade.

Figura 9 – Cirurgia corretiva dos seios – Antes e depois da operação



. Fonte: KEHL, 1923, p. 467.

A cirurgia reportada na imagem acima, publicada nas páginas da obra *A cura da fealdade*, demonstra a busca dos médicos pela perfeição da raça, e a admiração por Renato Kehl às medidas que pudessem corrigir as imperfeições humanas. As imagens mostram uma mulher com seios grandes que precisavam ser corrigidos, e depois de ter passado pelo procedimento cirúrgico. Ao mesmo tempo que procurou exaltar a capacidade de cura que a ciência havia desenvolvido, apresentou a representação do corpo que deveria ser moldado para exercer as funções biológicas criadas pela ciência.

A tensão entre aperfeiçoamento e degeneração expressava as inquietações provocadas pelas transformações que o início do século XX causou na sociedade. Entendia-se que o corpo devia ser regrado para evitar doenças e disciplinado para evitar a descendência

perturbada e degenerada. Com esse objetivo, o médico se tornou o único capaz de orientar o povo no progresso da nação, fortalecendo a legitimidade de seu discurso e de sua prática (FLORES, 2007, p. 276).

O corpo no século XX ganhava uma nova abordagem na medida em que a medicina ocidental tornava-se o principal recurso contra as doenças e como guia de vida que promulgava regras de comportamento e censuras dos prazeres. A intervenção médica passou a dominar a autonomia da população, normatizando seus modos de reprodução, sua maneira de morrer e suscitando inquietação na própria corporação, encorajado pela ideia de transparência do corpo, um corpo superexposto, diretamente acessível ao próprio sujeito (MOULIN, 2008, p. 16)

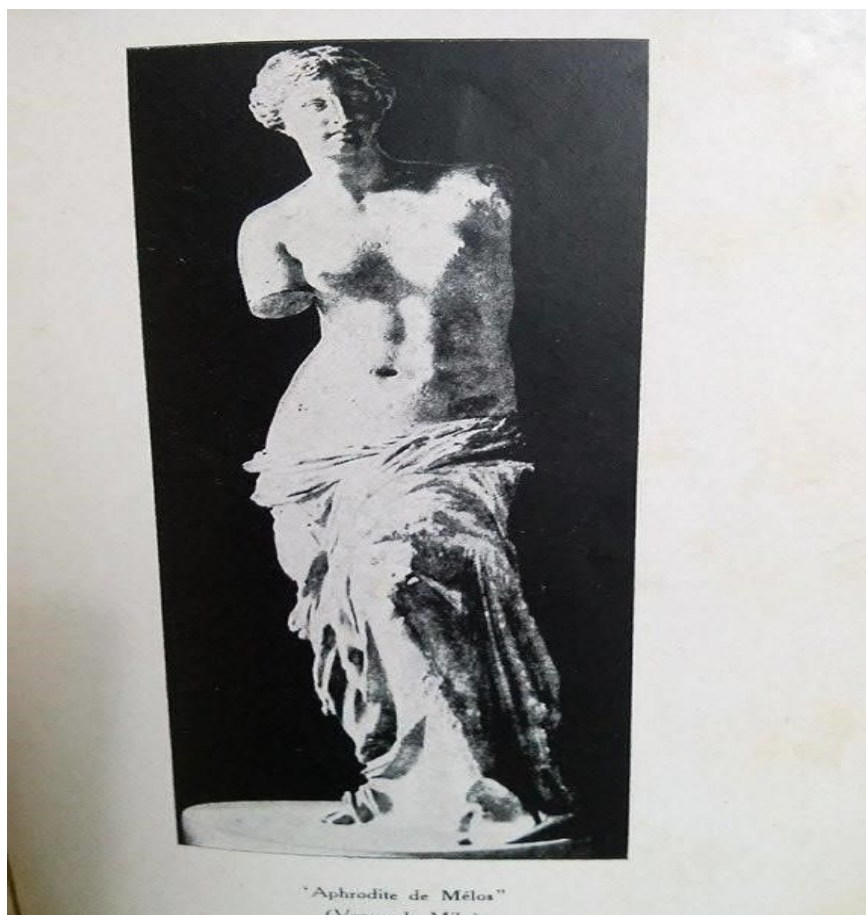
A atuação de Renato Kehl contribuiu para pensar sobre as relações entre a ciência e “normalização” do comportamento feminino em sociedade, e a análise dessas obras permite compreender os seus discursos e sua atuação enquanto intelectual da ciência brasileira. Seu engajamento nos projetos de reforma político-social de formação de uma identidade nacional evidencia a prática em que o corpo se torna um interventor da raça e a sexualidade uma interventora das gerações, da beleza da raça dependia a marcha da evolução humana (FLORES, 2007, p. 15). O discurso eugênico possibilita uma reflexão profunda sobre a organização médica em prol do controle social. Na sequência, nossa análise se aterá as questões que envolveram os discursos sobre as mulheres e os papéis que construíram para elas, a partir de conceitos de raça, corpo e sexo.

3.1 A perfeição plástica da raça

Como um eugenista assíduo, Renato Kehl acreditava na efetividade da ciência no melhoramento racial, sua inspiração no ideal de beleza dos antigos gregos fazia com que defendesse o princípio de modificação da plástica da raça pela intervenção racional sobre a natureza. A plástica da raça estava vinculada a perfeição do corpo, as assimetrias e aproximação com a pureza da raça branca. Essas características ele atribuía a raça mais bela a perfeita, a helênica. Para ele, a ideia de aperfeiçoar a raça brasileira estava longe de

defender o tipo racial mestiço ou predominante no Brasil, mas sim em aproximar a brasileira ao padrão ariano.

Figura 10 – “Afhrodite de Mélos”



Fonte: KEHL, 1923, p. 13.

Para Renato Kehl, os gregos foram os precursores do aperfeiçoamento humano, pois os helenos teriam sido o povo mais saudável que já habitara no planeta. A admiração pelos helenos vinha de sua convicção de que a seleção natural tinha uma ação benéfica de eliminar os degenerados e a herança dos melhores governariam o mundo. As práticas das leis de Licurgo e a índole dos gregos de horrorizar-se com os degenerados e fracos eram constantemente citados por Renato Kehl em quase todas as suas obras e também no Boletim de Eugenia. Na compreensão do eugenista, era preciso esforçar-se “como os gregos para reabilitar física e moralmente os atributos humanos, que a degeneração se propõe a alterar.

Embelezemos a espécie humana, certos de que a beleza pode ser criada a nossa vontade” (KEHL, 1923, p. 14). A beleza helênica serviu de inspiração para o autor em sua empreitada eugênica, uma vez que, para ele, o futuro dos brasileiros podia ser traçado pela vontade do homem.

Figura 11 – Desenvolvimento completo de uma jovem de 18 anos



Fonte: KEHL, 1923, p. 78.

A imagem da mulher representada acima é o perfil do corpo moldado, corrigido, disciplinado e aprimorado. Esse ideal de beleza reafirma uma convicção do autor, que a fealdade “evita-se e cura-se”, assim a beleza não seria só um atributo de aquisição mas poderia ser conservada. O autor chega até mesmo a estabelecer algumas medidas que as mulheres deveriam atender para ficar dentro dos padrões de beleza:

Tanto pode ser bela uma mulher alta como uma de pequena estatura. Uma e outra, porém, não devem ultrapassar certos limites, o inferior de 1,50 e o superior de 1,70. Fora desses limites, tem-se o nanismo ou o gigantismo,

para os quais não pode haver apreciação benévola por serem incompatíveis com a beleza feminina. (KEHL, 1923, p. 84).

Renato Kehl descreveu características antropométricas de perfeição das curvas do corpo tanto para homens quanto para mulheres, escreveu orientações sobre cuidados de saúde física e alimentação adequada, defendeu a necessidade dos exercícios e a prática de esporte. Seu objetivo era demonstrar que a eugenia poderia orientar o saber médico e levar ao melhoramento biológico e intelectual da população brasileira. Além das características físicas, as posturas corporais também eram qualificadas para impor caracteres eugênicos, o que autor chamava de normalidade.

O conceito de beleza passava, portanto, tanto pela perfeição plástica das medidas corporais quanto dos aspectos relacionados à saúde física e à “estirpe” da raça brasileira. Mais do que propor a “A cura da fealdade” nacional, nos seus aspectos físicos e raciais, os eugenistas entendiam ser necessário curar o brasileiro da sua decadência moral. Neste sentido, Renato Kehl explicava que:

A eugenia pretende certa regularidade nos traços fisionômicos, uma justa proporção nas partes constitutivas do corpo, vivacidade de espírito, movimentos graciosos no andar e nos gestos, além da saúde, força e vigor, para classificar um indivíduo no rol dos tipos eugenicamente belos (KEHL, 1923, p. 27).

A busca pelo bem-estar da saúde aproximava o indivíduo da “normalidade” física como normalidade moral. Deste modo Renato Kehl entendia o perfeito equilíbrio dos sentimentos e com a compreensão exata do que representava os deveres individuais, de família e de pátria. Por normalidade intelectual compreendia o discernimento fácil e nítido dos fatos e coisas, a perfeita regularidade das diversas faculdades físicas que se denominam memória, razão, imaginação, etc. (KEHL, 1923, p. 349).

Em suas obras, construiu padrões de medidas com intuito de estabelecer o padrão de beleza e apontar os caminhos para “a cura da fealdade”. Caminhos esses que perpassavam a moderna ciência, considerada por ele capaz de reconstruir as formas físicas, pelas intervenções cirúrgicas, como também pela prevenção de doenças. Segundo ele,

O organismo animal é um elemento plástico, modificável, e essa plasticidade permite que alteremos linhas, contornos e cores [...]. A perfeição plástica de uma raça é um empreendimento perfeitamente realizável. Nestes domínios a vontade humana pode fazer-se valer. Os aperfeiçoamentos conseguidos na agricultura e na zootecnia confirmam a visão otimista dos que desejam igual aperfeiçoamento em relação à espécie humana (KEHL, 1923, p. 12).

O eugenista acreditava no desenvolvimento da ciência de modo geral, para melhorar não só a raça humana, mas todos os elementos da natureza, pois a seleção e o cruzamento eugenicamente controlados eliminariam os caracteres que apresentassem anomalias. Como a fealdade era uma anomalia da natureza, a missão da ciência era modificar a plástica humana através da seleção sexual. Para ele os médicos teriam nas mãos a missão de ser o artista capaz de aperfeiçoar a própria plástica da sua espécie. Utilizando-se dos estudos da moderna biologia, entendia que era possível antecipar a ação da seleção natural, permitindo que os homens dirigissem o seu próprio progresso futuro, sendo a seleção sexual vista como uma fonte preciosa de aperfeiçoamento e de embelezamento ser humano.

Quanto aos rumos da compleição física do brasileiro, argumentou que as moças precisavam praticar exercícios para ganhar firmeza nos seios, pois não eram mais belos como de seus antepassados, aconselhava a massagem para o endurecimento e desenvolvimento dos seios. Muito além de simples pessimismo, o pensamento de Renato expressou a noção estética da época. Maria Bernadete Ramos Flores apontou que esse pensamento obedecia a uma noção moderna de corpo, no qual a beleza da raça era medida pelo grau de brancura ariana e distinguia o grau da civilização, da moral, dos costumes e dos ideais estéticos (FLORES, 2007, p. 19).

A terapia da beleza para Renato Kehl requeria o revigoramento do corpo à sua modelagem científica dentro do padrão eugênico da normalidade. Para prevenir a anormalidade física, moral e intelectual da beleza, a educação e a seleção sexual eram medidas eficientes e para corrigir a fealdade, a ciência já havia desenvolvido técnicas cirúrgicas e tratamentos capazes de regenerar a anormalidade causada por acidentes, doenças e mutilações de guerra (KEHL, 1923, p. 356).

As mulheres receberam atenção especial na educação sexual não só por Renato Kehl, mas também por José de Albuquerque. Ambos acreditavam não só que a beleza da raça

poderia ser modificada, mas que deveria ser gerenciada, e as mulheres teriam um papel fundamental nesse processo, pois era preciso prepara-las para assumir seus papéis na sociedade.

Figura 12 – “Da impropriedade do conceito da supremacia do sexo



Fonte: *Boletim de Educação Sexual*. ALBUQUERQUE, jan-1935, p. 03.

A Figura 12 apresentada na capa do *Boletim de Educação Sexual* expressa, primeiramente, a necessidade de esclarecer as funções da educação sexual, a segunda questão apresenta a preocupação de Albuquerque quanto ao entendimento dos papéis sociais de homens e mulheres. O autor ressalta que uma transformação na ocupação desses papéis está

em questão, “uma era nova nasceu para a mulher com o advento da cultura feminina” (ALBUQUERQUE, 1935, p. 03). Essa cultura feminina que está libertando as mulheres da dominação masculina é vista como comprometedora para as verdadeiras funções das mulheres como gerenciadoras dos lares e da família. Há uma ênfase não apenas em seus escritos, mas também na imagem representada acima na preocupação de que a mulher se coloque acima ou a frente dos homens na hierarquia social.

Defender um ideal de que o homem e a mulher eram duas pilastras que deveriam trabalhar lado a lado, cada um com sua função para garantir a “obra da criação”, fazia parte de uma estratégia discursiva de reorganização das ocupações de gênero. O corpo nu representa quais deveriam ser as funções de ambos, a reprodução humana que buscasse a perfeição do corpo aparece como central na mensagem transmitida na defesa da educação sexual. Ideias sobre papéis sociais a partir da definição e normalização dos corpos e da sexualidade era consensual entre os intelectuais que estavam preocupados com os novos rumos que a modernidade estava levando as mulheres, se preocuparam com os movimentos que surgiam lutando por direitos e espaço na sociedade. De acordo com José de Albuquerque:

Quando a mulher, escravizada durante millenios, teve consciência da escravização que os homens lhe impuzeram, revoltou-se, mas sua reação se fez sentir mais vigorosa do que deveria ser, caindo no terreno falso do que elas chamam “feminismo”, mas que, na realidade, não é senão “masculinismo”, pois elas não pretendem senão a equiparação dos seus direitos aos direitos do outro sexo (ALBUQUERQUE, jan1935, p. 03).

O autor reconhecia que por muito tempo o sexo masculino abusou da ideia de que as mulheres eram inferiores e submeteram-nas a um regime de obediência, culpou os métodos educativos que impuseram uma compreensão errônea sobre si mesmas. Considerou errado o critério de considerar a mulher um ser inferior ao homem, mas criticou o fato dos movimentos feministas querer conferir ideias de igualdade. Para ele, a mulher não era inferior, mas era diferente do homem. Acreditava que as mulheres haviam instaurado uma competição entre os sexos e somente uma educação sexual conseguiria reestabelecer a harmonia sobre suas obrigações que garantir o futuro da humanidade. Ao elaborarem ideias capazes de dar sustentação as intervenções médicas educacionais, os eugenistas

necessitavam de um discurso que justificasse as ideologias e o exercício do poder nas práticas pedagógicas para atingirem seus objetivos.

Nessa análise, nem todos os intelectuais compartilhavam da mesma opinião, sexólogos e eugenistas como José de Albuquerque e Renato Kehl analisaram a mesma questão e consideraram divergentes conclusões. Na eugenia de Renato Kehl a interpretação para essa questão é ambígua, mesmo que seu discurso tenha se pautado por um ideal sexista e excludente, ao mesmo tempo elencou a mulher como centro dos debates sobre o ideal de sociedade, caracterizando as diferenças biológicas entre homens e mulheres para definir papéis. O autor afirmava que as mulheres estavam rompendo com o jugo masculino e estavam a caminho de dominar espaços tanto quanto os homens. Ele concordava com a ideia de que não se podia negar os direitos as mulheres, pois nada as impediria de ocupar os mesmos planos, domínios políticos, sociais, econômicos e outros, e que em outros países já se aplicavam direitos iguais. De acordo com Kehl, a mulher

[...] exigiu e conseguiu o decreto de voto em muitos países; e, de há muito, alcançou a faculdade de aplicar-se a todos os ramos de atividade; guia automóvel, trem de ferro, aeroplano; vence torneios olímpicos. A mulher de hoje não mais quer valer-se, unicamente dos seus encantos, mas igualmente dos seus dotes de inteligência, força, intrepidez, coragem e agilidade. (KEHL, 1935, p. 62).

As mulheres vinham se adaptando a uma nova realidade imposta pela modernidade, muitas se destacando nas ciências, nas artes, nos esportes, no comércio, porém o principal ponto do discurso do autor era a preocupação com a sua verdadeira função, a de gerente do lar. A mulher não deveria abdicar das prerrogativas do sexo, mantendo-se fonte de inspiração, beleza, carinhosa, meiga, “a rainha da criação”. Em seu ponto de vista,

A mulher deverá ficar sempre mulher deliciosamente mulher, inalterável ser feminino, isto é, uma instintiva e delicada criatura, flexível e vivaz, em que predominem, poderosamente, as qualidades de ternura, de bondade e graça. Não é necessário insistir na necessidade desta inclinação, porque jamais se alterará a especificidade da alma feminina. Não serão as deserções que se registram nas fileiras das jovens deste século agitado, que influirão sobre a natureza íntima do sexo genital. Tirante algumas excêntricas que se fazem “agâmicas” a maioria mantém-se

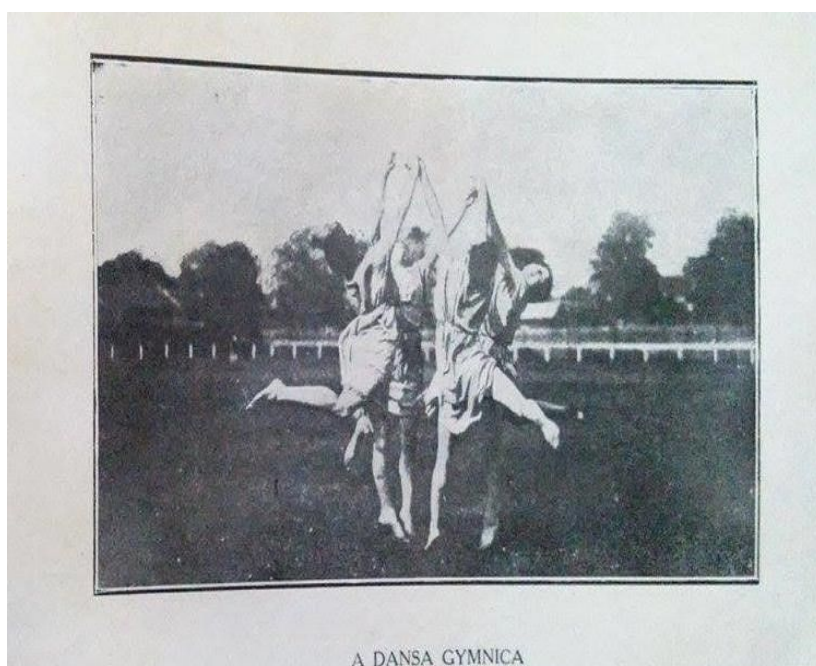
substancialmente dominada pelo instinto superior da maternidade (KEHL, 1935, p. 65).

A visão sobre a luta por liberdade das mulheres era vista com certo receio pelos eugenistas, pois a percepção de que as mulheres já tinham e continuavam conquistando espaços públicos já era difusa. O casamento e as funções da esposa dona-de-casa e mãe-defamília causavam preocupação com o futuro das famílias, com a reprodução humana e o futuro da hereditariedade da raça. A preocupação é com o futuro da nação; não é a mulher que importa, mas sim a sua função social de cuidadora do lar e sua função “natural” de mãe. Predicados como organizada, atenciosa, disciplinada vaidosas e bem vestidas, eram atribuídos pelo autor para caracterizar o comportamento feminino, ressaltando as noções mais sentimentais e práticas do que as relacionadas a racionalidade ou ao intelecto. Desenhava assim o modelo de “patricias” brasileiras e sua tendência pelas questões de higiene e de eugenia, mais acentuadamente do que os homens. Segundo Renato Kehl:

As vós, minhas patricias, está reservado o principal papel junto dos cruzados da higiene, da eugenia e da educação na benemérita obra de salvação nacional. Não vos deveis esquecer de que cuidando de vossos filhos, cuidais das gerações vindouras com as quais se manterá, através dos séculos a soberania do Brasil (KEHL, 1935, p. 68).

Conforme já comentou-se, Renato Kehl tinha uma visão helênica sobre a mulher brasileira, aproximava o corpo feminino a um ideal de beleza plástica, chamando a atenção das mulheres e de suas famílias para a importância do cuidado com o corpo físico. O projeto de educação eugenia concentrou-se no controle do corpo, na beleza física e na educação moral para evitar desvios sexuais. A saúde do corpo deveria ser priorizada nos ensinamentos escolares e nos cuidados em casa, com os filhos e o marido. Ou seja, a função da mulher passava pela sua biologia e pela responsabilidade com as futuras gerações, o que justificava o fato dos eugenistas a elegerem como a “rainha da nação”.

Figura 13 – A Dança Gymnica (Exercícios coletivos – dança helênica)



Fonte: KEHL, 1923.

Conforme pode-se ver na imagem extraída de uma das obras de Renato Kehl, os exercícios para as mulheres deveriam contemplar a beleza dos gestos. A elas não eram aconselhados jogos e exercícios pesados, mas somente atividades vistas como mais leves e adequadas a plástica feminina, como a dança, a patinação e a natação. Educar as mulheres significava, para os eugenistas, garantir que seu corpo gerasse filhos para a espécie e depois exercesse o papel de boa mãe para formar cidadãos para a nação. Dessa forma, o sexo e o comportamento sexual são postos na centralidade das políticas educacionais, é o que Maria Bernadete Ramos Flores já havia apontado como o “entrecruzamento do corpo com a Nação que se quis forjar” (FLORES, 2007, p. 20). De acordo com essa autora, as diferenças entre homens e mulheres passaram a ser ressaltadas na definição de papéis, principalmente no que concerne a construção de identidade do sexo, sobre a procriação e a higiene das famílias (FLORES, 2007, p. 266).

As inquietações da geração de médicos, sobre normalidade e “fealdade” era mobilizado pela ânsia em dominar os corpos. O recuo do pudor corporal se acelerou no período entre guerras na mesma marcha em que o modelo de homem e mulher magros e longilíneos predominavam e a exposição do corpo trazia a necessidade de exigir músculos firmes.

No início do século XX, a transformação da mulher e da família dependia de um programa pedagógico que abrangia o corpo, a moral e a educação intelectual. Somente uma mulher saudável e instruída podia exercer bem seu papel de mãe, e também de esposa. Renato Kehl sempre defendeu a instrução da mulher como melhor arma para eugeniação da família, pois era a mãe que ficava responsável pela educação dos filhos e o cuidado com o lar. Além disso, o casamento deveria agora ser escolhido pelos noivos e não mais pela família, o que trazia para o autor uma necessidade de implantar uma moral eugênica na escolha dos parceiros, uma vez que essa escola deveria passar pelos critérios eugênicos.

Discordando do discurso de Kehl, Edgard Roquette-Pinto apresentou uma visão bastante crítica ao ideal de beleza eugênica por ele apresentado. Em seus *Ensaio de Antropologia Brasileira*, Roquette-Pinto dedicou algumas páginas para expor sua opinião sobre o ideal de beleza, a propósito dos padrões que vinham sendo aplicados nos concursos de miss. O concurso que se destinava a eleger a mulher brasileira mais bela, era visto pelo antropólogo como frívolo e distante do tipo de beleza brasileira que a realidade cotidiana apresentava (ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 30). As críticas de Roquette-pinto se direcionavam a cientistas que compartilhavam das ideias de Renato Kehl, eugenistas que buscavam a perfeição das medidas corporais. Os concursos de miss, segundo o antropólogo, deveriam atentar ao verdadeiro tipo racial brasileira, que seria a mulher comum, trabalhadora das fábricas e com caracteres tipicamente brasileiros, distante do modelo europeu e branco de raça (ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 28).

O principal argumento na defesa de Roquette-Pinto, foi o fato de que as candidatas apresentavam um perfil típico burguês das mulheres da elite. Chamava a sua atenção o fato de que não havia concorrendo nenhuma moça operária. Tece ainda uma crítica sobre o caso de a mesma classe social dos operários serem excluídos do exercício da cidadania como o direito de voto por não saber ler. Defendeu a necessidade de políticas sociais para melhorar as condições de vida da população mais pobre, pois só assim seria possível melhorar a raça nacional (ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 35).

No ponto de vista de Roquette-Pinto, o verdadeiro eugenista não devia falar da ciência eugênica, mas praticá-la, ou pelo menos, efetivar pesquisas que permitam executá-la um dia, e ressaltou a iniciativa de Galton em incutir a necessidade de traçar a árvore genealógica para

conhecer o histórico de hereditariedade e facilitar as investigações científicas de estudo da herança (ROQUETTE- PINTO, 1933, p. 50-51).

O debate sobre os concursos de beleza, eram comuns nas primeiras décadas do século XX, e os ideais de beleza eram sempre baseados nos ideais eugênicos. Em maio de 1929, o periódico científico *Boletim de Eugenia*, que circulava entre os médicos e intelectuais brasileiros, apresentou o resultado do primeiro concurso de eugenia. Tratava-se de um evento organizado para selecionar a criança que obtivesse características físicas e biológicas saudáveis, além de um histórico familiar de longevidade, ausência de doenças hereditárias e pureza da raça. A imagem (Figura 14) da menina vencedora, nutrida e de cor branca, nos permite perceber a projeção do tipo biológico e racial que se pretendia forjar no aperfeiçoamento da nacionalidade.

Figura 14 – 1º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado

BOLETIM DE EUGENIA

MENSAL

EDITADO
em propaganda do
Instituto Brasileiro de Eugenia
Cabeça Postal 2926 – Rio de Janeiro – Brasil

MAIO DE 1929

VOL. I – NUM. 5

Direção e Propriedade
DR. RENATO KEHL
Rua Smith Vasconcelos, 63 – (Aguas Fervens)
CAIXA POSTAL 2926 – RIO DE JANEIRO – BRASIL

Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade

A 1.ª Brasileira Eugenizada

Convidado pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, director do Serviço Sanitário de São Paulo, fui assistir á entrega dos premios aos vencedores do primeiro Concurso de Eugenia, pela primeira vez realizado no Brasil e, talvez, em todas as Americas.

Coube-me a honra de entregar o galardão destinado á primeira brasileira considerada oficialmente eugenizada.

Como disse em entrevista concedida ao «O Estado de São Paulo», á São Paulo coube a primazia na fundação da primeira Sociedade Eugénica criada no continente sul-americano e a prioridade na cruzada em prol da sciencia de Galton. Era natural, portanto, que em São Paulo tivesse logar o primeiro Concurso de Eugenia. Exultei com a sua realização. Ella tem alta significação como exemplo e emulação para o fomento da paternidade digna e como testemunho de que a propaganda do aperfeiçoamento eugenico está dando resultados evidentes e valiosos para a nossa terra e para a nossa gente.

Um dos mais importantes problemas da sciencia de Galton consiste na selecção dos «bem dotados», isto é, na escolha dos melhor preparados physica, psychica e mentalmente. Dessa selecção derivam varias consequências de valor: em primeiro logar, concorre para augmentar o interesse publico, fazendo com que os paes se escazequem no tocante á constituição de proles sadias e bellas; em segundo logar, serve para a organização de um ensaio de patronagem da futura elite nacional de eugenizados; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantissimos estudos relativos á hereditariedade, ao meio social e familiar, ao cruzamento de raças, etc.

No presente concurso evidenciou-se o alto interesse dos paes, que se preocupavam em discernir as pos-

sibilidades de victoria apresentadas pelos filhos: pesando os elementos individuais e hereditarios com que contavam os filhos para o concurso; discutindo, em familia, os «pros» e os «contra»; estudando os antepassados, procedendo a uma devassa na vida de cada um, orgulhando-se ou revoltando-se contra as suas qualidades ou defeitos physicos, psychicos e mentaes.

Este interesse, por si, bastaria para justificar a repetição do certamen



Adenir — 3 annos — 1.º Premio do 1.º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado.

O julgamento foi executado com todas as regras. Uma commissão escolhida pelo Dr. Waldomiro de Oliveira e composta dos Drs. Cantídio de Moura Campos, Clemente Ferreira F. Figueira de Mello, Garcia Braga, Dalmacio Azevedo e Octavio Gonzaga observou o maximo rigor na

Cuidar do aperfeiçoamento eugenico é cultivar as bases da feicção de do povo e fortalecimento integral do paiz.

Para a alma humana, um corpo sadio é um asylo; um corpo doente é um carcere. — Bacon.

A Eugenização é um capital posto a juros a longo prazo pelos patriotas esclarecidos, de vistas largas e de espirito atilado.

selecção dos concorrentes inscriptos. Obedeceu ella o seguinte criterio:

a) organizada a lista dos candidatos, menores dos dois sexos, de 3 a 5 annos, foram os mesmos fichados (ficha especialmente preparada para esse fim) e examinados, não só em relação ás enfermidades physicas, como mentaes, abrangendo a syndicança a ascendencia dos inscriptos;

b) na primeira selecção foram classificados 70 candidatos, os quaes foram, novamente, submettidos a uma segunda selecção, sendo eliminados 40, por varios motivos. Submettidos a um cuidadoso exame os 30 escolhidos foram retirados 7, dos quaes, finalmente, a commissão classificou os seguintes: 1.º premio Adenir Ferreira de Carvalho, 2.º Ruth de Carvalho Lopes, 3.º Rachel Celeste Bonaro.

A Ademir conta 3 annos, tem 8 irmãos vivos, 6 fillos maternos e 7 paternos, todos sadios.

Como disse na entrevista supra citada, a idade estipulada não me pareceu muito feliz. Seria melhor que o concurso fosse para crianças na idade escolar. Uma verdadeira selecção eugenica deveria comprehender somente individuos em completo desenvolvimento somato-psychico. Entretanto, esta minha restricção em nada pretende diminuir o valor desse bello empreendimento, que teve de subordinar-se ás condições estipuladas pelos idealizadores do concurso e doadores dos premios.

Parabens á «primeira brasileira eugenizada» e a seus paes, que devem estar radiantes com a victoria da

Fonte: KEHL, *Boletim de Eugenia*, vol-5, maio de 1929.

A divulgação dos concursos eugênicos fazia parte de uma intensa campanha na qual os intelectuais envolvidos na campanha se esforçavam para tornar a Eugenia uma ciência conhecida e praticada no cotidiano da população. O concurso tinha o intuito de coletar informações genealógicas e étnicas sobre a composição das famílias brasileiras, informações que poderiam auxiliar no mapeamento populacional da população brasileira. “Quereis saber quem sois e o que sereis? Estudai a vida de vossos avós” (KEHL, Abr – 1929, p. 04). Kehl

lembra que o próprio Francis Galton teria feito a genealogia de sua família para atestar a superioridade de sua genética, o que serviu de citação para muitos eugenistas depois.

A imagem da menina sem roupas, enfatiza o propósito do concurso, que era a perfeição do corpo e a aparência de saúde, reforçando o projeto dos eugenistas que apostavam na seleção como meio de eleger uma elite nacional de eugenizados. Crianças de 3 a 5 anos foram examinadas em relação a enfermidades físicas e mentais, suas famílias investigadas, e depois foram classificadas de acordo com o grau de pureza da raça e saúde da hereditariedade.

A difusão dos princípios de valorização da hereditariedade, saúde e robustez física, era o principal objetivo na promoção desse concurso. Os intelectuais envolvidos na campanha eugênica se esforçavam para tornar a Eugenia uma ciência conhecida e praticada no cotidiano da população, além de contribuir para os estudos relativos a hereditariedade e ao cruzamento de raças. Neste sentido, os concursos de eugenia atendiam a estes objetivos, a afirmação do próprio Renato Kehl no título do texto de publicação da notícia, “pelo aperfeiçoamento da nacionalidade”, devia aceitar que a ciência era capaz de regenerar a nação brasileira. A divulgação dos concursos eugênicos fazia parte de uma intensa campanha na qual os intelectuais envolvidos na campanha eugênica se esforçavam para tornar a Eugenia uma ciência conhecida e praticada no cotidiano da população.

O concurso eugênico, representado na imagem da criança eugenizada, nada mais era do que um instrumento de aplicação da nova ciência, apontada por Zigmunt Bauman (apud SOUZA, 2006, p. 11) como fruto da ânsia de modernização que deveria ser promovida por aqueles que estavam na ordem do discurso. A visão eugênica se apresentava diretamente ligada as ideias de modernização da nação, nesta perspectiva, caberia a medicina empreender esforços para regenerar o povo brasileiro através da seleção hereditária.

Para Nicolau Sevecenko, o anseio de interferir na ordenação de sua comunidade, da família ou dos valores estéticos de uma sociedade preenche-se de significados, os quais se apresentam mais como um produto do desejo, seu compromisso com os ideais que acreditava, do que com a realidade. Preocupavam-se mais com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas do que com o seu estado real (SEVECENKO, 1983, p. 19-20).

Neste sentido, mais do que propor a cura da fealdade do brasileiro nos seus aspectos raciais e morais, os eugenistas elegeram a mulher para operar o processo de regeneração, sendo a maternidade e o lar definidos como suas funções e seus espaços de atuação como instrumentos de eugênização social. Vale lembrar, conforme destaca Nancy Stepan, que os eugenistas pensavam a reprodução humana não como uma atividade individual, consequência da sexualidade, mas como responsabilidade coletiva que levava à reprodução de boa ou má hereditariedade (STEPAN, 2005, p. 115).

Observou-se até aqui como a educação sexual, o controle matrimonial e as intervenções radicais eram defendidas na implementação do projeto eugênico, essa implementação se desenvolvia ao passo que incutia ideias na moral social. Já foi visto que Renato Kehl desenhou um ideal de beleza e a necessidade de interferir na plástica do ser humano, a mulher aparece com o papel de destaque nesse processo. Nossos esforços agora se dão na tentativa de compreender o papel designado para ela no projeto eugênico, a função biológica de reprodutora e responsável pela futura prole da nação, estabelecendo a maternidade como sua prioridade na atuação social.

3.2 As Evas do século XX: a mulher maternal

Para os adeptos da eugenia negativa, que basicamente apostavam em ações mais radicais de intervenção, as medidas como o controle matrimonial e a esterilização eugênica deveriam ser implantadas caso o Brasil quisesse executar o projeto de melhoramento racial. Neste sentido, era sobre a educação sexual, o controle do corpo feminino e de sua reprodução que recaíam as medidas eugênicas.

A ideia de modernidade após a Primeira Guerra colocou a mulher no centro do debate científico brasileiro. Discussões relacionadas às transformações sociais em curso colocaram em questões de igualdade, emancipação, instrução profissional e intelectual (THÉBAUD, 1991, p. 27). E nesse interim se reinventa novas estratégias de dominação entre os sexos. A eugenia elaborou interpretações e estratégias para reiterar o lugar da mulher no espaço privado, era preciso convence-la de que sua função era cuidar dos filhos e da família.

Figura 15 – “Possuir um filho sadio, deve ser o ideal de todas as mães”



Fonte: *Boletim de Educação Sexual* (ALBUQUERQUE, 1937, p. 03).

No discurso eugênico, a mulher ganhou destaque como formadora de homens, na sua função materna de cuidado e orientação eugênica na educação dos filhos, para isso, deveria ser saudável e bem instruída para exercer bem seu papel de mãe e esposa. Não à toa, os eugenistas usaram a imprensa para difundir seu discurso, reforçaram ao longo de suas publicações que a mulher precisava, mais do que adquirir conhecimento sobre o cuidado com a puericultura, nutrição e amamentação, ser incutida pelo amor maternal.

Nesse contexto, é possível perceber, portanto, que o discurso eugênico não era só de Raça e Classe, era também de gênero. No discurso eugenista, a mulher sai do âmbito da inferioridade e passou a ocupar um lugar central nas discussões sobre civilização e progresso do país, uma vez que ela foi colocada como a principal responsável pela geração de filhos saudáveis, de uma nação em processo de regeneração. Foi nesse contexto que Renato Kehl ficou conhecido por discursar em prol da eugenia como ciência capaz de fazer o controle social sobre a sexualidade e a família, cujo controle perpassava pela disciplina e racionalização do corpo da mulher e da normalização do casamento.

A ideia de “normal” e “patológico” se instaurava para explicar o comportamento feminino, construídos pelo saber psiquiátrico, desde o século XIX. O papel “natural” da mulher era o de mãe e esposa, e qualquer comportamento que recusasse essa função era encarado como uma forma de recusa ou resistência do seu papel natural (CUNHA, 1989, p,129).

A grande preocupação dos médicos e intelectuais era com a diminuição do número populacional, que apontavam que no início do século XX a taxa de natalidade vinha crescendo, porém, os filhos de uma mulher branca reduziam-se a metade, baixando de 7 para 3,5 (COTT, 1995, p. 98). O conceito de normalidade foi aos poucos sendo familiarizado com o público pelos higienistas, e não só as mulheres foram alvos do discurso, como foram alertadas sobre os comportamentos de anormalidade dos seus filhos (COTT, 1995, p. 108).

Por causa da eugenia, gênero e raça ficaram ligados à política de identidades. A historiografia tem abordado a intervenção eugênica nos projetos de higienização social, porém deixa-se de lado o lugar e as conexões do racismo e do sexismo nos projetos desses intelectuais. As ideias de corpo e sexualidade deram respaldo para implantação ou debates de projetos de intervenção e “normalização” de corpos e comportamentos, legitimados no saber científico da eugenia no início do século XX.

Conforme temos ressaltado, a mulher recebeu atenção central no discurso sobre seu papel de esposa e mãe, assunto bastante recorrente nos debates intelectuais. A preocupação se dava pela responsabilidade com a reprodução humana, agregada a ela pela sua condição biológica. Quanto mais “normal” e saudáveis, psiquicamente equilibrados, melhores condições os filhos teriam de se desenvolver favoravelmente. Nas palavras de Renato Kehl:

Quando a mãe é tuberculosa são raras as crianças que escapam a infecção, em consequência da transmissão direto do bacilo, ou então da transmissão hereditária do estado de predisposição ou de menor resistência, o que parece ser mais frequente, e que dá margem ao aparecimento ulterior da doença (KEHL, 1923, p. 253).

Para os eugenistas a maioria das doenças não eram hereditárias, mas de ordem congênita ou adquirida, devido as condições higiênicas e alimentícias mal dirigidas, mas preocupação mais enfática se dedicava a tuberculose e a sífilis, ambas eram transmitidas pela

mãe e por tanto uma doença de ordem congênita que poderia ser evitada. Ainda segundo Kehl:

Uma criança quando nasce, traz consigo o tesouro de uma vida de saúde ou a de miséria de uma vida infeliz de sofrimentos. Os que se casam devem, pois, ter em mente o patrimônio vital que vão legar aos descendentes, aos quais estará reservado um futuro risonho ou um porvir tenebroso (KEHL, 1935, p. 18).

Os exames pré-nupciais eram capazes de alertar sobre os casamentos disgênicos e evitar que taras fossem transmitidas as futuras gerações. Nesse sentido, a preocupação com a saúde da mulher era direcionada a sua capacidade de procriação, além da saúde física a importância que carregava como formadora de homens para a nação, fazia da mulher peça fundamental na eugeniização da sociedade.

Apostava em uma aliança entre as mães e os médicos para implantar uma moral eugênica nas famílias brasileiras, assim atingiria todas as esferas da sociedade. Toda a construção discursiva do autor pairava em torno do casamento como sendo o principal elemento para o progresso eugênico, atribuía a felicidade matrimonial a saúde da descendência. É nessa construção contextual que a mulher ganhou a atenção do autor, ele pretendeu convence-la da sua função procriadora, e sua responsabilidade em evitar que os degenerados e portadores de males perturbadores se alastrassem pela humanidade.

Ao analisar as genealogias das raças brasileiras, Renato Kehl, tentou demonstrar que o tipo brasileiro ainda não estava formado, mas em processo de formação e os projetos eugênicos eram vistos como caminhos de aperfeiçoamento do modelo de povo que se pretendia formar. Para tanto a formação das famílias era um importante dispositivo de controle da reprodução humana. Estabeleceu caracteres que diferenciam o homem da mulher a partir de suas medidas biométricas, rompendo com o julgo dos médicos do século XIX, não caracterizou inferioridade intelectual da mulher pelo tamanho do seu crânio. Pelo contrário, produzia uma visão otimista sobre a capacidade intelectual da mulher, desde que ela fosse orientada e instruída para exercer a função que nasceu para tal.

O amor foi articulado por Renato Kehl como um sentimento que estaria vinculado diretamente aos pressupostos da beleza eugênica, em acordo com o pensamento de Spencer a beleza era um pressuposto para o amor. Assim, o amor deveria nortear a escolha para o

casamento, e na visão eugênica as moças mais belas e sadias teriam mais probabilidade de se casarem:

[...] de todos os elementos, que se unem em várias proporções para produzir no homem a complexa comoção que chama amor, os mais fortes são os despertados pelos atrativos físicos; os segundos em graduação de força são os atributos morais; os mais fracos são os intelectuais. (SPENCER apud KEHL, 1923, p. 78).

Deste modo, Renato Kehl estabelecia uma relação intrínseca da beleza com o casamento: “apologiar a beleza, cultua-la, senti-la, é o feticchismo máximo dos homens” (Kehl, 1923, p. 18). A beleza seria um elemento da seleção, e homem deveria usar racionalmente esse elemento para antecipar a seleção natural sem depender do darwinismo social.

Renato Kehl apontou o amor como um instinto protetor da raça e da hereditariedade de seleção para os bons casamentos em benefício da espécie, e descreveu a mulher como “árbitro” na escolha do marido. Por isso era preciso orienta-las com uma propaganda educativa para que os casamentos fossem concebidos com critérios seletivos baseados nos ensinamentos da ciência da hereditariedade. Renato Kehl enfatizava ainda a necessidade de pensar sobre a civilização da mulher, que incluía pensar questões sobre sexualidade, reprodução e normalização do comportamento. Renato Kehl sempre defendeu a instrução da mulher como melhor arma para eugeniização da família, pois era a mãe que ficava responsável pela educação dos filhos e o cuidado com o lar. Na compreensão eugenista:

A mortalidade infantil se deve a ignorância das mães nos preceitos comesinhos (sic) de higiene, o grau de atraso em que vive mergulhada grande parte do povo brasileiro, falta de proteção á infância – e, muito especialmente, o estado precário dos procriadores, que, na maioria absoluta, é sífilítica, paludica (sic), verminotica ou de constituição orgânica miserável (KEHL, 1923, p. 270).

O discurso médico culpava as mães pela elevada mortalidade infantil, por desconhecerem os princípios da higiene relativos ao ar, a água e a nutrição, principalmente à amamentação. Também se esforçavam por desqualificar os saberes das parteiras, fazia parte do processo pelo qual os médicos vinham passando no contexto do período, a medicina

vinha se firmando como um saber científico e ganhando espaço na organização social e nas políticas públicas do país. Na compreensão desse eugenista,

Seria tão útil que as mulheres, antes de serem mães, aprendessem princípios elementares de puericultura, e conhecessem os deveres que lhes são impostos pela maternidade! Da educação da mulher, nestes princípios, muito espera a eugenia. Depende, em grande parte, dessa educação o sucesso da campanha de restauração dos nossos semelhantes, sabido como é que da ignorância das mães em questões elementares de higiene resulta grande parte da letalidade infantil (KEHL, 1923, p. 270).

Os eugenistas discursaram em prol da intervenção nas práticas da maternidade, ao analisarem as altas taxas de mortalidade materna e a disparidade entre as mulheres da classe média e as da classe operária, voltando seu discurso para o papel reprodutivo que as colocava como “mães da raça” (STEPAN, 2005, p. 122). Não por acaso, Renato Kehl argumenta que caberia às mães “o papel de modeladoras da plástica dos filhos conservando-os saudáveis, robustos e guiando-os atentamente dentro das normas higiênicas (KEHL, 1923, p. 450).

Neste sentido, a maternidade e a puericultura faziam parte dos ensinamentos pelos quais os professores deveriam ensinar cientificamente, para romper com as práticas das parteiras e benzedadeiras nos cuidados puerperais. Nesses assuntos, o médico deveria ser o único mestre, uma vez que somente ele tinha o conhecimento científico para essa finalidade. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar tal campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a “esposa-dona-de-casa-mãe-defamília” (RAGO, 1985, p. 75). O atraso do povo brasileiro em conhecimentos higiênicos era visto como fator da degeneração racial. O estado precário em que as crianças nasciam, sem proteção, expostas a doenças como a sífilis, verminoses e heranças de caracteres miseráveis, eram apontadas pelo autor como características principalmente dos indígenas e dos sertanejos:

A falta de conforto, a ignorância, a fome, a vida nômade e cheia de acidentes dos nossos índios, faz com que a selvícolas deem à luz crianças enfezadas e atrasadas, como observou Roquette-Pinto entre as populações do Brasil, no vale do Jurema e da Serra do Norte. A mesma coisa se observa entre as sertanejas, que dão aos dois meses apresentam o desenvolvimento de criança recém-nascida ou mesmo de uma criança nascida prematuramente (KEHL, 1923, p. 270).

Sobre essa realidade, Renato Kehl aponta que o caminho para superação é a educação da mulher grávida, os cuidados com higiene, com a alimentação e com o repouso. Sobre isso cita Pinard: “O peso do filho de uma mulher que repousa dois meses antes do parto é cerca de 300 gramas ao de uma criança, filha de uma mulher que trabalha sem descanso até o fim da gestação” (KEHL, 1923, p. 270). Defende que se estabeleça legalmente o descanso obrigatório de todas as operárias grávidas, pelo bem da infância e o bem das futuras gerações, os cuidados deveriam se iniciar ainda na gravidez e acompanhar a criança até sua juventude.

As mães inteligentes e cuidadosas devem organizar o “caderno de saúde” dos filhos, anotando nele minuciosamente os principais dados da vida da criança. Nesse caderno serão registrados, não só o peso e o crescimento, como todos os fatos normais e acidentais de importância, que se forem sucedendo. Por esse meio se poderá, mais tarde, quando em estado adulto, ter dados anamnésicos preciosos, para explicar qualquer anormalidade ou para auxiliar um diagnóstico médico (KEHL, 1923, p. 44).

O acompanhamento do médico da família é o tempo todo ressaltado pelos eugenistas. Maria Marta de Luna Freire apontou que as escolas religiosas dos anos 1920 e 1930 ainda se dedicavam a formar “moças prendadas” para o casamento. A Liga das Senhoras Católicas, por exemplo, defendia uma educação que preparassem a mulher na educação doméstica, intelectual, física e moral, para, assim, serem boas mães.

Dessa forma, as mulheres pareciam tornar-se objeto de um processo educacional voltado para a melhoria na educação dos filhos, uma vez que a educação tradicional das mulheres se mostrava inadequada e deveria atingir as novas expectativas da função maternal. Para tanto, a nova ciência moderna da época, precisava ser incorporada na educação das meninas para ajudar as mães nessa prática. Para isso, conforme mostra Marta Luna Freire, foram produzidos manuais e criada “A escola das mães” (FREIRE, 2006, p. 155-158).

Encontra-se referências sobre a “Escola das mães” no *Livro das Noivas*, publicado em 1929, mas sem autoria. O livro era composto de textos que nos possibilitaram perceber um claro objetivo de preparar a jovem esposa para garantir o bem-estar da família, que deveria ser a função primordial da mulher. Um meio de combater a mortalidade infantil seria o aprendizado sobre a puericultura, a educação para a maternidade era vista como necessária, uma vez que dela dependia o bem star da criança. O livro cita uma palestra realizada pela

chefe das educadoras sanitárias Maria Antonieta de Castro na Escola de mãezinhas, no centro de saúde do Bráz, através da inspetoria de educação sanitária de São Paulo.

O conteúdo da palestra se ateve em ensinar as futuras mães como cuidar do bebê, principalmente sobre o aleitamento materno, cuidados que eram de extrema importância para garantir o desenvolvimento saudável, e, conseqüentemente, homens fortes para a nação. A obra também cita a declaração dos direitos da criança da convenção de Genebra, assinada em 1924, pela conferência da Liga das Nações para ser o credo da mãe brasileira:

- 1- À criança deve ser dado todos os meios necessários ao seu completo desenvolvimento tanto físico como intelectual.
- 2- A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser assistida; a criança delinquente deve ser corrigida; ao órfão e ao desembargado devem ser dados abrigo e socorro.
- 3- A criança deve sempre, em casos de perigo, socorrida em primeiro lugar.
- 4- A criança deve ser facilitada todos os meios de ganhar a vida e ser protegida contra as explorações.
- 5- A criança deve ser educada na convicção de que todas as suas aptidões devem ser consagradas aos seus semelhantes (LIVRO DAS NOIVAS, 1929, p. 24).

A criança nessa obra é colocada no centro do discurso, tendo em vista que todos os artigos voltados para orientar as noivas trazem uma finalidade bastante específica: formar boas esposas para cuidar do marido, pai dos seus filhos, e boas mães para garantir cuidados saudáveis dos seus filhos. Da saúde do indivíduo determinaria a saúde da prole e o futuro da nação, os conselhos descritos acima foram proferidos pelos médicos do serviço sanitário que propuseram, ensinar como preservar a saúde própria e dos filhos. O livro das noivas também se preocupou com o silêncio do ensino no que dizia respeito às questões sexuais, apresentando uma crítica aos métodos de ensino que se preocupava com os ensinamentos dos rapazes, mas não empreende a mesma prática na educação das moças.

Na obra também era pregado uma política educacional que iniciasse as meninas desde cedo à instrução maternal. Mesmo sendo apenas noiva, ela precisava pensar desde então nos cuidados para o bebê, pois a mortalidade infantil era de grande preocupação, não só dos médicos brasileiros como para as diversas nações, em todos os lugares do ocidente. O alto número de crianças que morriam antes de chegar a um ano era considerado um flagelo social, um problema grave que os médicos, eugenistas e intelectuais deveriam colaborar, uma vez que deles esperava-se projetos de intervenção.

A primeira parte do livro é dedicado as receitas de cozinha e cuidados domésticos. Aparentemente imparcial, apresentava uma leitura para uma elite, os pratos bem elaborados arranjados com capricho e sofisticação, misturava conselhos, dicas caseiras, informações sobre saúde, maternidade, higiene, beleza, além das receitas que objetivavam orientar a dona de casa. O livro foi composto por textos científicos de cuidados com a higiene, a maternidade e a puericultura, além das receitas culinárias e dicas domésticas, dentre eles a “Higiene pré-natal”, eram textos articulado com uma escrita que serviria de guia para as mulheres que seriam mães.

Renato Kehl teria sido um defensor dos direitos da mulher, ao contrário de contemporâneos seus, como Afrânio Peixoto, que não considerava a luta por direitos das mulheres como legítima. Entretanto, ao analisar a obra ao lado de outras de sua autoria¹⁰ inseridas naquele contexto, encontrou-se uma imagem construída sobre a mulher que a colocava como um agente social importante, valorizada pela sua função reprodutiva. Contudo, Kehl via as mulheres como dependente dos olhares da família, dos pais, dos médicos e dos professores, para que seu comportamento ficasse dentro de padrões normais. Sua autonomia enquanto agente social iria até a onde as normas dos ensinamentos eugênicos e as necessidades da espécie e da raça delimitassem. Os talentos femininos eram ressaltados no território da vida doméstica e reprodutiva, desenhando uma vida de plena realização na esfera da vida privada do lar.

As “Evas deste século” (XX) eram vistas pelo autor como mulheres que estavam tomando as rédeas da sua vida, não obedecendo mais ao julgo masculino, reivindicando direitos e espaço de equivalência em relação aos homens. Segundo ele,

A mulher de hoje não mais quer valer-se unicamente dos seus encantos, mas igualmente dos seus dotes de inteligência, força, estripidez, coragem e agilidade. A adaptação tem sido fácil e rápida, demonstrada pelo grande número de mulheres que se destacam nas ciências, nas artes, nos esportes e no comércio. [...] Tudo irá bem, enquanto a mulher não abdicar das prerrogativas do sexo, mantendo-se fonte de inspirações (KEHL, 1935, p. 62).

¹⁰ Pais, médicos e mestres, *A fada hygia*, *Cartilha de Educação sexual*, *A cura da fealdade* e até mesmo o periódico científico *Boletim de Eugenia*.

Mesmo quando faz declarações ligadas as conquistas femininas e sua inserção no espaço público de maneira a apoiar sua luta e reconhecer seus esforços por reconhecimento, tais representações é para expressar as prerrogativas definidas para o seu sexo, sua marca feminina deve manter-se como fonte de inspiração (KEHL, 1935, p. 65). Na grande maioria de seus escritos envolvendo as mulheres, o discurso se voltava para o convencimento sobre a importância da eugenia e a construção de um imaginário sobre os papéis que, principalmente, as mulheres eram chamadas a assumir, fundamentada em uma concepção biológica, deveria preparar-se para desempenhar o papel de mãe.

Os manuais instrutivos e educativos que produziu para as crianças construiu representações para as mulheres, aproximando a imagem de mãe educadora a uma ideia de pureza moral, associando a imagem da fada e beleza helênica na realidade literária das mães e professoras eugênicas que cuidariam da moralização das crianças brasileira.

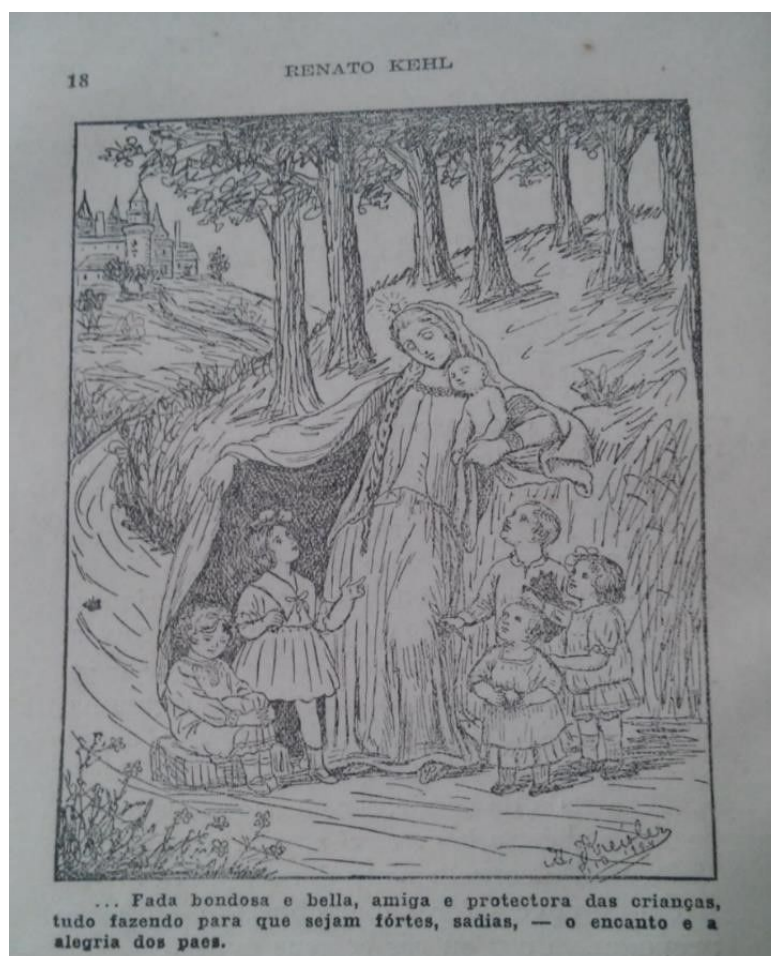
A capa do livro *Fada Hygia* (Figura 7), reproduzido no segundo capítulo é ilustrado com capa colorida, chamando a atenção das crianças. O uso de imagens coloridas e atraentes era importante pois é preciso considerar as altas taxas e o analfabetismo da época, que acabava por impedir o acesso aos ensinamentos higiênicos propagados pelos meios impressos. O autor provavelmente considerou esses fatores ao produzir um manual com a intenção de disseminá-lo nas escolas, pela mediação dos professores e nas famílias cujos pais tivessem o interesse e as condições para consumir as ideias apresentadas no manual.

A construção da personagem figurada na fada aparece como a representação eugênica da moralização da raça branca como ideal de família brasileira, em que sua maior preocupação era educar e cuidar das crianças garantindo o gozo da boa saúde. O modelo de família que se expressa na capa do livro representa o projeto eugênico de reprodução das famílias eugenicamente bem providas de arianismo e boa saúde: a mãe branca com quatro filhos em volta em oposição ao que deveria ser evitado. Na compreensão dos eugenistas, o casamento deveria ser retardado em 11 anos nas “raças negras” e não deveriam “cruzar” com outras raças, pois causariam a degeneração por meio da miscigenação.

A figura 5 (p.72), na capa do livro *A Fada Hygia*, apresenta a imagem doce e amável também demonstraria o ideal da boa mãe, pois era responsabilidade dela a educação dos filhos e o cuidado higiênico da família, do lar, dos alimentos e dos ensinamentos aos filhos, aproximando a fada do ideal materno e ao mesmo tempo de educadora da higiene. A moldura

desenhada na imagem, trazem as representações dos preceitos da eugenia, a natureza presente pelas rosas mostra o ideal de contato com as plantas e o convívio com a natureza defendido pelos eugenistas. A bola a raquete, a peteca e etc., são objetos da prática dos exercícios que o corpo precisava para seu bem-estar e saúde, a boneca representa a prática lúdica destinada as meninas, pois atividades muito agitadas não eram recomendadas para estabelecer a harmonia feminina. E o ponto central para qual todos na imagem estão voltados: o livro, que representava os ensinamentos eugênicos. O ideal de educação é o que a família estuda e segue os manuais da saúde transformando a ciência em dogmas a ser seguido, estudado e respeitado como autoridade e guia da saúde. O autor atribuiu às mulheres a função de educadora higiênica representado pelas mães, relacionou a higiene como amiga e protetora da raça, como a fada protetora dos inimigos, no caso as doenças, por isso as crianças deveriam aceitar seus conselhos e obedecê-los. (KEHL, 1939, p. 16).

Figura 16 - Ilustração do livro



Fonte: *A fada hygia*, 1925, p. 18.

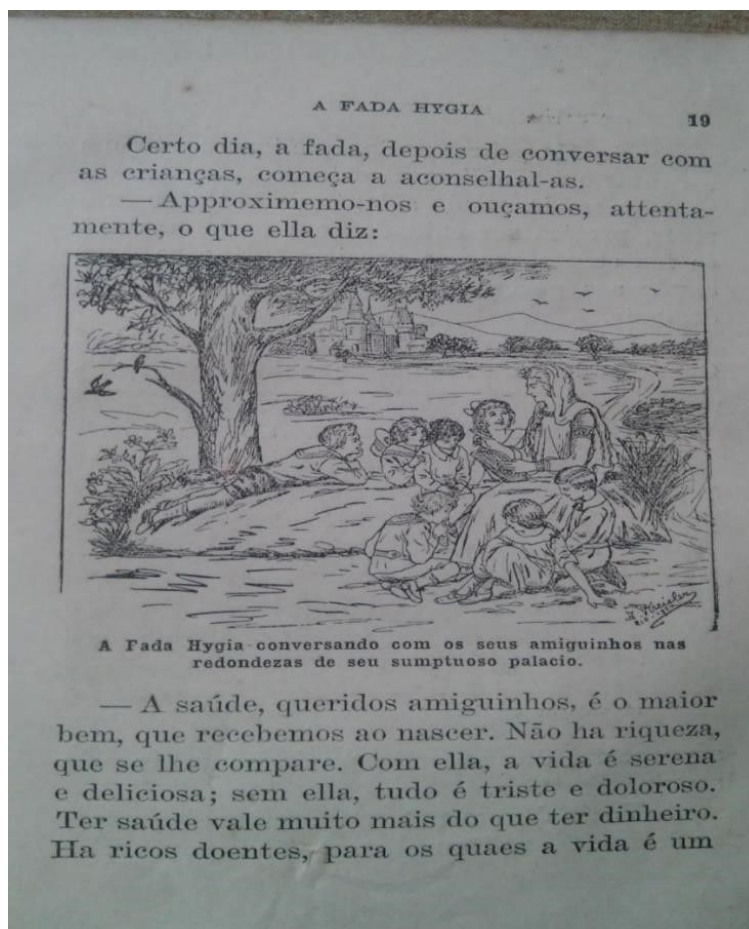
Conforme vemos na imagem acima, a fada foi o personagem escolhido pelo autor para construir uma imagem lúdica para envolver as crianças, ao mesmo tempo que a caracterização da fada se aproxima de uma imagem religiosa de santa, suas tranças longas, vestida com mantos e vestes longas remetia a imagem da virgem Maria, com olhar sereno, bondoso e amoroso, características de pureza que construía o ideal de mães brasileiras como uma santa. A fada estava sempre rodeada de crianças que protegia, uma alusão com o ideal de mães eugênicas, os eugenistas esperavam uma prole abundante das famílias da “boa raça”, e protetora da saúde. A natureza era o cenário escolhido para os ensinamentos, assim como o castelo no fundo da imagem, a representação consiste em passar a mensagem eugênica, a natureza como lugar ideal para se viver, e o castelo como ideal de habitação higiênico, não pela representação de status de riqueza, mas como uma fortaleza da saúde. A habitação devia ser higiênica e um ambiente arejado para evitar as doenças causadas pela precariedade sanitária das residências, que era a realidade das famílias mais pobres do Brasil.

A mensagem transmitida as crianças brasileiras, é que deveriam prestar atenção nos ensinamentos da fada da saúde. O menino ao lado da fada representa o adolescente, era o que mais prestava atenção, a preocupação com essa faixa etária era especial, afim de evitar os perigos da idade, como a masturbação e a iniciação sexual que era a causa dos venenos raciais como a sífilis e outras doenças. Esses eram os que mais precisavam de instrução, enquanto para as crianças menores a instrução era mais para mães que deveriam cuidar da sua alimentação, limpeza das roupas e do ambiente e inculcar boas maneiras de cuidados com a higiene pessoal no ensinamento das crianças, pois nessa faixa etária a responsabilidade pela saúde era das mães.

Na história haviam dois irmãos que não ouviam os conselhos da mãe e faziam travessuras quando saíam da escola, Antes de ir para casa, andavam pelos bosques caçando passarinhos e nadando nos riachos em águas contaminadas, por isso acabavam ficando doentes. A moral da história era a que as crianças que não obedeciam aos ensinamentos da saúde eram punidas pela própria natureza, quando ficavam doentes por praticar hábitos antihigiênicos.

Renato Kehl conseguiria expressar seu objetivo de se inserir no cotidiano das famílias com a intenção de tornar a ciência eugênica como a nova religião da sociedade. Esse objetivo é representado em grande parte das suas obras, como *A Bíblia da Saúde*, que tinha um caráter instrutivo a partir de uma moral científica.

Figura 17- Ilustração do livro



Fonte *A fada hygia*, 1925, p. 19.

Conforme pode-se observar na imagem acima (imagem 17), além de ensinar as mães sobre os cuidados com a higiene, a fada também explica para as crianças a importância da higiene do corpo e das roupas, ressaltando também que as roupas devem ser adequadas com o clima e o ambiente. A fada era a portadora do conhecimento da saúde, amiga daqueles que estivessem dispostos a ouvi-la, o seu palácio era o seu legado futuro como maior sinônimo de riqueza que um ser humano poderia ter. A saúde é o elemento central dos ensinamentos, de modo que a fada se tornou a porta voz da eugenia, assim como a ligação entre ideologia e cultura materna, a aliança estabelecida entre médicos e mães. Nessa aliança, conforme lembra Maria Marta Luna Freire, as mulheres burguesas foram qualificadas à função maternal (FREIRE, 2006, p. 52).

Figura 18 – “Mãe precavida”

Fonte: *A Fada Hygia* (Kehl, 1925, p. 148).

A Figura 18, a da “mãe precavida” faz parte das lições de Renato Kehl sobre como as mulheres deveriam ser boas mães e prestar atenção na higiene dos filhos, percebe-se que autor está empenhado em criar um perfil de maternidade apoiada na higiene e na ciência médica. Pode-se dizer que os médicos conseguiram destaque nesse processo, como aponta Maria Marta Luna Freire, ao analisar a partir do conceito de “maternidade científica”, que demonstrou as atribuições designadas às mulheres, dos cuidados com a alimentação infantil, principalmente no que se refere ao aleitamento. (FREIRE, 2006, p. 44).

A atenção à maternidade explica o fato de que as mulheres foram desde muito cedo controladas em uma rede de prescrições médicas. O começo do século XX foi centrado na proteção materna e infantil, e os médicos tinham o dever de combater o aborto e impor a aleitamento, além de combater a infertilidade. Conforme já foi destacado, a escola das mãezinhas ensinava o passo a passo dos cuidados que uma mãe deveria saber, como os intervalos de três em três horas, as durações das mamadas e orientação sobre a importância do leite materno como um alimento racional indicado pela própria natureza e que era uma

parte intrínseca ao corpo da mulher, fazendo parte da própria mãe que se integraliza no corpo do seu filho (LIVRO DAS NOIVAS, 1929, p. 154).

Os eugenistas estavam emprenhados a obrigar as mães a assumirem a educação dos filhos, ao mesmo tempo que, em conjunto com os valores da época, contribuía para aumentar o trabalho das mães, na medida em que lhes impunham padrões mais exigentes, a ciência moderna oferecia agora novos conhecimentos no campo da nutrição, da higiene, das práticas educativas, bem como novos critérios de avaliação do êxito ou do fracasso dos pais (COTT, 1991, p. 108)

A eugenia brasileira desenvolveu um viés negativo peculiar, concentrou-se na reprodução humana, caracterizou corpos e comportamentos como “disgênicos”, explicados pela hereditariedade, assinalando diferenças de sexo e gênero, apostou nos controles matrimônios e na educação sexual como práticas de intervenção social e por finalidade tinha as mães como estratégias de intervenção eugênica.

Naturalizar a explicação biológica sobre a função da mulher na expressão da maternidade, demonstra não só a importância que a mulher tinha para os eugenistas, como também a função da própria ciência, que serviu aos valores de família burguesa e contribuiu para as práticas higiênicas se instalarem no cotidiano das mães, e o cuidado e a aparência saudável e limpa, passaram a ser expostos no status social. Assumir a função materna era mais do que alimentar e cuidar de sua educação, era uma prática diária de transmissão de valores higiênicos como atributos de beleza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, foram destacados os principais desdobramentos das estratégias de intervenção dos médicos eugenistas na sociedade, especialmente no que tange ao processo de controle do corpo feminino, na educação matrimonial e da reprodução humana. Apontou-se como esse processo começou a ser executado, inserido em um processo maior de transformações na sociedade brasileira iniciado ainda no fim do século XIX e se efetivado nas primeiras décadas do século XX. Conforme foi demonstrado, os médicos atuaram na divulgação dos saberes acerca da implantação de uma moral eugênica para a população, disseminada na imprensa, nas escolas e nas famílias.

Por meio dessas estratégias, a mensagem transmitida era a de evitar a degeneração do brasileiro, sendo a normalização dos casamentos e dos papéis sociais, principalmente das mulheres. Procurou-se destacar que os eugenistas, sobretudo Renato Kehl, investiram numa ampla educação sexual e na moralização social, medida consideradas mais efetivas e aceitáveis do que medidas extremistas de eugeniação, como proibição de casamento entre raças distintas ou a esterilização eugênica. O projeto de eugenia era considerado pelos profissionais de medicina de grande importância para cuidar não só da saúde, mas da formação racial que idealizavam constituir a nação brasileira.

A eugenia não foi somente uma teoria social, mas uma ciência apoiada em outras áreas do conhecimento, como a biologia, a medicina, a psiquiatria e a antropologia física. Entendia os indivíduos como um prolongamento dos seus antepassados, das suas qualidades hereditárias. Segundo Renato Kehl, “As histórias de vida de nossos ancestrais são profecias do nosso próprio futuro” (KEHL, 1929, p. 04). Para Kehl e outros eugenistas, conforme procurou-se frisar, uma educação que priorizasse a responsabilidade sobre o futuro racial da nação deveria instruir a sociedade como um todo, especialmente as meninas, centrando atenção à maternidade, puericultura, o cuidado com o marido e higienização do lar, bem como o gerenciamento da organização da casa e do organismo familiar.

Esta dissertação problematizou o processo de construção e divulgação médica dos projetos eugênicos na visão de Renato Kehl, sobretudo aqueles voltado para a educação

sexual e o controle matrimonial, aspectos eleitos como meios de intervenção mais eficiente. Neste contexto, destacou-se como a educação e o controle do corpo feminino foram eleitos como a ferramentas para engrenar os projetos e pôr em prática suas ideias de “cura da fealdade” e melhoramento racial do povo brasileiro.

Pensar o papel da mulher perpassava pela construção da representação de normalidade idealizada pelo grupo de médicos eugenistas, principalmente Renato Kehl, representante da maior organização eugênica da América latina nos anos de 1920 e 1930. Nesta análise, foram demonstradas as concepções produzidas pelo autor inspiradas no ideal helênico de beleza do corpo e da robustez, modelo encontrado no processo de implantação das concepções de normalidade feminina. Embasado nas ciências deterministas de sua época, Renato Kehl ajudou a construir e reelaborar noções de feminino e masculino e seu lugar social, processo ligado às relações de poder presentes nas relações entre os gêneros. O autor realizou sua atuação por meio da produção de livros e propagandas em jornais e periódicos, por meio de uma linguagem própria das teorias deterministas biológicas, que constitui uma das contribuições originais da sua atuação.

Através de seus escritos em forma de livros, manuais, e artigos, o discurso eugenista pretendia ser divulgado à população através de estratégias de controle e de ações educadoras de eugeniização. Visando principalmente as questões morais, essas medidas buscavam promover um debate mais amplo acerca da importância da implantação de ideais eugênicos nos controles matrimoniais e normalização das famílias.

Quando esmiuçou-se as interpretações do feminino contidas nas obras de Renato Kehl, deparamo-nos com diversas analogias que remetem às situações cotidianas da sociedade brasileira. Eram representadas por diferentes figuras, como, por exemplo, a *fada hygia* representando a mulher maternal, amorosa e representante do ideal familiar gerenciado e harmonizado pela suavidade do comportamento feminino. Representação essa que aparecia em oposição a mulher trabalhadora, ocupando os espaços públicos do mundo do trabalho ou despreziosas do casamento, da formação da família e daquilo que era considerado a função biológica da mulher: a procriação.

De acordo com o que foi procurado demonstrar, nos manuais preparados para as noivas, o discurso eugênico aparece com grande destaque no que se refere a orientação das mulheres sobre as bases científicas, a missão da mulher era se preparar para ser esposa e boa

mãe. O *Livro das noivas*, obra sem a identificação autoral, nos permite perceber a existência de uma produção literária voltada para o público feminino jovem, muito preocupada em instruir as jovens da elite e das classes médias urbanas, com regras de etiqueta que moldassem a família brasileira pelos moldes da família burguesa. A família é acionada para fazer o papel de normalizar o comportamento feminino, era preciso encoraja-las, instruí-las, educa-las e controla-las.

O discurso de Renato Kehl se expressa em meio a determinismos e dualidades. Nessa questão, conforme frisado, a escolha de um bom marido, que ocupou a atenção do autor em seus textos, além da preocupação com a profilaxia sexual, tinha uma preocupação com o aspecto social da escolha dos conjugues. Além de aconselhar os casamentos dentro da mesma “espécie” de raça, aconselhava que os noivos se casassem com pessoas com as mesmas condições financeiras. Kehl acreditava que famílias com constantes dificuldades financeiras, jamais encontrariam a felicidade. Ao mesmo tempo, o autor realizou severas críticas ao modelo matrimonial interessado, baseado em acordos financeiros, acima das questões eugênicas, apontado como raiz de muitos problemas da sociedade. Por esse motivo, condenou casamentos quando os noivos não contemplavam a mesma classe social ou condição financeira, assim como a mesma raça.

Nesse sentido, emergem as contradições de seu discurso, ao mesmo tempo que elegeu o amor como elemento de seleção sexual e condenou os casamentos por interesses financeiros, não descartava como elemento importante na hora de escolher o noivo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a eugeniação do Brasil também perpassava tanto pela higienização da raça quanto da pobreza.

A medida em que o movimento eugênico angariou adeptos, suas ideias incentivaram discussões do meio médico sobre saúde, corpo, aprimoramento racial, reprodução humana e degeneração. Mas era preciso normatizar o comportamento feminino, tornando seus corpos submissos, docilizados e controlado pelas práticas disciplinares que serviram para manter ou impor a civilidade das populações e o seu controle. É nesse contexto que os eugenistas apresentavam um discurso sobre a necessidade de reger e controlar o organismo social, queriam orientar, instruir, normatizar e impor hábitos e costumes no cotidiano brasileiro.

Assim, ao longo desta dissertação, verifica-se que o discurso de normalidade não era hegemônico, uma vez que o contexto do Brasil nesse período era marcado por diferentes

grupos, interesses e projetos de modernização nacional. Neste contexto, a mulher ganhava valorização central nos projetos de modernização nacional, devido especialmente à sua importância fundamental na criação e educação dos futuros cidadãos, e apresentavam soluções sobre condutas e costumes sociais.

De tal modo, construiu imagens e princípios de normalidade eugênica dentro de um processo maior de civilização e as mulheres aparecem nesse contexto, seus corpos a aprisionam ao instinto maternal, atributo valorizado pelos eugenistas que discursavam em prol da reprodução de uma raça branca. As mulheres que não aceitavam a maternidade e o cuidado familiar como prioridade na sua atuação, eram consideradas como anormais e degeneradas, fruto da falta de instrução adequada ou embasada na ciência afirmada na modernidade, as mulheres que fugiam aos padrões estabelecidos por esse discurso, eram consideradas desviantes da norma.

Pode-se afirmar que o discurso advindo da eugenia produziu efeitos de verdade no interior do campo científico, delineando ali padrões bem definidos de normalidade para os gêneros. O discurso articulado por Renato Kehl assumiu um caráter político, que elaborou, reforçou e refutou representações não só sobre a mulher, mas sobre o homem também e os papéis que cada um deveria assumir.

As transformações sociais do início do século XX permitiram a uma nova geração de intelectuais lançar um novo olhar para o país. Neste contexto, o processo de reinvenção da nação vivido ao longo dos anos 1920-1930, encontrou no Estado Novo os canais e os instrumentos para operar uma ruptura com o passado. O resultado foi o reforço do estatuto de mitos fundadores da nacionalidade brasileira, como a democracia racial ou a cordialidade do homem brasileiro, procurando nas suas energias “primitivas” a base de uma resistência cultural. Seu esgotamento não anula o mérito da transformação operada no momento de sua formulação, pois serviu de importante instrumento para reflexão e conhecimento sobre o Brasil, foi capaz de viabilizar as relações entre diferentes segmentos sociais e promover a articulações do Estado com a cultura, dando limites e diretrizes para o processo constante de reconstrução do imaginário social (HERSCHMAN E PEREIRA, 1994, p. 42-43).

Embora os eugenistas estivessem inseridos no centro dos debates políticos do período, tinham formado suas próprias organizações, constituíam um grupo em formação e, ao passo que crescia, as divergências se explicitavam, fazendo surgir novas interpretações

sobre a degeneração do brasileiro e a constituição racial futura da nação. A exemplo de Gilberto Freire e Roquette-Pinto, que contribuíram para o redirecionamento das estratégias de intervenção eugênica no Brasil, analisando como problema de saúde pública e não de degeneração racial.

As políticas culturalistas varguistas redimensionaram parcialmente as estratégias de intervenção eugênica que apostaram na educação sexual, no controle matrimonial e na normalização da maternidade como investimento nas práticas de implantação da eugenia. Ao mesmo tempo, Ricardo Santos, ao abordar a atuação dos eugenistas na era Vargas, mostrando a dinâmica em que atuaram até os anos de 1950, demonstra que a eugenia perdurou até meados do século XX.

Na verdade, o movimento eugênico brasileiro mobilizou um grande número de intelectuais e foi bastante polissêmico em suas ideologias, expressando a própria pluralidade de ideias e projetos sobre o país (SOUZA, 2006). Não à toa, o movimento eugênico mobilizou desde intelectuais como Monteiro Lobato até Belisário Pena, ambos engajados nos projetos sanitaristas e higienistas e o sanitarista. Como importantes lideranças do movimento eugênico, Renato Kehl e Roquette-Pinto, apesar de divergentes em seus projetos e ideias referente às discussões sobre raça, estiveram juntos na organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e integraram o grupo de trabalho criado para estudar a questão sobre imigração, sob a coordenação do arianista Oliveira Vianna, após a constituição de 1934.

O zoólogo Octavio Domingues, considerado um eugenista mendeliano e o antropólogo Roquette Pinto, importante intelectual brasileiro da época também mendeliano, mas com uma vertente “antirracista”, apresentam-se como interlocutores de extrema importância nos debates com Renato Kehl (SANTOS, 2009, p. 09). A atuação desses intelectuais demonstra o quanto a atuação dos eugenistas esteve entrelaçada com as políticas nacionais e se estendeu muito além do campo científico que pertenciam, atuação ainda pouco explorada pelas pesquisas históricas.

A própria atuação das mulheres no campo intelectual eugênico é uma lacuna nas pesquisas históricas. Autoras como Adalzira Bitencourt e Ercília Nogueira, para citar apenas duas figuras emblemáticas, foram modernistas que exerceram críticas ao domínio masculino da sua época, mas que não tiveram o mesmo reconhecimento que os intelectuais do sexo

masculino. Maria Bernadete de Ramos Flores demonstrou como a literatura de Adalzira Bitencourt sobre uma sociedade gerenciada pelas mulheres, embasadas na política eugênica, recebeu mínima atenção comparada a obra de Monteiro Lobato, que colocou como personagem o negro como presidente de uma nação considerada arianista na época. Ambos quebram com a norma social vigente, porém, o reconhecimento intelectual é dirigido para aqueles que fazem parte do grupo intelectual, ainda negado para as mulheres a participação.

Outras questões como os debates em torno da imigração e da saúde pública envolvendo a seleção racial, ciência, intelectuais e identidade nacional são campos abertos a exploração. A própria constituição da ciência eugênica se deu de forma ambígua e cheia de dualidades expressas no discurso e atuação de seus membros. A questão da mulher analisada neste trabalho está imersa a um debate muito mais amplo e complexo, uma vez que os caminhos de pesquisa sobre eugenia são diversos e constituem um campo a ser mais explorado.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADAS

Arquivo da Biblioteca Nacional – Sessão de Obras Gerais – Hemeroteca Digital.

Biblioteca Geral do Museu Nacional – UFRJ.

FONTES DOCUMENTAIS

ALBUQUERQUE, José. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, 1933-1939.

_____. A campanha de educação sexual no Brasil. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, ano III, nº 2, març. 1935, p. 5.

_____. A margem. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, ano I, nº 2, 1933, nov. p. 1.

_____. A todos os que são paes médicos e mestres, o Círculo brasileiro de Educação Sexual lança os seguintes apelos: *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, set. 1933, p. 2.

_____. Ave mocidade. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, ano IV, nº 8, dez-1936, p. 01.

_____. Contrastes. *Boletim de Educação Sexual*, ano II, nº 3, mai. 1934, p. 01.

_____. Da impropriedade do conceito da supremacia do sexo. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, ano III, nº 1, jan.1935, p. 3.

_____. Possuir um filho sadio, deve ser o ideal de todas as mães. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, ano V, nº 31, mai. 1937, p. 3.

DELFINO, Victor. O atestado médico pré-nupcial. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 12, dez. 1929, p. 2-4.

FONSECA, A. Fróes da. Os grandes problemas da antropologia, In: *Atas e trabalhos do Primeiro congresso brasileiro de eugenia*. Rio de Janeiro, 1929, p. 63-86.

KEHL, Renato. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, 1929-1933.

_____. Boletim de Eugenia e “Medicamenta”. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 6-7, jun-jul. 1929, p. 1.

_____. Casamento e Natalidade nas classes média e inferior. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano III, nº 35, nov. 1931, p. 1.

_____. C.C.B.E. Consulta pré – nupcial. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano III, nº 36, dez. 1931, p. 2-4.

_____. Do meu e do alheio. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, jan. 1929, p. 3.

_____. Educação e Eugenia. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 9, set. 1929, p. 1.

_____. Esterilização para Aperfeiçoamento humano. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 12, dez, 1929, p. 4-5.

_____. Legislação eugênica. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, jan. 1929, p. 2.

_____. Os nossos avós. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 4, abr. 1929, p. 4.

_____. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, maio. 1929, p. 1.

_____. Scenas deprimentes. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, ano I, nº 2, fev. 1929, p. 3.

KEHL, Renato. *A cura da fealdade*. 1.ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

_____. *A fada hygia*. 1.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

_____. *Cartilha de higiene, alfabeto da saúde*. 1.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934.

_____. *Como escolher um bom marido*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

_____. *Pais, Médicos e Mestres*. 1.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.

_____. *Sexo e Civilização*. 1.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

KEHL, Renato. Fala na sessão inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo, In: *Anais de Eugenia*. 1.ed. São Paulo: Revista do Brasil, 1919. p, 03-07.

KEHL, Renato. Eugenia no Brasil, In: *Atas e trabalhos do Primeiro congresso brasileiro de eugenia*. Rio de Janeiro, 1929. p. 47-61.

MOURA, Olegário, Fala na sessão inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo, In: *Anais de Eugenia*. 1.ed. São Paulo: Revista do Brasil, 1919. p. 07-11.

O livro das Noivas. 1.ed. São Paulo: Editora, 1929 (anônimo).

PIZA JÚNIOR, Toledo, A hereditariedade a cor da pele. In: KEHL, Renato. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro: Set-dez, 1929, p. 05-12.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Ensaio de antropologia brasileira*, 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

ROQUETTE-PINTO, Edgar, Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil, In: Atas e trabalhos do *Primeiro congresso brasileiro de eugenia*. Rio de Janeiro, 1929. Pg. 120-147.

TEPEDINO, Alexandre, A syphilis e o casamento – exame pré-nupcial, In: KEHL, Renato. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, Mar, 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Viviane Oliveira. *Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil: Análise de três obras de Antônio Austregésilo (1923, 1928 e 1939)*. Mestrado em História Unesp, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus, a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz 1996.

CASTANHEDA, Luiza Aurelia. *Eugenia e casamento*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos” vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril; cortiços e epidemias na corte imperial*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *A eugenia no humor da revista ilustrada Careta: raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Assis: Unesp.

CHUCAILO, Vanessa Cristina. “O sexo à luz da verdade e da ciência”: um estudo sobre os discursos de educação sexual e sexualidade no jornal O Comércio de Porto União/SC (1933-1941). Irati-PR – Unicentro, 2015. Dissertação (mestrado em história).

COBEN, Ilka Stern, Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COTT, Nancy F. *A mulher moderna: O estilo americano dos anos vinte*. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (org.). *História das Mulheres: O século XX*. 1.ed. Porto, 1991.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Loucura, Gênero Feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX*. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins, *A mulher e o espaço público*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero - Vol. 09, agosto de 1989.

CUPELLO, Priscila Céspedes. *A mulher (a)normal: Representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges, (orgs). *História do Corpo 3. As mutações do olhar: O século XX*. 4.ed. Petrópolis-RJ, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Identificar traços, indícios, suspeitas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges, (orgs). *História do Corpo: 3. As mutações do olhar: O século XX*. 4ª ed. Petrópolis-RJ, 2011.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura; política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Trad. Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: UNESP, 2005.

ELEUTÉRIO, Marta de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo, ciência e arte na política da beleza*. 1.ed. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I; a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 23.ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FRANCESCON, Marcela Cristiane Cavalheiro Miranda. *As páginas do Boletim de Eugenia e o debate sobre controle matrimonial no Brasil (1929-1933)*. Unicentro, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 48.ed. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Maria Marta Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas feministas (Rio de Janeiro/São Paulo, década de 1920)*. Tese: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa*. Luso-Brazilian Review, vol. 41, n. 1, p. 80-106. 2004. (artigo) Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/lbr/summary/v041/41.1gomes.html>>. Acessado em: 15 jun.2014.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: *A invenção do Brasil moderno*. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo: desde 1780*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990
(6ª reimpressão – 2011)

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

KROPF, Simone. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos à Freud*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2001.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX, in: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino, a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. 1.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida; SCHNEIDER, Eduarda Maria. *A Influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930*. IX ANPED SUL – Unioeste, 2012.

MOTTA, André. *Quem é bom já nasce feito, sanitarismo e eugenia no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, JeanJacques; VIGARELLO, Georges, (orgs). *História do Corpo: 3. As mutações do olhar: O século XX*. 4.ed. Petrópolis-RJ, 2011.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra História, 1985.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. *Práticas de leitura e memória escolar*. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira. Natal: Editora Núcleo de Arte e cultura da UFRN, 2002. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0303.pdf> Acesso em: 10 abr. 2017.

SANTOS, Ricardo Augusto. *Os intelectuais e a eugenia*. I Seminário Nacional Sociologia, UFPR, 2009. Disponível em: <www.Humanas.Ufpr.br/evento/SociologiaPolitica> Acesso em: 12 mai. 2013.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVECENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: Tensões sociais e a criação cultural na Primeira República*. 1.ed. São Paulo: Editora brasileira 1983.

STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica, saberes masculinos e Representações Feministas. UFSC – *Revista de estudos feministas*. v.5, n- 01. 1997.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. p. 362-400. In: PRIORE, May Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SOHN, Anne-Marie. *O corpo sexuado*, In: CORBIN, Alain, COURTINE; Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges, (orgs). *História do Corpo 3. As mutações do olhar: O século XX*. 4.ed. Petrópolis-RJ, 2011.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica Como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a Construção da Nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Rio de Janeiro: Casa Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em Busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: Casa Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011.

TELLES, Norma. *Escritoras, escritas, escrituras*. p. 401-442. In: PRIORE, May Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

THÉBAUD, Françoise, *Introdução*, In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs). *História das Mulheres: O século XX*. 1.ed. Porto, 1991.

REIS, Gisele Volpato dos. *Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920 – 1950: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque*. UNESP, 2006.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, ciência e Saúde –Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2013. p. 263-288.

☒ Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do
PPGH/UNICENTRO.

☐ Autorizo apenas a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do
PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 11 de setembro de 2017.


Marcela Cristiane Cavalleiro Miranda Francescon